

RELATÓRIO E CONTAS

2013

MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A.

A seguradora global de confiança

Índice

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	3
2. RELATÓRIO DE GESTÃO	6
3. CONTAS ANUAIS 2013	21
4. NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS	30
5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	117

1

ÓRGÃOS SOCIAIS



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (2011-2014)

PEDRO DE MACEDO COUTINHO DE ALMEIDA	PRESIDENTE (não executivo)
FILIFE DUMONT DOS SANTOS	VICE-PRESIDENTE
ANTÓNIO MANUEL CARDOSO BELO	VOGAL (e Administrador-Delegado)
IGNACIO BAEZA GÓMEZ	VOGAIS
FRANCISCO MARCO ORENES	
JUAN FERNÁNDEZ PALACIOS	
JESÚS GARCÍA ARRANZ	
JESÚS MARTÍNEZ CASTELLANOS	
JOSÉ LUIS CATALINAS CALLEJA	
JOSÉ LUIS JOLÓ MARÍN	
MATÍAS SALVÁ BENNASAR	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL (2011-2014)

PEDRO DE MACEDO COUTINHO DE ALMEIDA	PRESIDENTE
ANTÓNIO MANUEL CARDOSO BELO	SECRETÁRIO

CONSELHO FISCAL (2011-2013)

JOSÉ VIEIRA BERNARDO	PRESIDENTE
FERNANDO VASSALO NAMORADO ROSA	VOGAIS
FILIFE QUINTAS DE OLIVEIRA DA PALMA-CARLOS	
JOSÉ EMÍLIO CORDEIRO FERNANDES	SUPLENTE

SOCIEDADE REVISORA OFICIAL DE CONTAS (2011-2013)

RICARDO FILIFE DE FRIAS PINHEIRO	REPRESENTANTE DA ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
----------------------------------	--

2

RELATÓRIO DE GESTÃO



1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O apuramento definitivo dos dados relativos à evolução do PIB deverá revelar uma taxa de crescimento negativo em torno de 1,5%, arrastando a quebra acumulada dos últimos três anos para próximo dos 6%.

Esta evolução aparece associada a uma recomposição das suas componentes, com o peso das exportações a aumentar e o do consumo privado a descer significativamente, neste caso como consequência natural do incremento da tributação direta que impactou bastante no rendimento disponível, ainda que o ritmo de queda tenha abrandado no ano 2013.

Outro fator que contribuiu para a descida do PIB foi uma nova contração do consumo público, tal como seria de esperar, tendo em conta que um dos objetivos principais do processo de ajustamento imposto pelas dificuldades de financiamento do Estado e que ainda se encontra em curso é o de reduzir o défice das contas públicas.

Socialmente, a realidade voltou a ser adversa, pois os choques que a economia tem vindo a sofrer provocaram nova redução do emprego, embora também a um ritmo menor do que no ano anterior, sendo especialmente preocupantes o desemprego de longa duração e a taxa de desemprego jovem, que ronda os 37%.

Apesar de tudo, nem só de notícias negativas tem vivido a economia portuguesa. O efeito do aumento das exportações, aparentemente sustentado, em conjunto com a descida das importações, implicou uma substancial melhoria do saldo da balança comercial e contribuiu em larga escala para reduzir a dependência externa do país, com a balança de pagamentos a reforçar o excedente que já tinha apresentado em 2012, algo que não se verificava há duas décadas e se começa a assumir como uma característica importante do processo de ajustamento.

Devido à referenciada fraca dinâmica do consumo interno, tanto público como privado, a taxa de inflação situou-se num nível residual (0,5%) e esbateu em 2013 os efeitos do aumento de tributação que se verificaram nos dois anos anteriores.

Por sua vez, os mercados financeiros revelaram uma certa acalmia, com os índices bolsistas a situarem-se consistentemente em terreno positivo e a taxa de juro da dívida pública da zona euro a estabilizar em torno dos 3%.

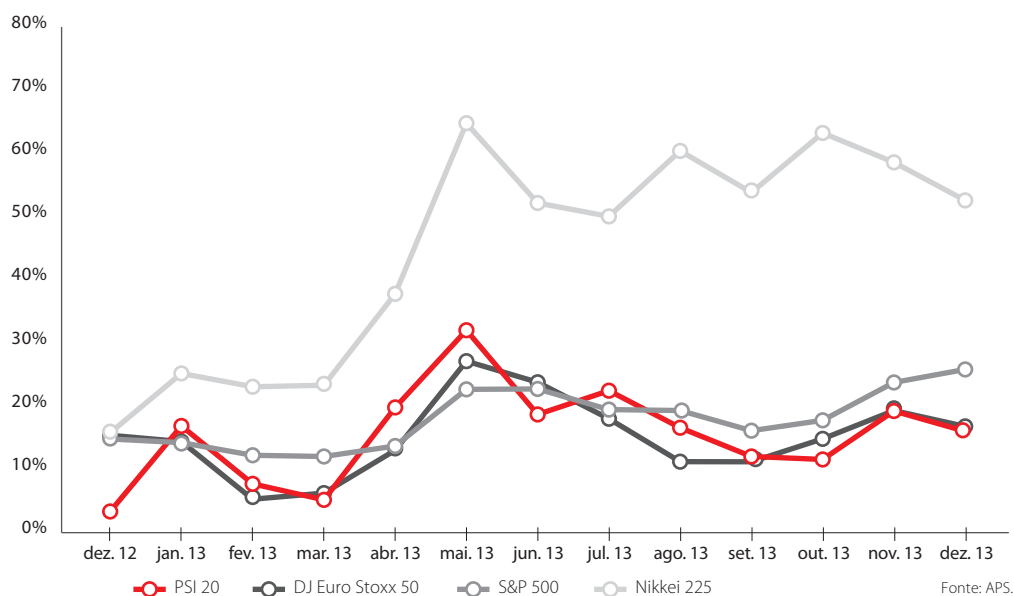
No caso concreto de Portugal, a crise política ocorrida no verão parece ter levado os títulos de dívida a observar um comportamento um pouco divergente, com as obrigações do tesouro a dez anos a enfrentarem uma resistência à descida em torno do patamar dos 6%, aparentemente ultrapassada nas primeiras semanas de 2014, possibilitando, inclusive, duas emissões bem sucedidas de dívida, uma com o prazo de cinco anos e outra a dez anos.

Não obstante, as condições de financiamento da economia real ainda se encontram bastante penalizadas pelo risco país, incorporando um *spread* face à Euribor de praticamente o dobro do dos restantes países da área do euro, facto que prejudica de sobremaneira a competitividade.

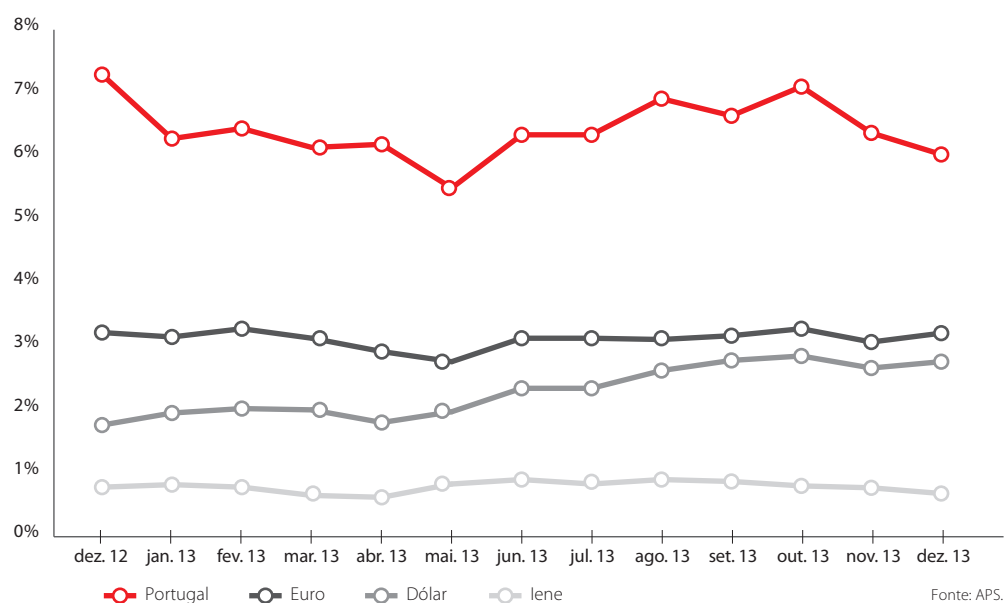
Nos próximos anos, de acordo com as projeções do Banco de Portugal, a economia tenderá a evoluir mais favoravelmente, com o PIB a registar taxas de variação positivas, sustentadas na solidez do comportamento das exportações e também na melhoria da procura interna, esta última derivada do esperado incremento do investimento empresarial e de uma evolução salarial em linha com o crescimento da produtividade.

Porém, sem colocar em causa a valia destas perspetivas mais animadoras, uma vez que não é possível corrigir tão rapidamente quanto o desejável uma série de desequilíbrios estruturais acumulados ao longo de várias décadas, identificam-se ainda algumas ameaças ao desempenho da economia, nomeadamente as que se encontram associadas à consecução da estratégia de consolidação orçamental e à possibilidade de regresso do Estado aos mercados de dívida em condições estáveis, as quais constituem razões suficientes para se considerar que o processo de ajustamento ainda está longe de terminado, continuando, por isso, a ser bastante exigente para todos os atores do tecido económico, tanto públicos como privados.

Evolução dos índices bolsistas (dez. 2012 a dez. 2013)



Evolução das taxas médias da dívida pública a 10 anos (dez. 2012 a dez. 2013)



Indicadores económicos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
PIB	-2,5	1,3	-1,6	-3,2	-1,5	0,8
Consumo privado	-1,1	2,2	-3,6	-5,5	-2,0	0,1
Consumo público	3,7	1,8	-3,2	-4,5	-1,5	-2,8
Investimento	-11,2	-5,0	-11,2	-14,4	-8,4	1,2
Exportações	-11,6	8,8	7,3	4,1	5,9	5,0
Importações	-10,6	5,2	-4,3	-6,9	2,7	2,5
Taxa de desemprego	9,5	10,8	12,7	15,7	17,4	17,7
Índice de preços no consumidor	-0,9	1,4	3,6	2,8	0,5	1,0
Défice contas públicas	10,1	9,1	5,9	5,0	5,5	4,0
Taxa juro Euribor 6 meses	0,996	1,251	1,638	0,324	0,389	n.d.

Fontes: Banco Portugal, INE, Ministério das Finanças.

Dados de 2013 e 2014 são estimativas.

Dados em percentagem.

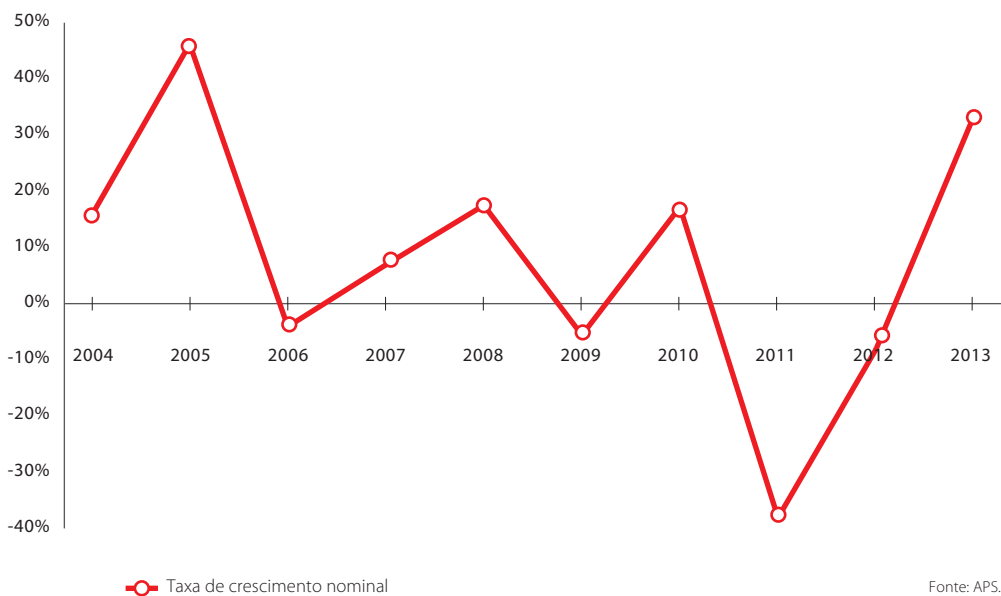
2. EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR

2.1. VENDAS

Em termos de vendas, o ano 2013 fica marcado por um retorno ao crescimento, que atingiu os 20% em termos nominais, após dois anos consecutivos de sentido negativo.

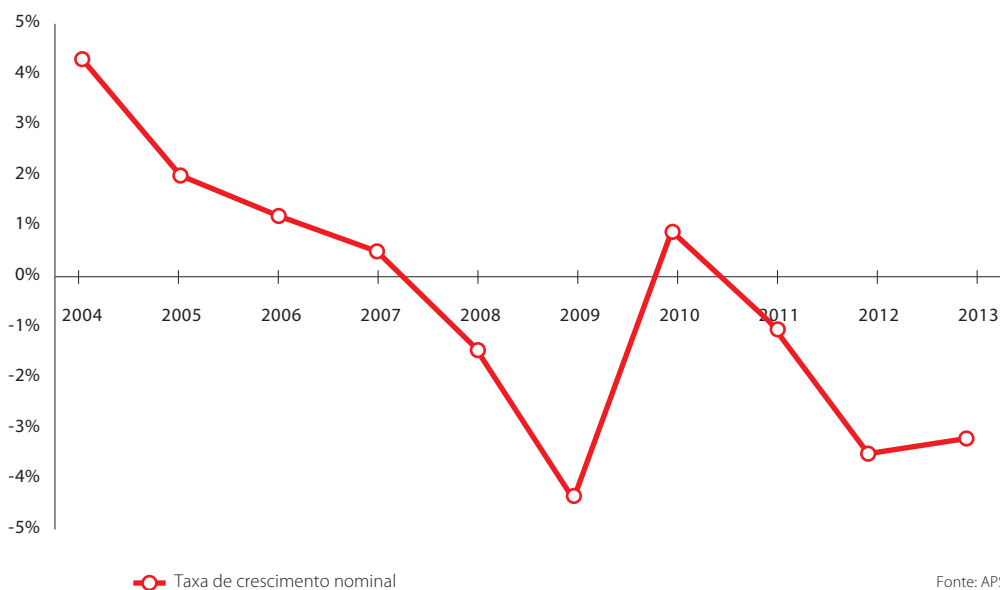
Este desempenho deriva do forte crescimento do segmento Vida (33,5%), especificamente da componente de poupança e na qual se destacaram os PPR (Planos Poupança Reforma). Tal poderá estar relacionado com uma maior sensibilização da generalidade da população para a necessidade de incrementar as suas poupanças, associada ao facto deste tipo de produtos, na sua maioria, apresentarem capital e rendimento garantido, fatores certamente bastante valorizados em conjunturas de maior incerteza como as que temos vindo a viver. Não obstante, esta aparente explicação carece de ser confirmada no futuro, atendendo a que o segmento Vida apresenta, historicamente, uma evolução muito volátil das vendas, derivada, nomeadamente, da estratégia de distribuição dos grupos bancários em que se encontram inseridas as seguradoras com maior quota de mercado.

Evolução das vendas do ramo Vida



No caso do segmento Não Vida, voltou a verificar-se um decréscimo, na ordem dos 3,2%, para o qual contribuíram especialmente os ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel, com crescimentos negativos de 8,0% e 5,3%, respetivamente, na senda do que já tinha acontecido no ano anterior e talvez como consequência do efeito conjunto da recessão económica e da forte competição entre operadores que impulsiona as tarifas no sentido da descida. Pela positiva, além do pequeno incremento de 1,5% no ramo de Multirriscos Habitação, há que referenciar o comportamento consistente do ramo de Doença que voltou a apresentar um crescimento, este ano de 3,2%.

Evolução das vendas dos ramos Não Vida

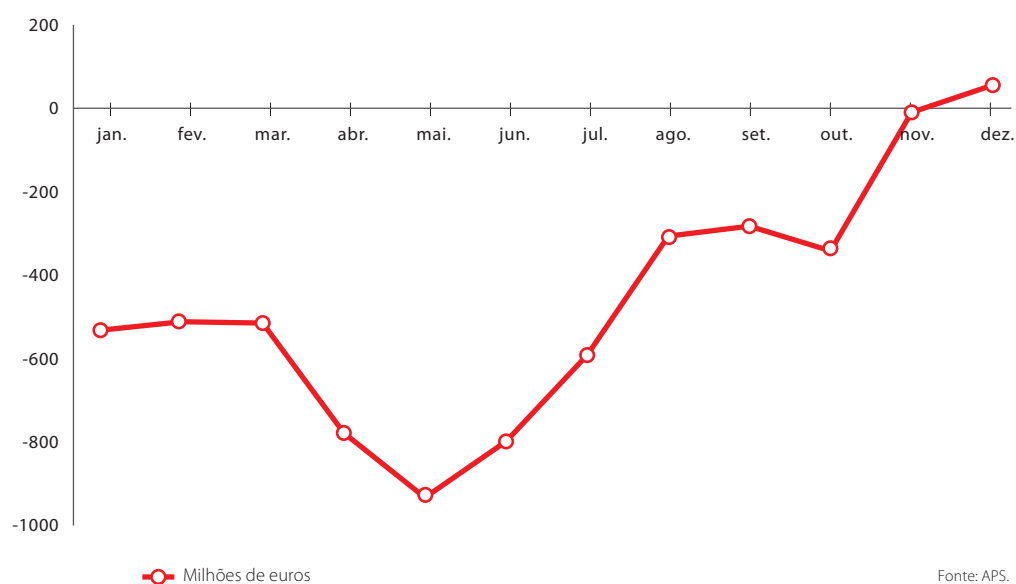


2.2. FLUXO TÉCNICO DO RAMO VIDA

O fluxo técnico do ramo Vida, obtido a partir da diferença entre as entradas derivadas das vendas e as saídas decorrentes dos resgates, vencimentos e pagamentos de sinistros, após dois anos negativos, consequência de igual período de decréscimo de vendas e aumento dos resgates, fica marcado no ano 2013 pelo regresso a terreno positivo, ainda que ligeiro, especialmente influenciado pela recuperação conseguida no segundo semestre.

Ainda assim, contrastando o resultado relativamente modesto deste indicador com o crescimento importante das vendas, conclui-se que o efeito real deste último foi muito menor do que aquele que se poderia esperar, devido ao facto do volume de resgates se ter mantido elevado.

Evolução do fluxo técnico acumulado do ramo Vida (jan. 2013 a dez. 2013)

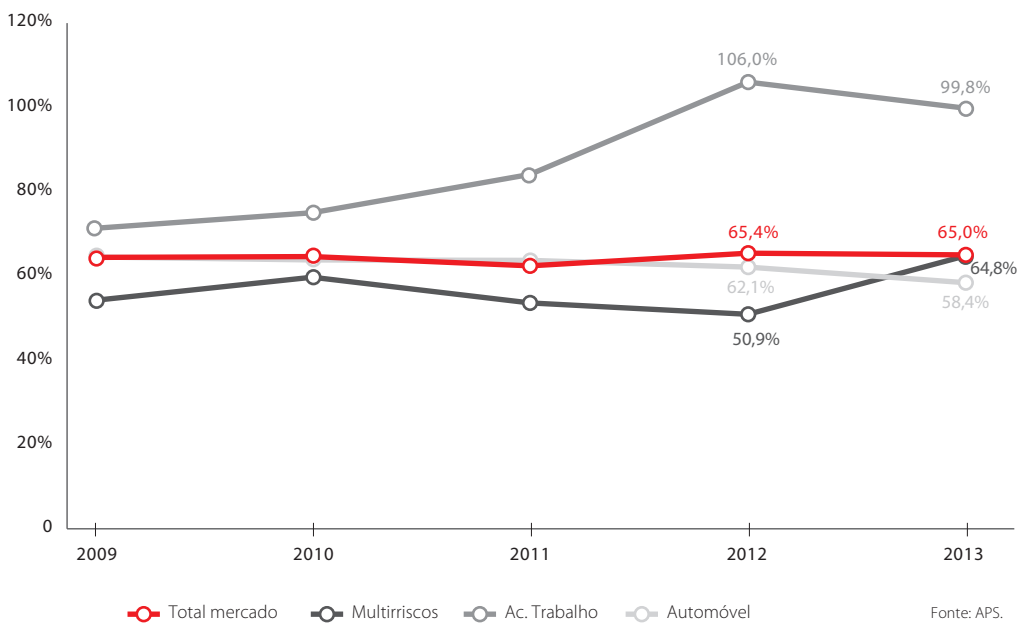


2.3. SINISTRALIDADE NÃO VIDA

No que respeita à evolução da sinistralidade de Não Vida, segundo os dados da APS disponíveis à data, podemos afirmar que se manteve globalmente estável, em torno dos 65%.

O detalhe dos ramos que constituem a maioria da carteira revela, porém, um comportamento não uniforme entre eles. Assim, assistiu-se a uma subida bastante significativa nos Multiriscos, certamente por influência das tempestades ocorridas no início do ano e que deram origem ao evento que acarretou maiores custos na história seguradora em Portugal. Por sua vez, no ramo Automóvel deu-se uma melhoria, consequência da redução da circulação fruto do abrandamento da economia, enquanto em Acidentes de Trabalho, pese embora a descida de praticamente 6 pontos percentuais, a sinistralidade continua a situar-se a um nível extremamente preocupante e revelador de um défice de exploração que se começa a tornar crónico e que urge inverter sob pena da insustentabilidade do ramo.

Evolução da taxa de sinistralidade Não Vida (s/ prémios emitidos)



Nota: Sinistralidade não inclui gastos de gestão imputados a sinistros.

2.4. INVESTIMENTOS

De acordo com os dados disponíveis no final de setembro, a estrutura de investimentos do setor segurador terá continuado a manter a preponderância dos títulos de rendimento fixo, os quais representam mais de 2/3 da globalidade da carteira. Porém, verificou-se um reforço da componente de dívida pública, incluindo obrigações de dívida portuguesa, estimando-se que o investimento nesta última tenha aumentado cerca de 20%. É de supor que este movimento seja reflexo de uma melhoria das expectativas em relação a este tipo de ativos, fruto da acalmia dos mercados que nos anos mais recentes tinham sido especialmente fustigados.

A melhoria das condições dos mercados financeiros, em especial os das dívidas soberanas, terá também contribuído para consolidar o reforço dos capitais próprios e dos níveis de solvência da generalidade das seguradoras, movimento este que já se tinha começado a verificar no último trimestre do ano anterior.

2.5. RESULTADOS

Não sendo ainda conhecidos os resultados de fecho do ano da globalidade do mercado, existe a expectativa generalizada de que os mesmos podem ser melhores do que os do ano anterior, tendo por base as cifras conhecidas no final do primeiro semestre, data em que o resultado líquido apurado, apesar de influenciado negativamente pelos custos decorrentes das tempestades dos primeiros dias do ano, ascendia a 464 milhões de euros.

A fatia mais significativa cabia ao segmento Vida devido a dois fatores principais: por um lado, a existência de uma operação especial de cedência da carteira do ramo Vida risco de uma seguradora que, só por si, era responsável por cerca de 1/3 daquele valor e, por outro, o facto de uma contribuição importante para os resultados advir do contexto mais favorável dos mercados de capitais que, naturalmente, o favorece mais, dado a estrutura da sua carteira assentar muito em produtos de cariz financeiro.



3. ATIVIDADE DA MAPFRE SEGUROS GERAIS

Neste capítulo, pretendemos referenciar apenas os aspetos mais relevantes da vasta atividade da Companhia desenvolvida ao longo do ano 2013, remetendo uma visão mais exaustiva e pormenorizada para as Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas, as quais fazem parte do *dossier* global de contas do exercício onde se inclui este Relatório de Gestão.

3.1. MODELO DE GOVERNO

Face às exigências legais impostas pelas alterações operadas em 2006 ao Código das Sociedades Comerciais e à consequente necessidade da fiscalização da sociedade deixar de ser efetuada pelo Fiscal Único para passar a dever ser efetuada por um Conselho Fiscal e por um revisor ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas – Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, a MAPFRE Seguros Gerais procedeu, desde 2007, à atualização do seu modelo de governação.

Em termos gerais, as alterações verificadas incorporaram, na medida do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações recentes ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009 de 12 de agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009 de 5 de janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e na Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal.

Neste âmbito foi adotada uma nova estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- Conselho de Administração – composto por quatro a dezoito membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegáveis, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador-Delegado por ata do próprio Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;
- Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma sociedade de revisores oficiais de contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações nos estatutos são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre

“ A MAPFRE continua apostada em reforçar o seu posicionamento no mercado português e nesse sentido definiu um plano a médio prazo sustentado em 5 pilares – Crescimento, Desenvolvimento Humano, Valor para os Clientes, Marca, Eficiência e Inovação. ”

qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requiera deliberação do Conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre e delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade a um Administrador-Delegado, sendo os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente expressos em ata.

3.2. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da MAPFRE Seguros Gerais é de 33.108.650 euros constituído por 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros, cada uma, detidas pela MAPFRE FAMILIAR, S.A. (99,9994%) e pela MAPFRE GLOBAL RISKS, S.A. (0,0006%).

No ano 2013, verificou-se a passagem para a MAPFRE FAMILIAR da participação anteriormente detida pela MAPFRE INTERNACIONAL em decorrência da reorganização das estruturas de gestão geográfica definida pela matriz do Grupo MAPFRE, S.A.

3.3. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., seguindo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

O Código de Bom Governo do Grupo MAPFRE, com data de 2008, prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE, S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE Seguros Gerais, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

Por outro lado, no que concerne aos incentivos referenciados ao valor das ações, o Plano existente no Grupo MAPFRE não abrange os respetivos membros dos órgãos de administração enquanto possuidores dessa mesma qualidade.

No Conselho de Administração da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., atualmente composto por 11 membros, há que distinguir os administradores não executivos dos executivos:

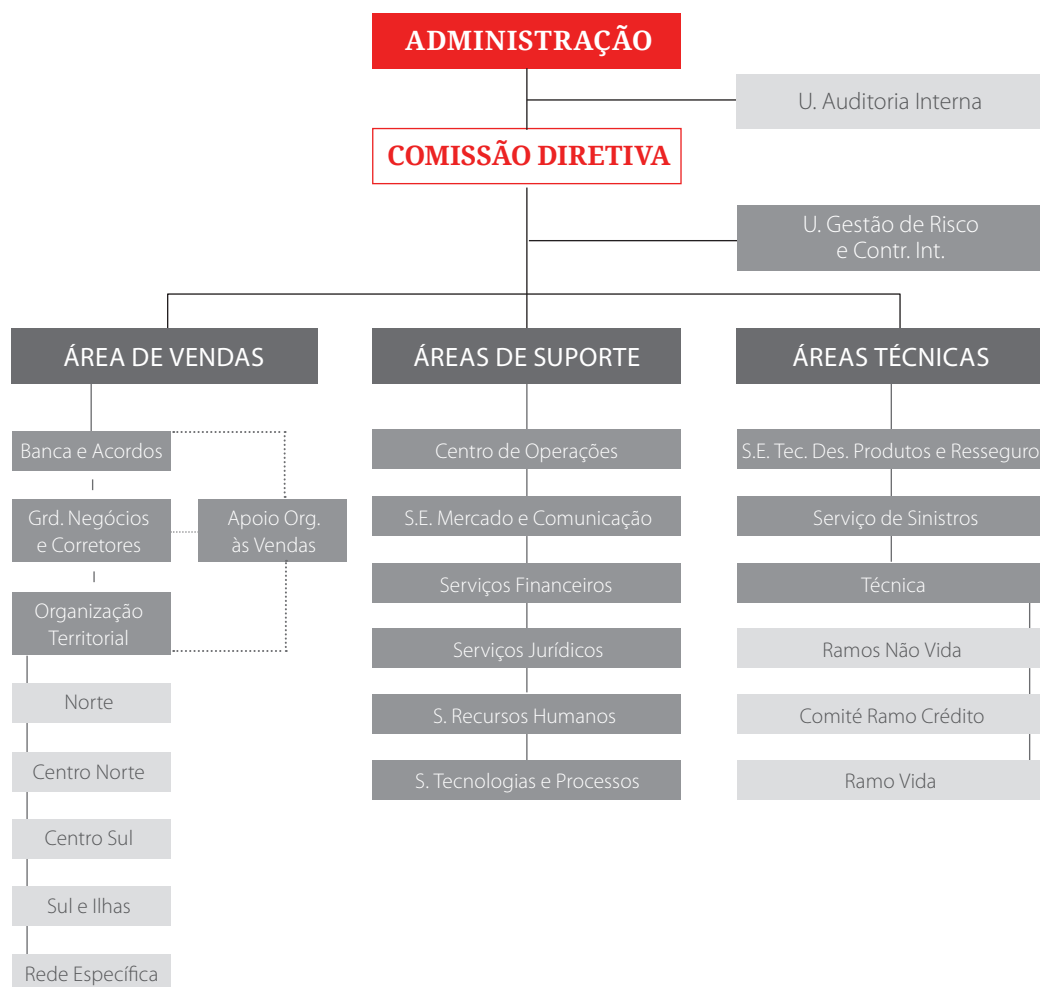
- a) Existe um administrador executivo (o Administrador-Delegado), sendo os restantes não executivos;
- b) De acordo com o que se encontra deliberado na Ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos do Conselho de Administração desta sociedade consiste numa retribuição fixa anual;
- c) Foi ainda deliberado nessa Assembleia que, até deliberação que venha a estabelecer diferentemente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal;

d) Deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua presença nas reuniões;

e) Relativamente aos administradores executivos, apenas o vogal do Conselho de Administração e Administrador-Delegado, António Manuel Cardoso Belo, auferem de remuneração por essa qualidade, que é divulgada nos termos legalmente exigíveis, já que cinco dos restantes membros do Conselho, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE.

3.4. ESTRUTURA OPERACIONAL

De há alguns anos a esta parte, na prossecução de uma estratégia de gestão integrada dos clientes e de obtenção de sinergias aos mais diversos níveis, a MAPFRE em Portugal explora os segmentos de negócio Vida e Não Vida através de uma estrutura operacional comum, organizada de acordo com o organigrama seguinte:



De forma a adequar a empresa aos objetivos definidos para os próximos anos, no último trimestre do ano definiu-se uma modificação da estrutura organizativa acima transcrita, para entrar em vigor no início do ano 2013, ajustando a Área de Vendas e as suas Zonas da Organização Territorial.

3.5. DADOS QUANTITATIVOS RELEVANTES

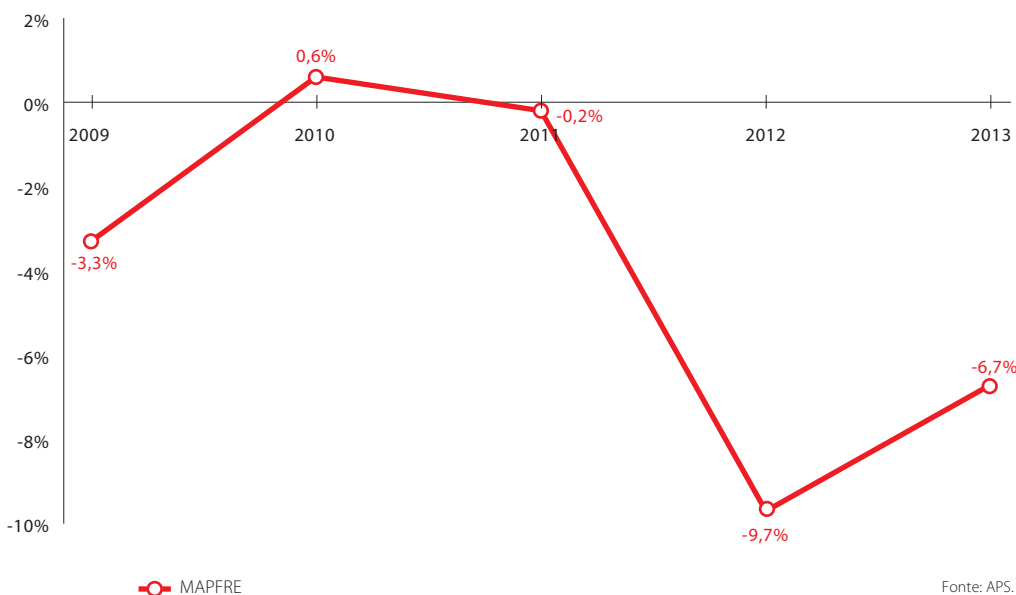
Verificou-se uma dinâmica comercial assinalável, traduzida num aumento de 25% de apólices de nova produção, enquanto o número das anuladas diminuiu 1,2%, resultando num incremento líquido superior a 15.000 apólices, que contrasta com o ano anterior em que havia sido negativo.

Não obstante, o volume de prémios emitidos observou um decréscimo de 6,7% em relação ao ano anterior, ascendendo a 86,46 milhões de euros.

Este comportamento acaba por ser a consequência lógica da situação económica e do forte ambiente concorrencial que, em ambos os casos, têm vindo a pressionar os prémios médios no sentido da baixa, especialmente nos ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel.

Importa porém referir que identificamos um sinal positivo no facto da desaceleração ter sido menor este ano do que no ano anterior, abrindo melhores perspetivas para o futuro próximo.

Taxa de crescimento vendas Não Vida

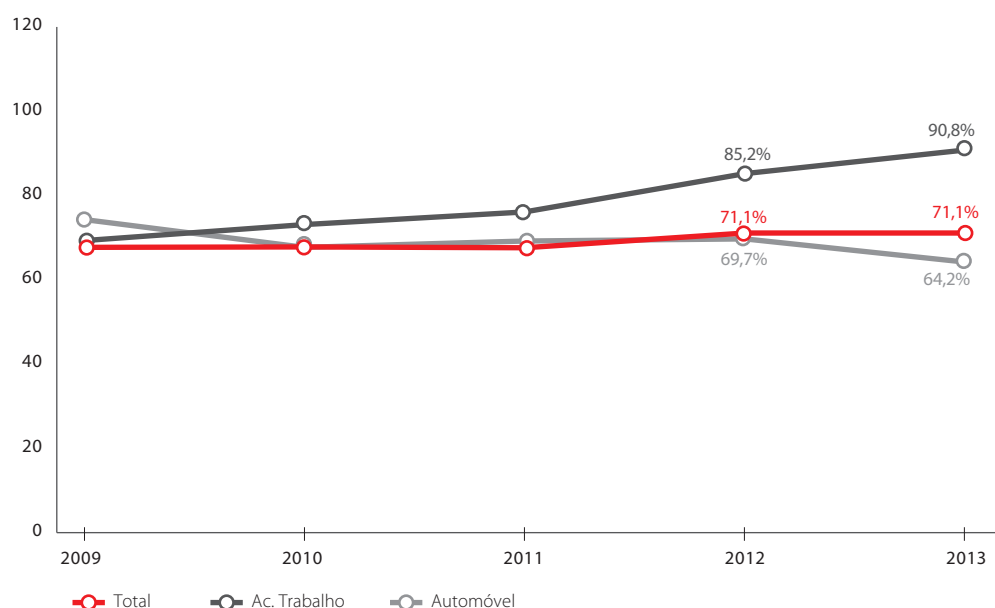


A composição da carteira não sofreu alterações significativas, continuando a maior fatia a pertencer aos ramos de Automóvel e Acidentes de Trabalho, com 56% e 20%, respetivamente. Pela sua relevância no contexto depressivo, cabe aqui uma referência para destacar que se verificou um crescimento em Acidentes Pessoais e Transportes.

O volume de cobranças situou-se marginalmente melhor do que o da emissão, permitindo que a percentagem de recibos pendentes ficasse nos 6,8%, ligeiramente abaixo dos 7% do ano anterior.

No que concerne à sinistralidade, líquida de resseguro, manteve-se globalmente ao mesmo nível do ano anterior. Por ramos, destaca-se Automóvel com um decréscimo de 5,5 pontos percentuais, ao passo que em Acidentes de Trabalho o comportamento foi menos favorável, ao aumentar 5,6 pontos percentuais, mas, ainda assim, situando-se cerca de 10 pontos abaixo da média do mercado.

Evolução da taxa de sinistralidade Não Vida MAPFRE (líquida de resseguro)



Nota: Sinistralidade não inclui gastos de gestão imputados a sinistros.

Fonte: APS.

Os gastos de gestão externa apresentaram uma evolução em linha com a dos prémios emitidos e os gastos de gestão interna, por sua vez, experimentaram uma ligeira subida, relacionada com o início de alguns investimentos enquadrados no plano de negócio que será executado nos próximos anos. Em consequência disso e face ao decréscimo dos prémios emitidos assistiu-se a um incremento do rácio de gastos sobre prémios.

Fruto do comportamento das variáveis anteriores, não foi possível evitar uma subida do rácio combinado, o qual acabou por se situar nos 107,6%.

Baseada numa política de investimentos estável, a carteira de ativos manteve uma estrutura muito semelhante à dos anos anteriores, continuando a privilegiar a prudência e os títulos de rendimento fixo.

Estrutura da carteira de investimentos

Tipo de investimento	2009	2010	2011	2012	2013
Bens materiais	0%	0%	1%	1%	0%
Ações e fundos de investimento	8%	19%	23%	25%	23%
Títulos de rendimento fixo	82%	77%	74%	71%	71%
Depósitos a prazo	3%	0%	0%	1%	2%
Depósitos à ordem	7%	4%	2%	3%	3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Embora a rentabilidade associada às ações e fundos de investimento tenha vindo a diminuir nos últimos anos, por razões compreensíveis relacionadas com a crise económica, a pequena exposição da carteira a esse tipo de ativos e a compensação operada pela subida das *yields* da dívida soberana permitiram manter a taxa de rentabilidade global praticamente igual à dos dois últimos anos.

Rentabilidade da carteira de investimentos

Tipo de investimento	2009	2010	2011	2012	2013
Bens materiais	5,8%	5,0%	3,9%	2,7%	3,0%
Ações e fundos de investimento	4,7%	4,3%	4,1%	3,0%	2,9%
Títulos de rendimento fixo	4,2%	3,9%	4,3%	4,7%	4,7%
Depósitos a prazo	2,7%	0,0%	0,0%	0,6%	2,3%
Depósitos à ordem	1,2%	0,1%	0,9%	0,2%	0,0%
Total	4,3%	3,9%	4,3%	4,3%	4,2%

Nota: Taxa anualizada, calculada em função do investimento médio sem incluir valias realizadas nem investimentos em filiais.



A consolidação da recuperação dos mercados financeiros já abordada anteriormente teve como consequência a ausência de registos de imparidades e, no caso concreto dos títulos de dívida pública, a acumulação de quase 7 milhões de euros de mais-valias potenciais que contribuíram para reforçar os capitais próprios, o que, por sua vez, permitiu incrementar os rácios de cobertura da margem de solvência e das provisões técnicas, os quais passaram para 484% e 140%, respetivamente.

Decorre dos comentários anteriores que a atividade do ano 2013 se desenvolveu debaixo de condições de exploração técnica especialmente adversas. Ainda assim, foi possível manter o resultado em terreno positivo, tendo atingido os 300 mil euros antes de impostos.

3.6. FACTOS QUALITATIVOS RELEVANTES

A primeira referência vai para o envolvimento de todas as áreas da Companhia, não só nas tarefas de rotina diária, mas também nos projetos especiais, aí tendo residido a chave para a implementação da quase totalidade das ações que se encontravam previstas no plano estratégico.

Além disso e antes de entrar em referências mais concretas, importa destacar que, de uma forma genérica, as áreas mais diretamente envolvidas no desenvolvimento do negócio foram alvo de uma atenção especial.

Assim, na Área Comercial verificou-se um reforço e uma reorganização de zonas, de forma a incrementar a rede própria e a cobertura geográfica, com o objetivo de potenciar a capacidade de distribuição da Companhia. Em paralelo, foi dotada de uma estrutura de apoio dedicada à formação e dinamização da rede de distribuição, especificamente focada no conhecimento dos produtos e no desenvolvimento de competências de vendas.

Por sua vez, as Unidades de Negócio criadas no segundo semestre do ano anterior foram também ajustadas, segmentando-se em Particulares e Empresas, de forma a garantir uma maior especialização em conso-

nância com as necessidades de resposta a dar aos clientes. Além disso, através delas, deu-se continuidade ao trajeto dinâmico anteriormente iniciado de adaptação de produtos para os tornar mais adequados às características da procura.

No seu labor de reformulação dos produtos contaram com a colaboração estreita da Área de Estudos Técnicos, a qual, além disso, continuou a assegurar o controlo da suficiência das provisões técnicas em ligação com o Atuário Responsável.

O Centro de Operações, além de continuar a desempenhar um papel importante na relação direta com os clientes, promoveu a certificação de qualidade dos seus processos de *outbound* e *inbound*, legitimando assim, formalmente, a qualidade que nos últimos sete anos lhe tem sido reconhecida, nomeadamente através da presença nos três primeiros lugares do setor de seguros, no *ranking* organizado pela Associação Portuguesa de Call Centers.

7.394 horas

de formação, o que corresponde a uma média de 29,5 horas por colaborador.

Os Serviços de Tecnologias e Processos trataram de assegurar a total eficiência do funcionamento dos sistemas informáticos de suporte às diversas atividades da Companhia e tiveram um papel ativo no desenvolvimento e implementação de novas soluções, tanto na vertente da otimização de processos como na resposta direta ao negócio, operacionalizando os ajustamentos aos produtos e disponibilizando novas ferramentas de serviços à rede comercial.

A Área de Estudos de Mercado e Comunicação desenvolveu uma atuação muito próxima das Unidades de Negócio e da Área Comercial, assegurando a divulgação dos produtos da forma mais adequada e eficaz. Do ponto de vista mais institucional, levou a cabo várias ações de divulgação da marca MAPFRE com o objetivo de contribuir para o seu reconhecimento por parte dos clientes e mediadores.

Da parte da Área Financeira, destacou-se o investimento no desenho e desenvolvimento de um novo processo de gestão dos recibos pendentes, apoiado numa ferramenta implementada pelos Serviços de Tecnologias, com o objetivo de conseguir uma

gestão mais ágil e eficaz das cobranças e, dessa forma, contribuir para a retenção de clientes. Por outro lado, na vertente da Logística, levou a cabo a coordenação de uma obra de transformação estrutural da loja de Faro, para a dotar das condições necessárias à prestação de um serviço de qualidade e à transmissão de uma boa imagem da Companhia naquela zona do país.

No que respeita à Unidade de Gestão de Risco e Controlo Interno, a sua atuação centrou-se no acompanhamento de todos os desenvolvimentos ligados à temática do Solvência II, estabelecendo as pontes entre as diversas áreas da Companhia para assegurar a devida coordenação e integração. Nesse âmbito, entre outras coisas, assegurou a coordenação do Comité de Gestão de Riscos e participou ativamente no cálculo do LTGA, exercício de preparação do Solvência II promovido pelo EIOPA e ao qual a MAPFRE aderiu corporativamente.

As diversas atividades foram garantidas ao longo do ano por um quadro de Recursos Humanos composto por 251 colaboradores, mais 4 que no ano anterior, com uma média de idades de 41 anos, uma antiguidade de 13, sendo 41% deles possuidores de formação superior. Quanto ao género, observa-se uma heterogeneidade razoável com 53% dos colaboradores a pertencerem ao sexo masculino e 47% ao sexo feminino.

Como tem vindo a ser habitual, também em 2013 foi dada uma importância significativa à capacitação dos recursos, tendo-se investido 7.394 horas em formação, o que corresponde a uma média de 29,5 horas por colaborador.

Finalmente, uma referência para as atividades no âmbito da Fundação MAPFRE. À semelhança do ano anterior, foi levado a cabo um vasto programa, abrangendo várias áreas, das quais destacamos:

- A prevenção e segurança rodoviária, mais uma vez através da Caravana de Educação Rodoviária;
- A responsabilidade ambiental, que contou com a realização de um seminário específico;
- A ação social, mediante a participação no projeto ReFood e a colaboração ativa com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em diversos projetos de índole social.

4. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

Apesar do contexto, a MAPFRE continua apostada em reforçar o seu posicionamento no mercado português e nesse sentido definiu um plano de desenvolvimento a médio prazo sustentado em cinco pilares – Crescimento, Desenvolvimento Humano, Valor para os Clientes, Marca, Eficiência e Inovação – os quais deverão contribuir, em simultâneo, para assegurar uma rentabilidade adequada e, por consequência, o devido retorno aos acionistas.

Nesse âmbito, a juntar ao reforço da área técnica de empresas e da criação do escritório de formação e dinamização da rede de distribuição, concretizadas na parte final do ano 2013, encontram-se já em curso ou previstas bastantes outras ações aos mais variados níveis da organização.

De entre elas, destaca-se o reforço da rede de distribuição, tanto ao nível dos canais tradicionais (agentes e corretores) como dos novos canais. Em relação aos produtos, lançou-se já o projeto de implementação do ramo Doença cuja comercialização se prevê iniciar durante o ano 2014 e, como meio para alavancar as vendas, estão em preparação melhorias em vários outros, com especial ênfase nos Multiriscos, no sentido de os tornar ainda mais competitivos. Para suportar o desenvolvimento comercial, foi decidido investir na divulgação da marca e dos produtos, mediante a definição de um plano de comunicação devidamente estruturado que será implementado em meados do ano 2014 e que terá continuidade nos anos seguintes. No que concerne à eficiência, a par de alguns ajustamentos de menor impacto, importa referenciar a otimização da infraestrutura tecnológica, nomeadamente, através do aproveitamento da capacidade instalada que a matriz pode disponibilizar.

Como pano de fundo a esta dinâmica, encontra-se a implementação do modelo de transformação organizacional, internacionalmente definido pelo Grupo MAPFRE, no sentido de se tornar definitivamente uma empresa eficiente e voltada para o cliente, o qual implicará alguns ajustamentos a nível da organização funcional com os quais a estrutura em Portugal não deixará de alinhar.

Certos da mais-valia aportada pelo empenhamento de todos os colaboradores na implementação deste plano, estamos confiantes em atingir os seus objetivos e reforçar o posicionamento da MAPFRE como um grupo segurador de referência em Portugal.

5. AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de toda a nossa atividade, num contexto difícil como o que foi retratado, não teria sido possível sem a vasta colaboração de muitas pessoas e entidades, desde Clientes, Empregados, Agentes, Fornecedores e Entidades Oficiais, às quais expressamos sinceros agradecimentos e com as quais esperamos poder continuar a contar no futuro.

6. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que o resultado líquido do exercício, no montante de 6.591,55 euros (seis mil quinhentos e noventa e um euros e cinquenta e cinco cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- Incorporação em Reserva Legal no montante de 659,16 euros (seiscentos e cinquenta e nove euros e dezasseis cêntimos);
- Incorporação em Reservas Livres no montante de 5.932,39 euros (cinco mil novecentos e trinta e dois euros e trinta e nove cêntimos).

Propomos ainda que seja transferido para Reservas Livres o saldo acumulado em Resultados Transitados no montante de 100.630,10 euros (cem mil seiscentos e trinta euros e dez cêntimos).

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro de Macedo Coutinho
de Almeida
(Presidente)

Filipe Dumont dos Santos
(Vice-Presidente)

António Manuel Cardoso Belo
(Vogal/Administrador-Delegado)

Francisco Marco Orenes
(Vogal)

Ignacio Baeza Gómez
(Vogal)

Jesús García Arranz
(Vogal)

Jesús Martínez Castellanos
(Vogal)

José Luis Catalinas Calleja
(Vogal)

José Luis Joló Marín
(Vogal)

Juan Fernández Palacios
(Vogal)

Matías Salvá Bennasar
(Vogal)

O SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Ribeiro e Silva

3

CONTAS ANUAIS
2013



Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2013			Exercício anterior (2012)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
Ativo					
3.2.1.; 8.; 30.;	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.059.583,88		1.059.583,88	3.433.323,77
3.2.2.; 7.;	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21.000.000,00		21.000.000,00	17.500.000,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			0,00	0,00
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
3.2.3.2.1.; 3.5.4.; 6.1.; 6.2.; 6.3.; 6.5.;	Ativos financeiros disponíveis para venda	123.680.961,18		123.680.961,18	107.855.222,40
3.2.3.2.2.;	Empréstimos concedidos e contas a receber	1.001.275,00	0,00	1.001.275,00	10.006.229,17
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos	1.001.275,00		1.001.275,00	10.006.229,17
	Empréstimos concedidos			0,00	0,00
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
3.2.3.2.3.; 6.1.; 6.2.; 6.5.;	Investimentos a deter até à maturidade	4.747.447,24		4.747.447,24	5.587.583,97
3.2.4.; 3.5.3.; 9.;	Terrenos e edifícios	18.937.538,26	4.448.017,31	14.489.520,95	14.775.251,32
	Terrenos e edifícios de uso próprio	18.517.962,76	4.343.690,79	14.174.271,97	13.868.004,18
	Terrenos e edifícios de rendimento	419.575,50	104.326,52	315.248,98	907.247,14
3.2.5.; 10.;	Outros ativos tangíveis	7.226.569,22	5.761.151,92	1.465.417,30	1.213.607,99
	Inventários			0,00	0,00
3.2.19.; 7.1.;	Goodwill			0,00	0,00
3.2.6.; 12.;	Outros ativos intangíveis	5.063.291,81	4.981.439,19	81.852,62	154.547,71
3.2.7.; 4.1.;	Provisões técnicas de resseguro cedido	21.764.050,42		21.764.050,42	22.134.340,20
	Provisão para prémios não adquiridos	3.687.029,88		3.687.029,88	4.608.437,47
	Provisão matemática do ramo Vida			0,00	0,00
4.1.;	Provisão para sinistros	18.077.020,54		18.077.020,54	17.525.902,73
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
3.2.8.; 3.5.1.; 23.;	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	171.245,83	0,00	171.245,83	171.962,13
3.2.9.; 13.;	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	13.072.538,71	1.423.197,10	11.649.341,61	12.068.294,97
	Contas a receber por operações de seguro direto	9.761.116,14	1.086.825,68	8.674.290,46	9.225.873,17
4.3.2.;	Contas a receber por operações de resseguro	17.412,21		17.412,21	450.726,02
	Contas a receber por outras operações	3.294.010,36	336.371,42	2.957.638,94	2.391.695,78
	Ativos por impostos e taxas	1.505.762,01		1.505.762,01	935.610,49
3.2.17.1.; 24.1.;	Ativos por impostos correntes	1.200.318,58		1.200.318,58	438.912,83
3.2.17.2.; 24.2.;	Ativos por impostos diferidos	305.443,43		305.443,43	496.697,66
3.2.1.3.;	Acréscimos e diferimentos	16.498,75		16.498,75	110.601,27
	Outros elementos do ativo	0,00		0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Total ativo	219.246.762,31	16.613.805,52	202.632.956,79	195.946.575,39

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2013	Exercício anterior (2012)
Passivo e capital próprio			
Passivo			
3.5.2.;	Provisões técnicas	121.288.370,33	123.660.469,82
3.2.10.1.; 4.1.;	Provisão para prémios não adquiridos	21.715.849,36	23.769.830,16
	Provisão matemática do ramo Vida		
3.2.10.4.; 4.1.;	Provisão para sinistros	93.483.858,12	95.058.291,34
	De vida		
	De acidentes de trabalho	33.118.155,68	31.815.909,27
	De outros ramos	60.365.702,44	63.242.382,07
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
3.2.10.3.; 4.1.;	Provisão para desvios de sinistralidade	2.631.377,32	2.413.091,37
3.2.10.2.; 4.1.;	Provisão para riscos em curso	3.457.285,53	2.419.256,95
	Outras provisões técnicas		
3.2.11.;	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	44.707,02	82.294,30
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
3.2.11.;	Depósitos recebidos de resseguradores	44.707,02	82.294,30
	Outros		
3.2.8.; 3.5.1.; 23.;	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	174.253,25	169.715,79
3.2.12.;	Outros credores por operações de seguros e outras operações	5.489.137,14	5.262.461,73
	Contas a pagar por operações de seguro direto	3.968.645,79	4.000.796,82
4.3.2.;	Contas a pagar por operações de resseguro	543.438,56	546.170,09
7.;	Contas a pagar por outras operações	977.052,79	715.494,82
	Passivos por impostos	4.667.584,52	3.097.076,30
3.2.17.1.; 24.1.;	Passivos por impostos correntes	2.284.005,76	2.776.388,53
3.2.17.2.; 24.2.;	Passivos por impostos diferidos	2.383.578,76	320.687,77
3.2.13.;	Acréscimos e diferimentos	3.281.795,59	2.938.945,96
3.2.14.; 13.;	Outras provisões	23.787,09	23.787,09
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	Total passivo	134.969.634,94	135.234.750,99
Capital próprio			
25.;	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
26.;	Reservas de reavaliação	9.652.731,69	466.539,48
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	9.652.731,69	466.539,48
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
26.;	Reserva por impostos diferidos	-2.364.919,27	-123.632,96
26.;	Outras reservas	27.159.637,78	22.923.777,71
	Resultados transitados	100.630,10	50.315,05
	Resultado do exercício	6.591,55	4.286.175,12
	Total capital próprio	67.663.321,85	60.711.824,40
	Total passivo e capital próprio	202.632.956,79	195.946.575,39

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2013			Exercício anterior (2012)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	
3.2.16.; 14.;	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	71.719.560,32		71.719.560,32	82.627.978,38
	Prêmios brutos emitidos	86.417.407,71		86.417.407,71	92.689.196,98
	Prêmios de resseguro cedido	15.785.563,17		15.785.563,17	9.708.216,68
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	-2.222.244,18		-2.222.244,18	-3.187.988,22
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-1.134.528,40		-1.134.528,40	-3.540.990,14
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços				
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	56.282.996,20		56.282.996,20	65.640.565,03
	Montantes pagos	58.408.547,23		58.408.547,23	60.680.389,44
Anexo 3.1. e 3.2.;	Montantes brutos	72.937.372,01		72.937.372,01	82.653.245,59
	Parte dos resseguradores	14.528.824,78		14.528.824,78	21.972.856,15
	Provisão para sinistros (variação)	-2.125.551,03		-2.125.551,03	4.960.175,59
3.2.10.4.; Anexo 3.1. e 3.2.;	Montante bruto	-1.574.433,22		-1.574.433,22	-1.008.697,53
	Parte dos resseguradores	551.117,81		551.117,81	-5.968.873,12
3.2.10.2.; 3.2.10.3.;	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	1.256.314,53		1.256.314,53	-1.020.330,99
	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)				
	Montante bruto				
	Parte dos resseguradores				
	Participação nos resultados, líquida de resseguro				
	Custos e gastos de exploração líquidos	19.536.640,37		19.536.640,37	21.039.295,72
3.2.15.; 15.; 21.;	Custos de aquisição	17.133.997,29		17.133.997,29	17.251.891,06
	Custos de aquisição diferidos (variação)	168.263,38		168.263,38	744.917,51
	Gastos administrativos	4.845.444,69		4.845.444,69	4.343.083,62
3.2.16.;	Comissões e participação nos resultados de resseguro	2.611.064,99		2.611.064,99	1.300.596,47
3.2.3.2.1.; 16.2.1.;	Rendimentos	5.367.481,78	0,00	5.367.481,78	5.090.027,32
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5.263.739,21		5.263.739,21	5.050.808,70
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			0,00	0,00
	Outros	103.742,57		103.742,57	39.218,62
16.2.2.;	Gastos financeiros	726.615,19	0,00	726.615,19	1.084.535,29
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	210.575,68		210.575,68	136.339,77
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			0,00	0,00
	Outros	516.039,51		516.039,51	948.195,52

(Continua)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2013			Exercício anterior (2012)	
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		Total
17;	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		788.893,42	0,00	788.893,42	339.550,73
	De ativos disponíveis para venda		788.389,77		788.389,77	339.550,73
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros		503,65		503,65	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	-33.782,58
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	-33.782,58
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
3.2.3.24; 3.5.4; 6.3;	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		200.020,60	0,00	200.020,60	1.837.599,91
	De ativos disponíveis para venda				0,00	1.729.512,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros		200.020,60		200.020,60	108.087,91
7;	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		75.510,37		75.510,37	20.614,95
	Outras provisões (variação)			119.025,21	119.025,21	146.413,51
13;	Outros rendimentos/gastos		470.047,30		470.047,30	7.391.743,23
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado líquido antes de impostos		-51.141,00	351.022,09	299.881,09	6.708.053,56
3.2.17.1; 3.5.5; 24.1;	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			280.430,63	280.430,63	1.473.785,70
3.2.17.2; 24.2;	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos			12.858,91	12.858,91	948.092,74
	Resultado líquido do exercício		-51.141,00	57.732,55	6.591,55	4.286.175,12

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total	
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prêmios de emissão				Outras reservas
	Balanco em 31 de dezembro 2012 (balanco de abertura)	33.108.650,00	466.539,48	-123.632,96	3.719.844,43	2.979.548,04	16.224.385,24	50.315,05	4.286.175,12	60.711.824,40
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35									0,00
	Balanco de abertura alterado	33.108.650,00	466.539,48	-123.632,96	3.719.844,43	2.979.548,04	16.224.385,24	50.315,05	4.286.175,12	60.711.824,40
	Aumentos/reduções de capital									0,00
	Transação de ações próprias									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos									0,00
3.2.3.2.1.;	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		9.186.192,21	-2.241.286,31						6.944.905,90
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa									0,00

(Continua)

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total	
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão				Outras reservas
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira								0,00	
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio								0,00	
3.2.17.2.;	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos								0,00	
26.;	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				428.617,51		3.807.242,56	50.315,05	-4.286.175,12	0,00
	Distribuição de reservas								0,00	
25.1.;	Distribuição de lucros/prejuízos								0,00	
	Alterações de estimativas contabilísticas								0,00	
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio								0,00	
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								0,00	
	Total das variações do capital próprio	0,00	9.186.192,21	-2.241.286,31	428.617,51	0,00	3.807.242,56	50.315,05	-4.286.175,12	6.944.905,90
	Resultado líquido do exercício							6.591,55	6.591,55	
	Distribuição antecipada de lucros								0,00	
	Balanço em 31 de dezembro 2013	33.108.650,00	9.652.731,69	-2.364.919,27	4.148.461,94	2.979.548,04	20.031.627,80	100.630,10	6.591,55	67.663.321,85

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total	
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prêmios de emissão				Outras reservas
	Balanco em 31 de dezembro 2011 (balanco de abertura)	33.108.650,00	-6.615.169,05	1.753.019,80	3.573.172,57	2.979.548,04	16.167.237,01	50.315,05	1.466.718,58	52.483.492,00
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35									0,00
	Balanco de abertura alterado	33.108.650,00	-6.615.169,05	1.753.019,80	3.573.172,57	2.979.548,04	16.167.237,01	50.315,05	1.466.718,58	52.483.492,00
	Aumentos/reduções de capital									0,00
	Transação de ações próprias									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos									0,00
3.2.3.2.1.;	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		7.081.708,53	-1.876.652,76						5.205.055,77
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira									0,00
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio									0,00

(Continua)

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total	
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão				Outras reservas
3.2.17.2.;	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos						-162.859,55		-162.859,55	
26.;	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				146.671,86		220.007,78	-366.679,64	0,00	
	Distribuição de reservas								0,00	
25.1.;	Distribuição de lucros/prejuízos							-1.100.038,94	-1.100.038,94	
	Alterações de estimativas contabilísticas								0,00	
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio								0,00	
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								0,00	
	Total das variações do capital próprio	0,00	7.081.708,53	-1.876.652,76	146.671,86	0,00	57.148,23	0,00	-1.466.718,58	3.942.157,28
	Resultado líquido do exercício							4.286.175,12	4.286.175,12	
	Distribuição antecipada de lucros								0,00	
	Balço em 31 de dezembro 2012	33.108.650,00	466.539,48	-123.632,96	3.719.844,43	2.979.548,04	16.224.385,24	50.315,05	4.286.175,12	60.711.824,40

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2013	Exercício anterior (2012)
	Resultado líquido do exercício	6.591,55	4.286.175,12
	Outro rendimento integral do exercício	8.397.802,44	6.775.940,38
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	9.186.192,21	7.081.708,53
17.	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	788.389,77	305.768,15
	Reconhecimento de impostos diferidos	-2.241.286,31	-1.876.652,76
	Total do rendimento integral líquido de impostos	6.163.107,68	9.185.462,74

4

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS

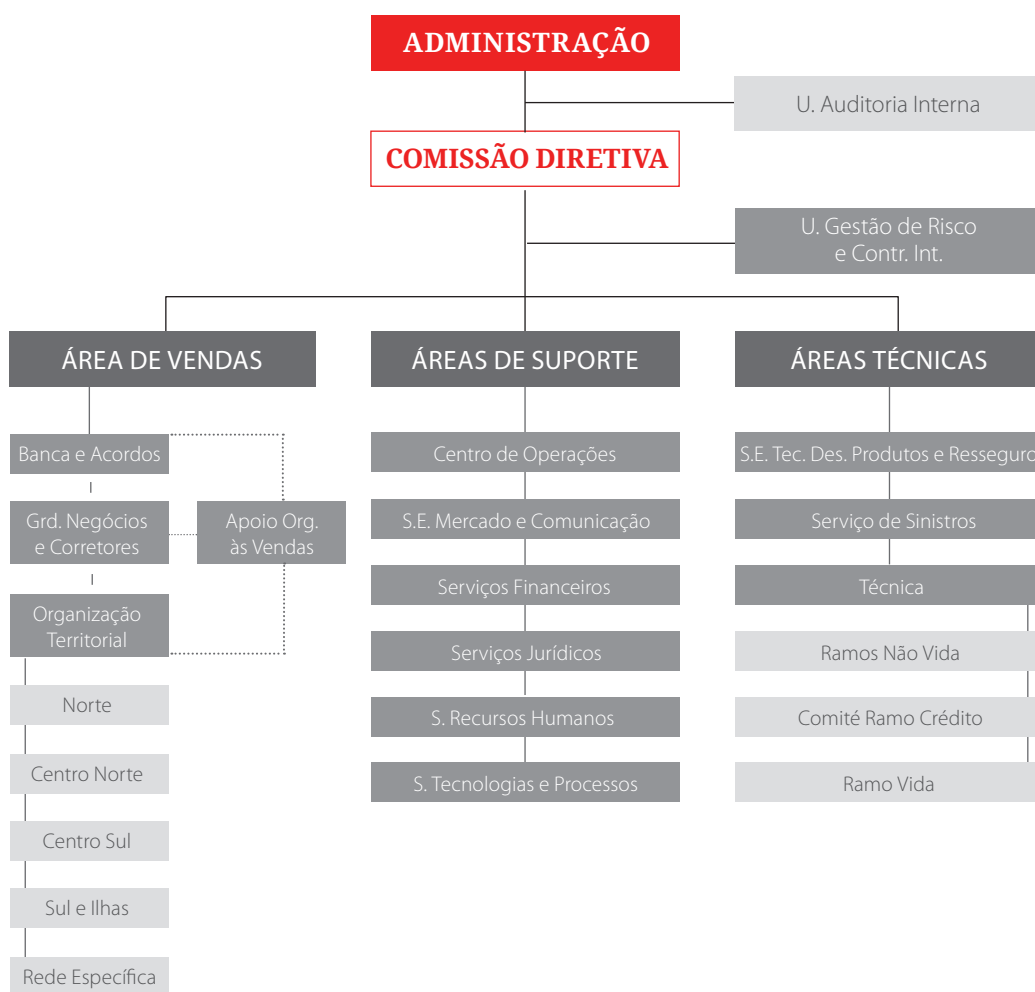


1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. A MAPFRE Seguros Gerais, S.A. foi constituída por escritura em 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A do ISP e iniciou a sua atividade em 1 de abril de 1998.

A Companhia foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:



1.2. A MAPFRE Seguros Gerais, S.A. exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano 2013, prémios no valor de 86,4 milhões de euros, que representam um decréscimo de 6,8% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros obrigatórios de Acidentes de Trabalho 20% e de Automóvel 55%, e os restantes 25% aos ramos de Acidentes Pessoais e Patrimoniais.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração foram abordadas as conjunturas económica e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2013, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano 2014, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

1.3. As demonstrações financeiras da Companhia reportam-se aos exercícios findos em 2012 e 2013 e foram preparadas com base no regime contabilístico estipulado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 22/2010-R, ambas do Instituto de Seguros de Portugal. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas notas não são referidas neste Anexo. O regime contabilístico aplicado acolheu, em termos genéricos, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento e do Conselho Europeu, de 19 de julho de 2002, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-lei n.º 25/2005, com exceção da IFRS 4, da qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, estando, no entanto, pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Não obstante este facto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem qualquer alteração.

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

2.1. Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Crédito e Caução e Restantes Ramos, incluindo este último segmento seguros de Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Aéreo, Mercadorias e Responsabilidade Civil.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2013 apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2013			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
20%	55%	2%	23%

Exercício de 2012			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
20%	54%	2%	24%

2.2. O Balanço por segmentos de negócio, que apresentamos na tabela seguinte, evidenciando a sua ligação com o Balanço global da Companhia, foi elaborado, com exceção dos Ativos Financeiros, das Provisões Técnicas e Resultado Antes de Impostos (que já estavam registados por ramos de negócio), utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio as percentagens das provisões técnicas líquidas de resseguro de cada um dos segmentos.

Exercício de 2013

Balço	Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Outros
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.059.583,88	0,00	847.667,10	74.170,87	137.745,90	0,00
Investimentos em filiais	21.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000.000,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	123.680.961,18	42.238.231,74	65.154.183,55	5.700.991,06	10.587.554,83	0,00
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.001.275,00	0,00	801.020,00	70.089,25	130.165,75	0,00
Investimentos a deter até à maturidade	4.747.447,24	0,00	3.797.957,79	332.321,31	617.168,14	0,00
Terrenos e edifícios	14.489.520,95	5.071.332,33	7.534.550,89	579.580,84	1.304.056,89	0,00
Outros ativos tangíveis	1.465.417,30	512.896,06	762.017,00	58.616,69	131.887,56	0,00
<i>Goodwill</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	81.852,62	28.648,42	42.563,36	3.274,10	7.366,74	0,00
Outros ativos intangíveis	81.852,62	28.648,42	42.563,36	3.274,10	7.366,74	0,00
Investimentos em filiais – <i>Value In-Force</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.764.050,42	170,69	3.651.738,85	5.024.038,00	13.088.102,88	0,00
Ativos por benefícios pós-emprego	171.245,83	59.936,04	89.047,83	6.849,83	15.412,12	0,00
Outros devedores p/ operações de seguros e outras	11.649.341,61	2.392.477,90	6.382.395,22	499.324,67	2.375.143,83	0,00
Ativos por impostos e taxas	1.505.762,01	527.016,70	782.996,25	60.230,48	135.518,58	0,00
Acréscimos e diferimentos	16.498,75	5.774,56	8.579,35	659,95	1.484,89	0,00
Total ativo	202.632.956,79	50.836.484,44	89.854.717,19	12.410.147,05	28.531.608,11	21.000.000,00
Passivo e capital próprio						
Passivo						
Provisões técnicas	121.288.370,33	34.740.550,26	55.513.101,32	9.346.399,96	21.688.318,79	0,00
Outros passivos financeiros	44.707,02	0,00	0,00	44.494,00	213,02	0,00
Passivos por benefícios pós-emprego	174.253,25	60.988,64	90.611,69	6.970,13	15.682,79	0,00
Outros credores p/ operações de seguros e outras	5.489.137,14	1.984.288,62	2.649.575,41	266.306,12	588.966,99	0,00
Outros credores p/ operações de seguros e outras	5.489.137,14	1.984.288,62	2.649.575,41	266.306,12	588.966,99	0,00
Outros credores por investimentos em filiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	4.667.584,52	1.633.654,58	2.427.143,95	186.703,38	420.082,61	0,00
Acréscimos e diferimentos	3.281.795,59	1.148.628,46	1.706.533,71	131.271,82	295.361,60	0,00
Outras provisões	23.787,09	8.325,48	12.369,29	951,48	2.140,84	0,00
Total passivo	134.969.634,94	39.576.436,04	62.399.335,36	9.983.096,90	23.010.766,64	0,00
Capital próprio						
Capital	33.108.650,00	9.270.422,00	15.229.979,00	2.648.692,00	5.959.557,00	0,00
Reservas de reavaliação	9.652.731,69	4.461.863,96	4.152.694,18	363.360,74	674.812,80	0,00
Reserva por impostos diferidos	-2.364.919,27	-1.093.156,68	-1.017.410,08	-89.023,38	-165.329,14	0,00
Outras reservas	27.159.637,78	7.604.698,58	12.493.433,38	2.172.771,02	4.888.734,80	0,00
Resultados transitados	100.630,10	28.176,43	46.289,85	8.050,41	18.113,42	0,00
Resultado do exercício	6.591,55	-1.537.092,49	2.145.637,46	-71.635,93	-588.050,04	0,00
Total capital próprio	67.663.321,85	18.734.911,80	33.050.623,79	5.032.214,86	10.787.838,85	0,00
Total passivo e capital próprio	202.632.956,79	58.311.347,83	95.449.959,15	15.015.311,76	33.798.605,49	0,00

Exercício de 2012

Balanco	Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Outros
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.433.323,77	3.433.323,77	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em filiais	17.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500.000,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	107.855.222,40	39.721.719,94	56.550.807,04	4.088.010,15	7.494.685,27	0,00
Empréstimos concedidos e contas a receber	10.006.229,17	0,00	8.305.170,21	600.373,75	1.100.685,21	0,00
Investimentos a deter até à maturidade	5.587.583,97	0,00	4.637.694,70	335.255,04	614.634,24	0,00
Terrenos e edifícios	14.775.251,32	4.875.832,94	8.126.388,23	591.010,05	1.182.020,11	0,00
Outros ativos tangíveis	1.213.607,99	400.490,64	667.484,39	48.544,32	97.088,64	0,00
<i>Goodwill</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	154.547,71	51.000,74	85.001,24	6.181,91	12.363,82	0,00
Outros ativos intangíveis	154.547,71	51.000,74	85.001,24	6.181,91	12.363,82	0,00
Investimentos em filiais – <i>Value In-Force</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.134.340,20	852,92	3.616.130,97	5.360.793,12	13.156.563,19	0,00
Ativos por benefícios pós-emprego	171.962,13	56.747,50	94.579,17	6.878,49	13.756,97	0,00
Outros devedores p/ operações de seguros e outras	12.068.294,97	2.227.096,24	6.763.757,81	567.312,20	2.510.128,72	0,00
Ativos por impostos e taxas	1.005.394,86	331.780,31	552.967,17	40.215,79	80.431,59	0,00
Acréscimos e diferimentos	110.601,27	36.498,42	60.830,70	4.424,05	8.848,10	0,00
Total ativo	196.016.359,76	51.135.343,42	89.460.811,62	11.648.998,87	26.271.205,85	17.500.000,00
Passivo e capital próprio						
Passivo						
Provisões técnicas	123.660.469,82	33.365.083,17	59.638.892,91	9.755.023,81	20.901.469,93	0,00
Outros passivos financeiros	82.294,30	0,00	0,00	82.409,64	-115,34	0,00
Passivos por benefícios pós-emprego	169.715,79	56.006,21	93.343,68	6.788,63	13.577,26	0,00
Outros credores p/ operações de seguros e outras	5.262.461,73	1.705.367,65	2.729.754,40	238.913,40	588.426,28	0,00
Outros credores p/ operações de seguros e outras	5.262.461,73	1.705.367,65	2.729.754,40	238.913,40	588.426,28	0,00
Outros credores por investimentos em filiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	3.166.860,67	1.045.064,03	1.741.773,37	126.674,42	253.348,85	0,00
Acréscimos e diferimentos	2.938.945,96	969.852,17	1.616.420,28	117.557,84	235.115,68	0,00
Outras provisões	23.787,09	7.849,74	13.082,90	951,48	1.902,97	0,00
Total passivo	135.304.535,36	37.149.222,97	65.833.267,54	10.328.319,22	21.993.725,63	0,00
Capital próprio						
Capital	33.108.650,00	8.939.335,50	15.892.152,00	2.648.692,00	5.628.470,50	0,00
Reservas de reavaliação	466.539,48	679.835,40	-177.035,61	-12.797,76	-23.462,55	0,00
Reserva por impostos diferidos	-123.632,96	-180.156,38	46.914,44	3.391,41	6.217,58	0,00
Outras reservas	22.923.777,71	6.189.419,98	11.003.413,30	1.833.902,22	3.897.042,21	0,00
Resultados transitados	50.315,05	13.585,06	24.151,22	4.025,20	8.553,56	0,00
Resultado do exercício	4.286.175,12	-829.496,81	-542.206,56	-657.270,02	1.491.697,23	0,00
Total capital próprio	60.711.824,40	14.812.522,75	26.247.388,79	3.819.943,05	11.008.518,52	0,00
Total passivo e capital próprio	196.016.359,76	51.961.745,72	92.080.656,33	14.148.262,27	33.002.244,15	0,00

Nota: No Balanço apresentado para o exercício de 2012, os valores dos Ativos por impostos e taxas e dos Passivos por impostos diferidos foram corrigidos, entre o ativo e o passivo, no valor de 69.784,37 euros, para alocação correta dos valores dos ativos e passivos por impostos diferidos, de acordo com o balancete analítico, do exercício de 2012.

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

Exercício de 2013					
Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	71.719.560,32	17.442.917,15	44.999.896,44	401.487,49	8.875.259,24
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	56.282.996,20	16.718.698,37	32.720.667,94	375.082,10	6.468.547,79
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var.)	1.256.314,53	117.576,07	600.423,68	-71.015,95	609.330,73
Custos e gastos de exploração líquidos	19.536.640,37	4.113.372,63	12.375.501,95	289.716,54	2.758.049,25
Rendimentos	5.367.481,78	2.031.543,42	2.797.686,18	118.416,27	419.835,91
Gastos financeiros	726.615,19	97.735,26	478.543,11	24.511,45	125.825,37
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	788.893,42	31.529,61	633.812,57	27.793,90	95.757,34
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	200.020,60	0,00	168.127,74	7.335,94	24.556,92
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	75.510,37	4.299,66	57.506,69	6.296,49	7.407,53
Resultado técnico	-51.141,00	-1.537.092,49	2.145.637,46	-71.635,93	-588.050,04
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	119.025,21				
Outros rendimentos/gastos	470.047,30				
Resultado não técnico	351.022,09	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	299.881,09	-1.537.092,49	2.145.637,46	-71.635,93	-588.050,04
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos correntes	280.430,63				
Imposto/rendimento do exercício – Impostos diferidos	12.858,91				
Resultado líquido do exercício	6.591,55	-1.537.092,49	2.145.637,46	-71.635,93	-588.050,04

Exercício de 2012					
Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	82.627.978,38	18.894.715,59	54.598.597,07	248.028,27	8.886.637,45
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	65.640.565,03	17.177.959,92	43.282.683,10	707.461,90	4.472.460,11
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var.)	-1.020.330,99	37.032,01	-1.294.564,10	52.947,73	184.253,37
Custos e gastos de exploração líquidos	21.039.295,72	4.196.668,27	14.177.641,68	248.846,79	2.416.138,98
Rendimentos	5.090.027,32	1.808.713,54	2.788.466,61	110.882,08	381.965,09
Gastos financeiros	1.084.535,29	243.471,37	599.300,28	48.666,06	193.097,58
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	339.550,73	130.399,66	177.476,84	7.273,99	24.400,24
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-33.782,58	0,00	-28.729,33	-1.031,62	-4.021,63
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	1.837.599,91	0,00	1.345.457,49	24.561,73	467.580,69
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20.614,95	-8.194,03	32.500,70	1.721,58	-5.413,30
Resultado técnico	-537.276,16	-829.496,81	-542.206,56	-715.609,91	1.550.037,12
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	146.413,51				
Outros rendimentos/gastos	7.391.743,23				
Resultado não técnico	7.245.329,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	6.708.053,56	-829.496,81	-542.206,56	-715.609,91	1.550.037,12
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos correntes	1.473.785,70				
Imposto/rendimento do exercício – Impostos diferidos	948.092,74				
Resultado líquido do exercício	4.286.175,12	-829.496,81	-542.206,56	-715.609,91	1.550.037,12

Nos exercícios de 2013 e 2012, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.



3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No exercício de 2013, as demonstrações financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

3.2. BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.2.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores re-

gistados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

3.2.2. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Uma subsidiária é uma entidade que é controlada por uma outra entidade designada empresa-mãe. Presume-se a existência de controlo quando a empresa-mãe for proprietária, direta ou indiretamente, através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade, a não ser que, em circunstâncias excecionais, possa ficar claramente demonstrado que essa propriedade não constitui controlo.

Também existe controlo quando a empresa-mãe for proprietária de metade ou menos do poder de voto de uma entidade quando houver:

- Poder sobre mais de metade dos direitos de voto, em virtude de um acordo com outros investidores;
- Poder para gerir a política financeira e operacional da entidade segundo uma cláusula estatutária ou um acordo;
- Poder para nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho de direção ou de um órgão

“ É objetivo da MAPFRE oferecer aos seus Clientes e público em geral a máxima proximidade, transparência e profissionalismo. ”

de gestão equivalente e o controlo da entidade for feito por esse conselho ou órgão; ou

- d) Poder para representar a maioria dos votos em reuniões do conselho de direção ou de um órgão equivalente e o controlo da entidade for feito por esses conselho ou órgão.

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma subsidiária nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de subsidiárias), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de subsidiárias), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a) Representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- b) Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- c) Transações materiais entre a investidora e a investida;
- d) Intercâmbio de pessoal e de gestão; e
- e) Fornecimento de informação técnica essencial.

Numa concentração de atividades empresariais, a adquirente deve, à data da aquisição:

- (a) Reconhecer o *Goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais como um ativo e (b) inicialmente mensurar esse *Goodwill* pelo seu custo, que é o excesso do custo da concentração de atividades empresariais acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

Após o reconhecimento inicial, a adquirente deve mensurar o *Goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais pelo custo menos qualquer perda por imparidade acumulada.

Com a finalidade de testar a imparidade do *Goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais, deve, a partir da data da aquisição, ser imputado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa do adquirente, que se espera que beneficiem das sinergias da concentração de atividades empresarias, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades ou grupos de unidades. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o *Goodwill* seja assim imputado deve:

- a) Representar o nível mais baixo no seio da entidade ao qual o *Goodwill* é monitorizado para finalidades de gestão interna; e
- b) Não ser maior do que um segmento baseado no formato de relato primário.

Os investimentos em subsidiárias e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade (Nota 7).

3.2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.3.1. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros disponíveis para venda”, “Empréstimos concedidos e contas a receber”, “Outros depósitos” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. Os custos diretamente imputados à transação são acrescidos ao valor do ativo.

3.2.3.2. MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação às necessidades de liquidez ou alterações da taxa de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não tenham sido classificados nas outras categorias de ativos financeiros. Incluem títulos de dívida, instrumentos de capital e investimentos em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 6.11. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.3.2.2. Empréstimos concedidos e contas a receber/outros depósitos

Nesta rubrica registam-se os depósitos a prazo junto de entidades bancárias, a curto prazo, geralmente inferiores a 180 dias.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

3.2.3.2.3. Investimentos a deter até à maturidade

São classificados nesta categoria os ativos sobre os quais existe uma intenção firme de manutenção em carteira até ao seu vencimento.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente valorizados pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não



valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de investimentos a deter até à maturidade”.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 6.11. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.3.2.4. Imparidade dos ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente, por cada um dos ativos financeiros que fazem parte das demonstrações financeiras, testes de imparidade.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido

reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capitais valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2013 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

3.2.4. EDIFÍCIOS

Os edifícios que a Companhia utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de ren-

dimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16.

Os edifícios encontram-se valorizados ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

3.2.5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

3.2.6. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os custos com *software* encontram-se registados ao custo de aquisição e as amortizações são efetuadas

pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

3.2.7. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham na alínea 3.2.10. e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 4.

3.2.8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

3.2.8.1. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

a) Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano todos os trabalhadores que aderiram ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 48.^a do referido Contrato, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

b) Planos de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho que esteve em vigor até aí.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, derivadas desse plano, obedece ao estipulado na cláusula 56.^a do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/01/2012, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valoração atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 23.

Esse valor encontra-se garantido através de apólices contratadas junto da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada, consideradas não elegíveis nos termos da IAS 19. Em consequência, o valor atual das responsabilidades é refletido no passivo e o justo valor dos ativos é refletido no ativo.

Os ganhos e perdas decorrentes das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os

resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são anualmente reconhecidos na conta de ganhos e perdas e em Outras Variações de Capital Próprio, respetivamente. De igual forma, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos, é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

3.2.8.2. PRÉMIO DE PERMANÊNCIA

As responsabilidades decorrentes do n.º 2 da cláusula 41.^a do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor desde 15/01/2012 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

3.2.8.3. BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

3.2.9. OUTROS DEVEDORES

A valorização destes ativos realiza-se ao custo histórico líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

A imparidade, no que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma n.º 13/2000-R do ISP.

3.2.10. PROVISÕES TÉCNICAS

3.2.10.1. PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS DO SEGURO DIRETO E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 emitida pelo ISP, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização

dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

3.2.10.2. PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por grupos de ramos (Acidentes, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Responsabilidade Civil Geral, Crédito e Caução, Proteção Jurídica, Assistência e Diversos), com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 12/2000 do ISP.

3.2.10.3. PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 emitida pelo ISP, para a cobertura de fenómenos sísmicos do ramo Incêndio e para os ramos de Caução e Crédito.

3.2.10.4. PROVISÃO PARA SINISTROS DE SEGURO DIRETO

3.2.10.4.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A valorização é realizada caso a caso, em função das características de cada sinistro, segundo o conhecimento dos riscos e a experiência histórica, para que não resulte imprudente nem excessivamente conservadora.

3.2.10.4.2. Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimação é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

3.2.10.4.3. Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimação é realizada segundo métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

3.2.10.4.4. Responsabilidades com assistência vitalícia

Calculam-se caso a caso para todos os sinistrados com uma incapacidade permanente superior a 50% ou, sendo inferior, para aqueles que apresentem incapacidade permanente para o trabalho habitual.

A MAPFRE tem como objetivo proporcionar soluções globais e abrangentes, através de produtos com as coberturas mais adequadas às necessidades dos Clientes.



3.2.10.4.5. Gastos de tramitação dos sinistros pendentes

Esta provisão destina-se a contabilizar o valor estimado de gastos necessários para tramitar os sinistros conhecidos pendentes de liquidação e os sinistros pendentes de declaração. É calculada com base na avaliação do histórico da Companhia.

3.2.10.4.6. Provisão matemática de Acidentes de Trabalho

Corresponde ao valor atual das pensões a pagar do ramo Acidentes de Trabalho e é calculada segundo métodos de projeção atuarial. São apresentadas na Nota 4 informações adicionais conducentes à clarificação dos métodos e pressupostos adotados na determinação destas provisões.

3.2.11. PASSIVOS FINANCEIROS

A única classe de passivo financeiro registado são os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

3.2.12. OUTROS CREDORES

A valorização efetua-se ao custo histórico.

3.2.13. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas serão reconhecidas em exercícios posteriores.

3.2.14. OUTRAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão

corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.2.15. IMPUTAÇÃO DE GASTOS POR FUNÇÕES E POR SEGMENTOS

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na Nota 21 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

3.2.16. RECONHECIMENTO DE GANHOS E PERDAS EM CONTRATOS DE SEGUROS

Os prémios e comissões de contratos de seguro são reconhecidos quando emitidos, o que se verifica igualmente nos prémios e comissões de resseguro cedido. Através da Provisão para Prémios não adquiridos, este critério de reconhecimento inicial é ajustado para que o mesmo se verifique ao longo dos correspondentes períodos de risco dos contratos de seguros.

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.2.10.4. e 3.2.7., são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

3.2.17. IMPOSTOS

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda ou terrenos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

3.2.17.1. IMPOSTOS CORRENTES

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada juris-

dição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.2.17.2. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

3.2.18. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

3.2.19. CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS E GOODWILL

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transação, de ativos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitido, acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis à transação. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor na data da aquisição.

O *Goodwill* corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que se verifique que o justo valor excede o custo de aquisição (*Goodwill* negativo), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes, o *Goodwill* positivo é registado no ativo, não sendo amortizado. No entanto, é objeto de testes de imparidade numa base anual, sendo refletidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização de teste de imparidade, o *Goodwill* apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O *Goodwill* imputado a cada Unidade é objeto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do *Goodwill* é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o *Goodwill* respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em *Goodwill* não podem ser revertidas em períodos futuros.

3.3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2013 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às

consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2013

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013. Na Nota 33 encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2013.

3.5. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPETOS DE JULGAMENTOS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas descritas é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem:

3.5.1. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Conforme descrito na alínea 3.2.8.1. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – planos de benefício definido – concedidos a alguns dos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

3.5.2. DETERMINAÇÃO DOS PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGUROS

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na alínea 3.2.10. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

3.5.3. DEFINIÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS EDIFÍCIOS

A Companhia efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efetivamente se virão a verificar poderão ser diferentes.

3.5.4. PERDAS POR DETERIORO DE DETERMINADOS ATIVOS

A Companhia reconhece as perdas por deterioro dos seus ativos, nomeadamente no que respeita aos imóveis e instrumentos financeiros, de acordo com as suas melhores estimativas. Contudo, poderão vir efetivamente a verificar-se valores diferentes dos conhecidos contabilisticamente.

3.5.5. DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

3.5.6. IMPOSTOS DIFERIDOS

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias dos componentes dos resultados líquidos do exercício não coincidam com as correspondentes quantias relevantes para determinação do imposto liquidado com referência ao período e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – determinantes tanto de passivos por impostos diferidos como de ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.



*“ Uma empresa ágil e dinâmica
na identificação e satisfação
das novas necessidades dos Clientes. ”*

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGURO

4.1. IDENTIFICAÇÃO E EXPLICAÇÃO DAS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

a) Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro

As políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro são descritas no ponto 3.2.10.

b) Processos usados na determinação dos pressupostos que tiveram maior efeito na mensuração das quantias indicadas nas demonstrações financeiras

I) Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Para a valorização casuística dos sinistros, em cada sinistro é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles.

No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e o IDS Devedor.

No ramo de Caução, a valorização é sempre efetuada pelo valor garantido ou reclamado, se menor, e, no ramo de Crédito, pelo valor efetivamente a indemnizar.

Os hipotéticos valores de reembolso, derivados de responsabilidades assumidas pela Companhia mas imputáveis a outrem, apenas são contabilizados no momento do seu recebimento efetivo.

II) Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação da provisão necessária.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel, as matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes processos efetuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

III) Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel, as matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes expedientes efetuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

IV) Responsabilidades com assistência vitalícia

As provisões para assistência vitalícia são estimadas caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

V) Gastos de tramitação dos sinistros pendentes

Esta provisão calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

VI) Provisão matemática de Acidentes de Trabalho

É calculada segundo métodos de projeção atuarial, utilizando os seguintes pressupostos:

Descrição	Valor dos capitais de remissão	Provisões matemáticas
Lei de sobrevivência da tábua	TD 88/90	GRF 80
Taxa de rendimento	5,25%	4,00%
Carga de gestão	0%	1%

As bases técnicas referidas para o valor dos capitais de remissão apenas são aplicáveis às situações de remissões já definidas ou homologadas.

c) Alterações nas metodologias de cálculo das provisões técnicas

A Companhia não considerou quaisquer alterações, nos exercícios de 2013 e 2012, nas metodologias e pressupostos utilizados na mensuração das suas provisões técnicas.

d) Reconciliação dos passivos resultantes de contratos de seguro, nos ativos resultantes de contratos de resseguro, para os exercícios de 2013 e 2012 – Provisões técnicas

Exercício de 2013				
Provisões técnicas – seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prêmios não adquiridos	23.769.830,16	168.263,38	2.222.244,18	21.715.849,36
Prêmios não adquiridos	28.998.252,93	0,00	2.222.244,18	26.776.008,75
Custos de aquisição diferidos	-5.228.422,77	168.263,38	0,00	-5.060.159,39
Provisão para sinistros	95.058.291,34	4.145.666,39	5.720.099,61	93.483.858,12
De Acidentes de Trabalho	31.815.909,27	3.797.716,93	2.495.470,52	33.118.155,68
Matemática	20.675.017,33	1.657.704,72	0,00	22.332.722,05
Assistência vitalícia	2.568.563,81	613.271,72	0,00	3.181.835,53
Outras prestações e custos	5.875.941,18	0,00	1.355.976,61	4.519.964,57
IBNR	490.352,27	561.110,31	0,00	1.051.462,58
IBNER	1.831.277,42	861.120,26	1.139.493,91	1.552.903,77
Custos de gestão de sinistros	374.757,26	104.509,92	0,00	479.267,18
De outros seguros	63.242.382,07	347.949,46	3.224.629,09	60.365.702,44
Prestações	49.297.666,40	182.540,23	0,00	49.480.206,63
IBNR	5.791.811,31	0,00	1.709.309,37	4.082.501,94
IBNER	6.500.073,83	0,00	1.515.319,72	4.984.754,11
Custos de gestão de sinistros	1.652.830,53	165.409,23	0,00	1.818.239,76
Outras provisões técnicas	4.832.348,32	1.256.314,53	0,00	6.088.662,85
Provisão para desvios de sinistralidade	2.413.091,37	218.285,95	0,00	2.631.377,32
Provisão para riscos em curso	2.419.256,95	1.038.028,58	0,00	3.457.285,53
Total	123.660.469,82	5.570.244,30	7.942.343,79	121.288.370,33

Exercício de 2012				
Provisões técnicas – seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prêmios não adquiridos	26.212.900,87	744.917,51	3.187.988,22	23.769.830,16
Prêmios não adquiridos	32.186.241,15	0,00	3.187.988,22	28.998.252,93
Custos de aquisição diferidos	-5.973.340,28	744.917,51	0,00	-5.228.422,77
Provisão para sinistros	96.066.988,87	2.564.001,95	3.572.699,48	95.058.291,34
De Acidentes de Trabalho	29.615.022,43	2.200.886,84	0,00	31.815.909,27
Matemática	19.966.833,19	708.184,14	0,00	20.675.017,33
Assistência vitalícia	2.067.745,05	500.818,76	0,00	2.568.563,81
Outras prestações e custos	5.276.892,58	599.048,60	0,00	5.875.941,18
IBNR	490.007,70	344,57	0,00	490.352,27
IBNER	1.498.791,22	332.486,20	0,00	1.831.277,42
Custos de gestão de sinistros	314.752,69	60.004,57	0,00	374.757,26
De outros seguros	66.451.966,44	363.115,11	3.572.699,48	63.242.382,07
Prestações	52.138.430,51	0,00	2.840.764,11	49.297.666,40
IBNR	6.523.746,68	0,00	731.935,37	5.791.811,31
IBNER	6.283.999,75	216.074,08	0,00	6.500.073,83
Custos de gestão de sinistros	1.505.789,50	147.041,03	0,00	1.652.830,53
Outras provisões técnicas	5.852.679,31	0,00	1.020.330,99	4.832.348,32
Provisão para desvios de sinistralidade	2.566.047,53	0,00	152.956,16	2.413.091,37
Provisão para riscos em curso	3.286.631,78	0,00	867.374,83	2.419.256,95
Total	128.132.569,05	3.308.919,46	7.781.018,69	123.660.469,82

Exercício de 2013				
Provisões técnicas – resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prêmios não adquiridos	4.608.437,47	213.120,81	1.134.528,40	3.687.029,88
Prêmios não adquiridos	5.539.937,18	0,00	1.134.528,40	4.405.408,78
Custos de aquisição diferidos	-931.499,71	213.120,81	0,00	-718.378,90
Provisão para sinistros	17.525.902,73	1.222.818,65	671.700,84	18.077.020,54
Prestações	14.473.771,97	1.222.818,65	0,00	15.696.590,62
IBNR	2.159.423,14	0,00	560.889,49	1.598.533,65
IBNER	892.707,62	0,00	110.811,35	781.896,27
Total	22.134.340,20	1.435.939,46	1.806.229,24	21.764.050,42

Exercício de 2012				
Provisões técnicas – resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prêmios não adquiridos	7.912.484,92	236.942,69	3.540.990,14	4.608.437,47
Prêmios não adquiridos	9.080.927,32	0,00	3.540.990,14	5.539.937,18
Custos de aquisição diferidos	-1.168.442,40	236.942,69	0,00	-931.499,71
Provisão para sinistros	23.494.775,85	0,00	5.968.873,12	17.525.902,73
Prestações	19.232.049,05	0,00	4.758.277,08	14.473.771,97
IBNR	3.076.897,60	0,00	917.474,46	2.159.423,14
IBNER	1.185.829,20	0,00	293.121,58	892.707,62
Total	31.407.260,77	236.942,69	9.509.863,26	22.134.340,20

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e no resseguro cedido e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos, relativamente ao resseguro cedido, está incluída na conta de ganhos e perdas, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de “Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro da conta de ganhos e perdas”.

e) Importâncias decorrentes da anulação de um contrato de resseguro do ramo Automóvel

Face aos diversos investimentos realizados em filiais, não aptos para a representação das provisões técnicas, bem como às desvalorizações dos instrumentos financeiros provocadas pela instabilidade dos mercados nos últimos anos e a fim de poder continuar a manter uma adequada percentagem de cobertura das provisões técnicas, a MAPFRE procurou uma solução técnica que passou pela celebração de um contrato de resseguro de automóvel, o qual foi contabilizado no final do ano 2011.

Posteriormente, após análise mais detalhada da situação por parte da Assessoria Jurídica do Grupo MAPFRE, verificou-se que a Diretiva n.º 2005/83/CE determina que “Os Estados-Membros não podem manter nem adotar um sistema de reservas brutas que exija a afetação de ativos com vista a representar as provisões para prémios não adquiridos e sinistros pendentes se a resseguradora for uma empresa de resseguro autorizada ao abrigo da presente diretiva ou uma empresa de seguros autorizada ao abrigo das Diretivas n.º 73/239/CEE ou 2002/83/CE”.

Na sequência, pelo facto de o texto da Norma Regulamentar n.º 13/2003-R ser omissivo em relação à sede do ressegurador e aparentemente incompatível com a Diretiva, a MAPFRE solicitou um esclarecimento ao ISP, o qual veio no sentido de uma interpretação restritiva do texto da norma, acolhendo a tese de que o limite do n.º 8 do artigo 4.º apenas se deve aplicar caso o ressegurador possua sede em território fora da União Europeia.

Com este relevante esclarecimento, deixaram de se colocar as restrições à taxa de cobertura das provisões técnicas e esta voltou a níveis bastante confortáveis, motivo pelo qual, em 2012, foi acordada com os resseguradores a anulação do contrato celebrado, que deu origem aos movimentos contabilísticos refletidos na conta de ganhos e perdas, de acordo com o detalhado no quadro abaixo:

Conceito	Valor
Conta de ganhos e perdas:	
Prémios de resseguro cedido	8.470.804,94
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	2.334.238,01
Custos com sinistros – montantes pagos – parte dos resseguradores	4.635.800,90
Custos com sinistros – provisão para sinistros – parte dos resseguradores (variação)	-223.600,91
Custos e gastos de exploração líquidos – Comissões e participação nos resultados de resseguro	1.538.931,00
Resultado refletido na conta de ganhos e perdas	185.435,94

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2013 e de 2012, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1. e 3.2. a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

4.2. AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados na gestão desses riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões do Comité de Steering respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités setoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *rating A* da Standard & Pools;
- Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- Minimização do risco através da partilha em regime de co-seguro, quando estão em causa capitais demasiadamente elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e encerramento dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e

A MAPFRE conta com o portfólio de produtos e serviços mais completo e global do mercado segurador mundial.



- O manual de sinistros contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- “Comité de Gestão de Riscos e Solvência” assegura o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- “Comité Técnico”, em sede do qual se definem as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio, a qual tem por base dois aspetos relevantes:
 - Certificação das provisões técnicas por atuários independentes;
 - Acompanhamento permanente da evolução da sinistralidade, através de matrizes por anos de desenvolvimento, com o consequente cálculo e imputação, através de métodos estatísticos, das provisões para sinistros não declarados no exercí-

cio (IBNR), para desvios na valoração dos sinistros declarados (IBNER) e para gastos de tramitação de sinistros, em função do número e vida média esperada destes;

- “Comité de Negócio”, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição e a análise das campanhas comerciais;
- “Comité de Sinistros”, no qual se efetua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da eficiência na liquidação, dos custos médios e das valorações dos sinistros especiais;
- “Comité de Projetos” analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos;
- “Comité de Alterações”, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas;
- “Comité de Anulações”, cujo objetivo é tornar a gestão das anulações da Companhia (ramos Vida e Não Vida) mais eficaz; e

- “Comité de Segurança”, onde são analisadas e aprovadas as metodologias a observar nos seguintes planos:
 - Plano de Contingência – estabelece resposta a emergência;
 - Plano de Recuperação de Desastre – estabelece os procedimentos e meios de recuperação em caso de desastre e o processo para o regresso à normalidade;
 - Plano de Gestão de Crise – estabelece a organização de resposta a um desastre, incluindo o processo de ativação e contacto das equipas;
 - Plano de Manutenção e Testes – estabelece o processo de manutenção do Plano de Continuidade do Negócio.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto de a política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remunerações variáveis, indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

b) Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

I) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de 1 ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

Conceito	Antes de resseguro		Após resseguro	
	2013	2012	2013	2012
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado (milhões euros)	0,89	0,96	0,72	0,83
Índice de volatilidade do rácio combinado	6,8%	6,3%	2,6%	3,3%

II) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Exercício de 2013					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	17.617.263,42	47.166.235,88	1.859.420,44	19.774.487,97	86.417.407,71
Prémios de resseguro cedido	216.410,24	3.189.119,92	1.426.871,35	10.953.161,66	15.785.563,17
% média de retenção	99%	93%	23%	45%	82%

Exercício de 2012					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	19.001.730,25	50.060.939,17	1.427.368,13	22.199.159,43	92.689.196,98
Prémios de resseguro cedido	247.932,00	-5.053.291,99	1.178.941,43	13.334.635,24	9.708.216,68
% média de retenção	99%	110%	17%	40%	90%

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda –, todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

III) Sinistros efetivos/estimados

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, permite uma análise comparativa dos custos efetivos em relação às estimativas.

Exercício de 2013

Evolução dos custos com sinistros – Anos seguintes ao de ocorrência

Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2008 e anteriores	Provisão pendente	3.858	9.890	6.748	7.201	5.341	26.351
	Pagos acumulados	49.383	54.746	56.896	58.828	59.626	61.774
	Total custo	53.241	64.636	63.644	66.028	64.967	88.124
2009	Provisão pendente	18.793	10.352	12.168	10.238	10.447	
	Pagos acumulados	57.455	65.133	67.654	69.265	69.892	
	Total custo	76.248	75.485	79.822	79.503	80.339	
2010	Provisão pendente	17.534	10.691	7.107	6.914		
	Pagos acumulados	53.385	71.761	73.800	74.822		
	Total custo	70.919	82.452	80.907	81.736		
2011	Provisão pendente	27.723	10.818	9.318			
	Pagos acumulados	41.941	72.319	75.485			
	Total custo	69.664	83.138	84.803			
2012	Provisão pendente	25.876	13.806				
	Pagos acumulados	35.701	54.777				
	Total custo	61.577	68.583				
2013	Provisão pendente	26.648					
	Pagos acumulados	36.614					
	Total custo	63.262					

Conceito	Ano de ocorrência						Total
	2013	2012	2011	2010	2009	2008 e ant.	
Provisão p/ sinistros de seguro direto – Não Vida	26.648	13.806	9.318	6.914	10.447	26.351	93.484

Milhares de euros

Exercício de 2012

Evolução dos custos com sinistros – Anos seguintes ao de ocorrência

Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2007 e anteriores	Provisão pendente	14.788	5.471	6.049	4.628	5.377	15.002
	Pagos acumulados	49.414	54.998	56.782	57.467	57.976	60.044
	Total custo	64.202	60.469	62.830	62.095	63.352	75.046
2008	Provisão pendente	3.858	9.890	6.748	7.201	5.341	
	Pagos acumulados	49.383	54.746	56.896	58.828	59.626	
	Total custo	53.241	64.636	63.644	66.028	64.967	
2009	Provisão pendente	18.793	10.352	12.168	10.238		
	Pagos acumulados	57.455	65.133	67.654	69.265		
	Total custo	76.248	75.485	79.822	79.503		
2010	Provisão pendente	17.534	10.691	7.107			
	Pagos acumulados	53.385	71.761	73.800			
	Total custo	70.919	82.452	80.907			
2011	Provisão pendente	27.723	10.818				
	Pagos acumulados	41.941	72.319				
	Total custo	69.664	83.138				
2012	Provisão pendente	25.876					
	Pagos acumulados	35.701					
	Total custo	61.577					

Conceito	Ano de ocorrência						Total
	2012	2011	2010	2009	2008	2007 e ant.	
Provisão p/ sinistros de seguro direto – Não Vida	25.876	10.818	7.107	10.238	5.341	15.002	74.383

Nota: Os valores apresentados nos quadros acima não incluem os valores referentes a provisões matemáticas e pensões pagas do ramo Acidentes de Trabalho.

A percentagem imputável ao resseguro cedido da sinistralidade apresentada no quadro anterior ascende globalmente a 20,9% no exercício corrente e a 26,9% no exercício anterior.

O valor de 22.332.722,05 euros referente às provisões matemáticas de acidentes de trabalho e incluído na rubrica do Passivo “Provisão para sinistros” apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Exercício de 2013				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática			Total por ano de ocorrência do sinistro
	Conciliadas/Homologadas	Definidas	Presumíveis	
2008 e anteriores	8.320.158,97	456.931,57	509.766,37	9.286.856,91
2009	1.662.839,78	0,00	425.873,99	2.088.713,77
2010	1.553.403,57	0,00	551.785,39	2.105.188,96
2011	761.268,31	0,00	1.825.173,85	2.586.442,16
2012	1.011.007,55	0,00	2.560.775,11	3.571.782,66
2013	5.841,87	0,00	2.687.895,72	2.693.737,59
Total	13.314.520,05	456.931,57	8.561.270,43	22.332.722,05

Exercício de 2012				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática			Total por ano de ocorrência do sinistro
	Conciliadas/Homologadas	Definidas	Presumíveis	
2007 e anteriores	6.721.507,74	466.511,69	720.552,90	7.908.572,33
2008	1.357.533,93	0,00	233.310,40	1.590.844,33
2009	1.373.625,08	0,00	988.114,18	2.361.739,26
2010	849.239,18	0,00	1.105.612,20	1.954.851,38
2011	883.553,61	0,00	2.980.571,84	3.864.125,45
2012	281.636,90	0,00	2.713.247,68	2.994.884,58
Total	11.467.096,44	466.511,69	8.741.409,20	20.675.017,33

O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de Acidentes de Trabalho ascendeu a 3.933.664,83 euros. No quadro seguinte apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Exercício de 2013			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos – Pensões		Total por ano de ocorrência do sinistro
	Pensões pagas	Pensões remidas	
2008 e anteriores	598.739,21	97.985,20	696.724,41
2009	159.699,59	159.284,57	318.984,16
2010	179.714,95	262.256,93	441.971,88
2011	111.811,79	1.024.672,05	1.136.483,84
2012	105.469,91	1.207.174,97	1.312.644,88
2013	698,72	26.156,94	26.855,66
Total	1.156.134,17	2.777.530,66	3.933.664,83

Exercício de 2012			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos – Pensões		Total por ano de ocorrência do sinistro
	Pensões pagas	Pensões remidas	
2007 e anteriores	470.059,98	69.343,97	539.403,95
2008	98.984,84	126.890,11	225.874,95
2009	109.174,52	333.694,91	442.869,43
2010	111.956,33	1.090.920,20	1.202.876,53
2011	90.373,49	1.265.643,01	1.356.016,50
2012	17.972,63	66.680,91	84.653,54
Total	898.521,79	2.953.173,11	3.851.694,90

4.3. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA SOBRE RISCOS DE MERCADO, CRÉDITO, LIQUIDEZ E OPERACIONAIS

4.3.1. RISCO DE MERCADO

Efetua-se uma análise detalhada nos pontos 6.5.2.c).

4.3.2. RISCO DE CRÉDITO

A análise de risco de crédito associada a investimentos financeiros encontra-se detalhada nos pontos 6.5.2.a).

a) Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 32,9% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 9,5% tem pagamento direto nas lojas da Companhia, ou seja, 42,5% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada, quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento.

A Companhia calcula e contabiliza um ajustamento para recibos por cobrar, cujo valor se detalha na Nota 13.

b) Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE Seguros Gerais, S.A. detêm 54,4% da carteira da Companhia e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais, o que diminui a exposição ao risco.

c) Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2013	2012
Provisão para sinistros	18.077.020,54	17.525.902,73
Dívidas por operações de resseguro cedido	-543.438,56	-546.170,09
Créditos por operações de resseguro cedido	17.412,21	450.726,02
Total posição líquida	17.550.994,19	22.261.138,57

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Classificação creditícia de resseguradores	Valor contabilístico	
	2013	2012
AAA	0,00	-35,18
AA	26.810,35	17.479.863,87
A	103.716,51	-4.601,62
BBB	17.392.518,76	-64.441,65
Sem qualificação	27.948,57	19.673,23
Total posição líquida	17.550.994,19	22.261.138,57

Do valor total em risco, um montante de 2.413.305,00 euros encontra-se garantido através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia, e o valor de 44.707,02 euros encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Em relação ao co-seguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Co-seguro cedido	Valor contabilístico	
	2013	2012
Provisão para sinistros	994.507,62	1.045.190,10
Créditos por operações de co-seguro cedido	-53.957,52	-173.403,97
Dívidas por operações de co-seguro cedido	145.286,51	82.289,54
Total posição líquida	1.085.836,61	954.075,67

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

4.3.3. RISCO DE LIQUIDEZ

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” suficientes.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” era de 1.059.583,88 euros e representava 0,8% do total de investimentos financeiros e caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem.

Por outro lado, cerca de 96,3% dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. No ponto 6.5.2. dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Exercício de 2013						
	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	21.595	24	77	0	0	20	21.716
Provisão para sinistros	54.631	28.464	4.724	1.526	935	3.205	93.484
Matemática	19.354	10.084	1.673	541	331	1.135	33.118
Outras	35.277	18.380	3.050	985	604	2.069	60.366
Provisão para participação nos resultados							0
Provisão para desvios de sinistralidade	1.538	801	133	43	26	90	2.631
Provisão para riscos em curso	2.020	1.053	175	56	35	119	3.457
Outras provisões técnicas							0
Dívidas por operações de seguro direto	3.572	159	119	79	40	0	3.969
Dívidas por operações de resseguro	543						543
Total posição líquida	83.899	30.501	5.227	1.704	1.036	3.434	125.801

Milhares de euros

Conceito	Exercício de 2012						
	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	11.689	9.947	667	527	261	677	23.770
Provisão para sinistros	46.748	39.779	2.669	2.109	1.045	2.709	95.058
Matemática	15.646	13.314	893	706	350	907	31.816
Outras	31.101	26.465	1.776	1.403	695	1.802	63.242
Provisão para participação nos resultados							0
Provisão para desvios de sinistralidade	1.187	1.010	68	54	27	69	2.413
Provisão para riscos em curso	1.190	1.012	68	54	27	69	2.419
Outras provisões técnicas							0
Dívidas por operações de seguro direto	3.601	160	120	80	40	0	4.001
Dívidas por operações de resseguro	546						546
Total posição líquida	64.960	51.908	3.592	2.824	1.399	3.524	128.207

4.3.4. RISCO OPERACIONAL

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Este levantamento inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Na avaliação dos riscos operacionais de 2012, última efetuada, dado a periodicidade ser bianual, foram selecionados 64 colaboradores, tendo em conta as suas funções e relevância, que responderam a 309 questionários, tendo em conta os tipos de risco já identificados e que são posteriormente tratados pelo Coordenador de Riscos, obtendo-se um mapa em função da criticidade, resultante da importância e da probabilidade de ocorrência destes.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Na avaliação dos riscos operacionais de 2012, foram identificados como riscos relevantes os referentes ao Risco rede comercial, para o qual a MAPFRE Seguros estabeleceu medidas mitigadoras no respetivo plano de ação e que foram na sua maioria implementadas (+/- 90%).

4.4. MONITORIZAÇÃO GLOBAL DA EXPOSIÇÃO AO RISCO

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

a) A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

Ao fecho do exercício 2013, a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 484,10%.

b) A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

4.5. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUALITATIVA RELATIVA À ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bonus-malus* (no caso do ramo Automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Gastos de Tramitação de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

Apresenta-se no ponto 4.2.b) III a evolução dessas matrizes do conjunto dos ramos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo Atuário Responsável através de amostragem.

4.6. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DE ALGUNS RÁCIOS

Apresentamos no quadro seguinte um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Exercício de 2013					
Rácios*	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	82,6%	94,9%	75,1%	47,8%	92,7%
Rácio de custos de exploração	26,2%	23,9%	26,9%	29,7%	26,4%
Rácio combinado	106%	118%	100%	76%	113%
Rácio operacional	100%	107%	93%	69%	110%

* Calculados brutos de resseguro cedido.


Exercício de 2012					
Rácios*	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	88,1%	90,2%	81,3%	125,4%	99,3%
Rácio de custos de exploração	25,1%	23,2%	26,3%	33,7%	23,6%
Rácio combinado	109%	113%	104%	161%	117%
Rácio operacional	106%	103%	101%	154%	117%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

Todos os rácios apresentam, na globalidade, uma diminuição em relação ao ano anterior, com exceção do ramo de Acidentes de Trabalho, em consequência da variação negativa de 7,3% dos prémios brutos emitidos em 2013 relativamente a 2012 e do aumento da taxa de sinistralidade em 2013 de 4% relativamente ao ano anterior.

4.7. MONTANTES RECUPERÁVEIS

Em 31 de dezembro de 2013, não existia registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).

A black and white photograph of a hand holding three red pens. The pens are held together in a fan-like arrangement, with their tips pointing towards the bottom right. The hand is positioned over a document that contains a table with columns and rows of text. The background is blurred, showing more of the document and possibly a computer mouse. A red rectangular box is overlaid on the image, containing a quote in white text.

“ Uma empresa assente numa forte rede de distribuição e suportada por métodos que permitem vantagens competitivas e sustentabilidade técnica adequada. ”

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1. RUBRICAS DE BALANÇO

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados nas categorias de “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

Face à conjuntura de forte instabilidade vivida nos mercados financeiros, com particular incidência na desvalorização dos títulos da dívida pública portuguesa, que teve como consequência imediata a erosão da generalidade dos capitais próprios das empresas, a Companhia, tendo em conta a circular do ISP n.º 4/2011-R e as categorias de classificação contabilística dos investimentos financeiros previstas na IAS 39, entendeu reclassificar os títulos de rendimento fixo da República Portuguesa, que possuía na sua carteira de investimentos, da categoria de “Disponíveis para venda” para “A deter até à maturidade”.

A reclassificação aludida foi efetuada em 1 de janeiro de 2011 e teve um impacto nos capitais próprios de 376.381,89 euros. À data de encerramento das contas do exercício de 2013, o mesmo impacto era de -31.717,38 euros, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Rubrica	A 01/01/2011	A 31/12/2011	A 31/12/2012	A 31/12/2013
Títulos da dívida pública portuguesa				
Valor nominal	6.475.000,00	5.975.000,00	5.975.000,00	4.975.000,00
Valor de aquisição	5.848.449,90	5.345.488,92	5.345.488,92	4.580.601,81
Justo valor	5.952.653,43	4.145.400,60	5.744.667,74	4.856.923,39
Valor contabilístico	5.345.488,92	5.508.213,46	5.587.583,97	4.747.447,24
Impacto nos capitais próprios	376.381,89	1.687.382,39	106.920,02	-31.717,38

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Exercício de 2013				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Valor contabilístico
Saldo inicial	101.670.534,25	11.772.272,12	10.006.229,17	123.449.035,54
Aquisições (a valor aquisição)	91.984.714,04	14.306.963,53	1.000.000,00	107.291.677,57
Reembolsos (a valor aquisição)	0,00		10.000.000,00	10.000.000,00
Alienações (a valor aquisição)	87.082.269,84	13.910.900,96		100.993.170,80
Ajustamentos da reclassificação contabilística (a valor aquisição)	0,00			0,00
Variação do justo valor	6.385.129,19	2.621.260,20		9.006.389,39
Variação do custo amortizado	-42.611,54			-42.611,54
Juros	723.317,43		-4.954,17	718.363,26
Saldo final	113.638.813,53	14.789.594,89	1.001.275,00	129.429.683,42

Exercício de 2012				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Valor contabilístico
Saldo inicial	95.429.202,15	13.523.728,37	0,00	108.952.930,52
Aquisições (a valor aquisição)	69.504.873,17	9.879.992,44	10.000.000,00	89.384.865,61
Reembolsos (a valor aquisição)	0,00			0,00
Alienações (a valor aquisição)	70.293.535,18	11.974.185,25		82.267.720,43
Ajustamentos da reclassificação contabilística (a valor aquisição)	0,00			0,00
Variação do justo valor	6.678.130,16	342.736,56		7.020.866,72
Variação do custo amortizado	1.050,43			1.050,43
Juros	350.813,52		6.229,17	357.042,69
Saldo final	101.670.534,25	11.772.272,12	10.006.229,17	123.449.035,54

Apresenta-se, no quadro seguinte, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Exercício de 2013					
Tipo de ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	111.160.157,91	147.149,53	9.681.728,98	2.691.924,76	123.680.961,18
Ações	9.628.662,48	0,00	1.598.002,72	0,00	11.226.665,20
Unidades participação	3.337.812,39	0,00	225.117,30	0,00	3.562.929,69
Títulos de dívida pública	61.206.209,60	140.615,24	5.714.235,57	1.879.179,93	68.940.240,34
Títulos de outros emissores	36.987.473,44	6.534,29	2.144.373,39	812.744,83	39.951.125,95
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.000.000,00	0,00	0,00	1.275,00	1.001.275,00
Outros depósitos	1.000.000,00			1.275,00	1.001.275,00
Investimentos a deter até à maturidade	4.580.601,81	85.629,57	0,00	81.215,86	4.747.447,24
Títulos de dívida pública	4.580.601,81	85.629,57	0,00	81.215,86	4.747.447,24
Total	116.740.759,72	232.779,10	9.681.728,98	2.774.415,62	129.429.683,42

Exercício de 2012					
Tipo de ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	105.096.764,03	123.389,53	675.339,59	1.959.729,25	107.855.222,40
Ações	10.060.271,09	0,00	-966.198,33	0,00	9.094.072,76
Unidades participação	2.510.141,21	0,00	168.058,15	0,00	2.678.199,36
Títulos de dívida pública	53.590.843,91	38.908,20	808.981,27	1.275.885,07	55.714.618,45
Títulos de outros emissores	38.935.507,82	84.481,33	664.498,50	683.844,18	40.368.331,83
Empréstimos concedidos e contas a receber	10.000.000,00	0,00	0,00	6.229,17	10.006.229,17
Outros depósitos	10.000.000,00			6.229,17	10.006.229,17
Investimentos a deter até à maturidade	5.345.488,92	152.001,11	0,00	90.093,94	5.587.583,97
Títulos de dívida pública	5.345.488,92	152.001,11	0,00	90.093,94	5.587.583,97
Total	120.442.252,95	275.390,64	675.339,59	2.056.052,36	123.449.035,54

Apresenta-se, no quadro seguinte, o valor contabilístico dos ativos financeiros, se a reclassificação dos títulos de rendimento fixo da República Portuguesa, da categoria de “Disponíveis para venda” para “A deter até à maturidade”, não tivesse ocorrido:

Exercício de 2013					
Tipo de ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	115.840.023,66	211.273,93	9.713.446,36	2.773.140,62	128.537.884,57
Ações	9.628.662,48	0,00	1.598.002,72	0,00	11.226.665,20
Unidades participação	3.337.812,39	0,00	225.117,30	0,00	3.562.929,69
Títulos de dívida pública	65.886.075,35	204.739,64	5.745.952,95	1.960.395,79	73.797.163,73
Títulos de outros emissores	36.987.473,44	6.534,29	2.144.373,39	812.744,83	39.951.125,95
Total	115.840.023,66	211.273,93	9.713.446,36	2.773.140,62	128.537.884,57

Exercício de 2012					
Tipo de ativo	Valor contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	110.815.419,78	166.227,60	568.419,57	2.049.823,19	113.599.890,14
Ações	10.060.271,09	0,00	-966.198,33	0,00	9.094.072,76
Unidades participação	2.510.141,21	0,00	168.058,15	0,00	2.678.199,36
Títulos de dívida pública	59.309.499,66	81.746,27	702.061,25	1.365.979,01	61.459.286,19
Títulos de outros emissores	38.935.507,82	84.481,33	664.498,50	683.844,18	40.368.331,83
Total	110.815.419,78	166.227,60	568.419,57	2.049.823,19	113.599.890,14

No Anexo 1 às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (Anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

6.2. JUSTO VALOR

6.2.1. MÉTODOS DE APURAMENTO DO JUSTO VALOR

No ponto 3.2.3. são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg. Contudo, no exercício de 2013, existiram algumas exceções, que se descrevem nas alíneas seguintes:

a) Modelo interno (considerando a cotação de mercado)

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtém-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade e a Circular n.º 11/2008, de 16 de dezembro, a Companhia adota este processo em virtude do funcionamento atual dos mercados implicar um efeito de volatilidade excessiva de alguns títulos.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 1.069.733,61 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
XS0370846973	COMMERZBANK A.G.
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L

6.2.2. NÍVEIS DE VALORIZAÇÃO

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Apresenta-se no quadro seguinte os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Exercício de 2013				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	11.226.665,20	0,00	0,00	11.226.665,20
Unidades de participação	0,00	3.562.929,69	0,00	3.562.929,69
Títulos de dívida pública	68.940.240,34	0,00	0,00	68.940.240,34
Títulos de outros emissores	38.881.392,34	1.069.733,61	0,00	39.951.125,95
Investimentos a deter até à maturidade				
Títulos de dívida pública	4.747.447,24	0,00	0,00	4.747.447,24
Total	123.795.745,12	4.632.663,30	0,00	128.428.408,42

Exercício de 2012				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	9.094.072,76	0,00	0,00	9.094.072,76
Unidades de participação	0,00	2.678.199,36	0,00	2.678.199,36
Títulos de dívida pública	53.964.281,27	1.750.337,18	0,00	55.714.618,45
Títulos de outros emissores	38.799.998,63	1.568.333,20	0,00	40.368.331,83
Investimentos a deter até à maturidade				
Títulos de dívida pública	5.587.583,97	0,00	0,00	5.587.583,97
Total	107.445.936,63	5.996.869,74	0,00	113.442.806,37

6.3. IMPARIDADE

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado no ponto 3.2.2.2.4., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2013.

No que concerne aos títulos de dívida pública de Portugal, Espanha e Irlanda, não há, nem houve, incumprimento objetivo, visto não ter ocorrido qualquer suspensão de pagamentos. A Irlanda abandonou o seu programa de ajuda de três anos, em 15 de dezembro de 2013, a Espanha vai abandonar o seu programa de assistência financeira, em 23 de janeiro de 2014, e Portugal está em condições de terminar o programa de ajustamento, em 17 de maio de 2014.

Apresentamos abaixo a percentagem de exposição aos títulos de dívida pública dos países acima referenciados, em relação ao total do investimento da Companhia em participações e instrumentos financeiros:

Exercício de 2013		
Rubrica	Valor balanço	% de exposição s/ o total de participações e instrumentos financeiros
República de Portugal	4.747.447,24	3,7%
Tesouro público – Espanha	61.378.925,22	47,8%
Governo da Irlanda	7.561.315,12	5,9%
Total	73.687.687,58	57,4%

Exercício de 2012		
Rubrica	Valor balanço	% de exposição s/ o total de participações e instrumentos financeiros
República de Portugal	5.587.583,97	4,9%
Tesouro público – Espanha	47.541.780,50	41,9%
Governo da Irlanda	6.804.277,58	6,0%
Total	59.933.642,05	52,8%

6.4. CONTABILIDADE DE COBERTURA

No exercício de 2013, a Companhia não utilizou instrumentos de cobertura.

6.5. NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.5.1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

A política de investimentos aponta para uma distribuição de referência de 90% para títulos de rendimento fixo e 10% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

b) Risco de câmbio

A exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de Estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

6.5.2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR TIPO DE RISCO

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Classificação creditícia dos emissores	Exercício de 2013				
	Justo valor				
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Seguradoras	Outros	Total
AA	0,00	251.996,07	0,00	1.409.495,64	1.661.491,71
A	0,00	12.462.949,94	0,00	1.689.596,98	14.152.546,92
BBB	78.273.813,49	12.248.148,89	0,00	1.642.261,94	92.164.224,32
BB ou menor	4.747.447,24	913.103,34	0,00	0,00	5.660.550,58
Total	83.021.260,73	25.876.198,24	0,00	4.741.354,56	113.638.813,53

Classificação creditícia dos emissores	Exercício de 2012				
	Justo valor				
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Seguradoras	Outros	Total
AA	1.368.560,37	0,00	0,00	0,00	1.368.560,37
A	0,00	14.373.654,57	0,00	1.716.307,38	16.089.961,95
BBB	63.917.784,72	13.071.350,96	0,00	1.635.292,28	78.624.427,96
BB ou menor	5.587.583,97	0,00	0,00	0,00	5.587.583,97
Total	70.873.929,06	27.445.005,53	0,00	3.351.599,66	101.670.534,25

A persistente deterioração da situação europeia e a existência de vários riscos fez com que as agências financeiras tenham, ao longo do ano 2012, baixado o *rating* a vários países e instituições financeiras, baixa esta responsável pela acumulação de valores em *ratings* de menor classificação, situação que não foi revertida em 2013.

b) Risco de câmbio

No seguinte quadro apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Exercício de 2013				
Tipo de moeda	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	10.368.173,91	3.562.929,69	113.638.813,53	127.569.917,13
Franco suíço	605.786,94			605.786,94
Libras	252.704,35			252.704,35
Total	11.226.665,20	3.562.929,69	113.638.813,53	128.428.408,42

Exercício de 2012				
Tipo de moeda	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	8.519.254,59	2.678.199,36	101.670.534,25	112.867.988,20
Franco suíço	535.985,19	0,00	0,00	535.985,19
Libras	38.832,98	0,00	0,00	38.832,98
Total	9.094.072,76	2.678.199,36	101.670.534,25	113.442.806,37

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se, entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro seguinte detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Milhares de euros

Exercício de 2012									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a					Após 5 anos	Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos			
Carteira disponível p/ venda									
Títulos de dívida	113.639	5.581	4.247	7.861	8.593	16.765	70.592	2,8856	4,9802
Total	113.639	5.581	4.247	7.861	8.593	16.765	70.592	-	-

Milhares de euros

Exercício de 2012									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a					Após 5 anos	Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos			
Carteira disponível p/ venda									
Títulos de dívida	101.671	3.461	6.687	7.776	11.379	8.981	63.387	4,0687	4,6865
Total	101.671	3.461	6.687	7.776	11.379	8.981	63.387	-	-

No quadro que se segue podem-se observar os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, na taxa de cobertura da margem de solvência da Companhia:

Milhões de euros		
	2013	2012
Margem de solvência		
Margem de solvência disponível	56,92	49,42
Taxa de cobertura	484%	424%
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	-4,16	-3,50
Impacto na taxa de cobertura	-28%	-23%
Taxa de cobertura após impacto	456%	401%
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	4,16	3,50
Impacto na taxa de cobertura	28%	23%
Taxa de cobertura após impacto	512%	447%

No quadro que se segue mostram-se os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Milhões de euros		
	2013	2012
Capital próprio		
Capital próprio	67,66	60,71
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	-4,16	-3,50
Capital próprio após o impacto	63,50	57,21
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	4,16	3,50
Capital próprio após o impacto	71,82	64,21

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco), máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%:

Milhões de euros		
Exercício de 2013		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	14,79	5,310
Total	14,79	5,310

Milhões de euros		
Exercício de 2012		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	11,77	5,306
Total	11,77	5,306

d) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indicam problemas a esse nível. Também mantém a quase totalidade da carteira de participações financeiras classificada como "Disponível para venda", tal como comentado no ponto 4.3.3.

7. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Apresentamos no quadro seguinte o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Entidade	2013	2012
Ativo		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
MAPFRE Seguros de Vida, S.A.	21.000.000,00	17.500.000,00
Total	21.000.000,00	17.500.000,00

No quadro seguinte apresentamos a informação financeira resumida das associadas, individualmente:

Entidade	2013	2012
MAPFRE Seguros de Vida, S.A.		
Total dos ativos	237.406.457,39	209.365.117,34
Total dos passivos	217.396.385,76	197.598.280,81
Rendimentos	59.385.050,33	38.038.554,36
Resultados	486.560,38	1.409.538,87

7.1. PARTICIPAÇÃO NA MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.

No exercício de 2009, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A. participou maioritariamente no capital da Sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização n.º 1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

A Companhia procedeu, no exercício de 2010, a um aumento de capital na sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 10.000.000,00 de euros, Sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000,00 de euros.

No exercício de 2013, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A. procedeu a um novo aumento de capital na Sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 3.500.000,00 de euros, Sociedade que passou a ter um capital social de 21.000.000,00 de euros.

7.2. PARTES DE CAPITAL

As partes de capital em empresas associadas e subsidiárias foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo.

Foi realizado o teste de imparidade à participação na MAPFRE Seguros de Vida, através do cálculo do *European Embedded Value* (EEV) em 31 de dezembro de 2013, do qual não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade.

8. CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

8.1. Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro seguinte:

Componentes de caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2013	2012
Caixa	6.383,87	10.624,00
Depósitos à ordem	1.053.200,01	3.422.699,77
Total dos componentes de caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.059.583,88	3.433.323,77

9. TERRENOS E EDIFÍCIOS

9.1. O modelo de valorização aplicado aos terrenos e edifícios é o modelo do custo.

9.2. Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na conservatória do registo predial em nome da Companhia e foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade, se balcão delegado, pela saída do delegado.

9.3. Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e vidas úteis utilizados relativamente a esta rubrica estão descritos na Nota 3.

9.4. Apresentamos, no quadro seguinte, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do exercício:

Exercício de 2013			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	19.890.925,93	5.115.674,61	14.775.251,32
Saldo final	20.061.562,04	5.572.041,09	14.489.520,95

Exercício de 2012			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	19.890.925,93	4.712.712,72	15.178.213,21
Saldo final	19.890.925,93	5.115.674,61	14.775.251,32

9.5. Demonstra-se, nos quadros seguintes, a reconciliação entre os valores no início e no fim dos exercícios de 2013 e 2012:

Exercício de 2013			
Rubrica	De uso próprio	De rendimento	Total
Valor de aquisição			
Saldo inicial	18.658.133,98	1.232.791,95	19.890.925,93
Aquisições	228.305,21	0,00	228.305,21
Alienações	-33.793,34	0,00	-33.793,34
Transferências	789.340,69	-813.216,45	-23.875,76
Edifícios em curso	-	-	0,00
Saldo final	19.641.986,54	419.575,50	20.061.562,04
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	3.850.103,40	317.692,27	4.167.795,67
Depreciações	281.468,26	10.300,37	291.768,63
Alienações	-11.546,99	0,00	-11.546,99
Transferências	223.666,12	-223.666,12	0,00
Saldo final	4.343.690,79	104.326,52	4.448.017,31
Imparidades			
Saldo inicial	940.026,40	7.852,54	947.878,94
Movimento do ano	200.020,60	-	200.020,60
Alienações	-7.852,54	-	-7.852,54
Transferências	-8.170,68	-7.852,54	-16.023,22
Saldo final	1.124.023,78	0,00	1.124.023,78
Valor líquido			
Saldo inicial	13.868.004,18	907.247,14	14.775.251,32
Saldo final	14.174.271,97	315.248,98	14.489.520,95

Exercício de 2012			
Rubrica	De uso próprio	De rendimento	Total
Valor de aquisição			
Saldo inicial	18.936.960,63	953.965,30	19.890.925,93
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-278.826,65	278.826,65	0,00
Edifícios em curso	0,00	-	0,00
Saldo final	18.658.133,98	1.232.791,95	19.890.925,93
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	3.646.166,50	226.755,19	3.872.921,69
Depreciações	279.253,82	15.620,16	294.873,98
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-75.316,92	75.316,92	0,00
Saldo final	3.850.103,40	317.692,27	4.167.795,67
Imparidades			
Saldo inicial	831.938,49	7.852,54	839.791,03
Movimento do ano	108.087,91	0,00	108.087,91
Transferências	-	-	0,00
Saldo final	940.026,40	7.852,54	947.878,94
Valor líquido			
Saldo inicial	14.458.855,64	719.357,57	15.178.213,21
Saldo final	13.868.004,18	907.247,14	14.775.251,32

9.6. O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Exercício de 2013				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
De uso próprio	19.641.986,54	5.467.714,57	14.174.271,97	18.193.809,00
De rendimento	419.575,50	104.326,52	315.248,98	459.159,00
Total	20.061.562,04	5.572.041,09	14.489.520,95	18.652.968,00

Exercício de 2012				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
De uso próprio	18.658.133,98	4.790.129,80	13.868.004,18	17.673.766,00
De rendimento	1.232.791,95	325.544,81	907.247,14	1.149.000,00
Total	19.890.925,93	5.115.674,61	14.775.251,32	18.822.766,00

9.7. A Companhia não possui, à data de 31 de dezembro de 2013, terrenos e edifícios no regime de locação operacional.

9.8. Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

Exercício de 2013		
Edifício de rendimento	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)
Edifício – Quinta do Mendes, Lt.111 - R/C Dto. – Odivelas	2.400,00	1.630,83
Edifício – Av. Paulo VI – Rio Maior	1.783,33	3.746,07
Edifício – Av. Melo e Sousa, Bloco-23, 3.º, Apt.º 231 – Estoril	16.426,85	3.683,44
Total	20.610,18	9.060,34

Exercício de 2012		
Edifício de rendimento	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)
Edifício – Quinta do Mendes, Lt.111 - R/C Dto. – Odivelas	4.550,00	1.831,07
Edifício – Av. Paulo VI – Rio Maior	6.408,00	217,75
Edifício – Av. Melo e Sousa, Bloco-23, 3.º, Apt.º 231 – Estoril	10.049,48	4.376,81
Edifício – Rua Garcia da Orta, n.º 1-F – Almada	2.450,00	3.200,25
Edifício – Rua Joaquim Dias Almeida, n.º 19-BF – Maia	3.150,00	1.414,38
Total	26.607,48	11.040,26


9.9. À data de 31 de dezembro de 2013, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

9.10. A Companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

9.11. Em referência a 31 de dezembro de 2013, não existem ativos dados como garantia de passivos.

9.12. Não existe à data de encerramento das contas do exercício de 2013 quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

9.13. A Companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativa a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.



“ A MAPFRE valoriza a transparência e guia-se por princípios institucionais sólidos e orientados para a qualidade de vida dos seus Clientes e parceiros. ”

10. OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Conforme descrito na Nota 3, os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

Outros ativos tangíveis	N.º anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000,00 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Estes critérios não sofreram alteração no exercício de 2013.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Outros ativos tangíveis	Exercício de 2013					Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Alienações	Transf. e abates	Amort. do exercício	
Equipamento						
Equipamento administrativo	115.359,28	24.377,14	0,00	0,00	42.144,42	97.592,00
Máquinas e ferramentas	30.988,94	15.354,24	43,43	0,00	9.602,46	36.697,29
Equipamento informático	82.893,28	27.659,68	0,00	0,00	61.625,06	48.927,90
Instalações interiores	177.874,93	38.301,87	8,60	0,00	40.550,55	175.617,65
Outro equipamento	42.219,47	25.063,17	520,95	0,00	16.882,20	49.879,49
Outros ativos tangíveis	244.122,04	0,00	0,00	0,00	41.282,48	202.839,56
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	514.080,03	333.713,36	0,00	0,00	0,00	847.793,39
Total	1.213.607,99	464.469,46	572,98	0,00	212.087,17	1.465.417,30

Outros ativos tangíveis	Exercício de 2012					Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Alienações	Transf. e abates	Amort. do exercício	
Equipamento						
Equipamento administrativo	159.251,45	4.712,82	0,00	0,00	48.604,99	115.359,28
Máquinas e ferramentas	26.990,06	13.607,70	59,80	0,00	9.549,02	30.988,94
Equipamento informático	133.054,15	13.964,01	9,72	0,00	64.115,16	82.893,28
Instalações interiores	218.561,02	3.790,86	1.763,39	0,00	42.713,56	177.874,93
Outro equipamento	70.872,73	8.614,00	325,12	0,00	36.942,14	42.219,47
Outros ativos tangíveis	286.808,32	0,00	1.136,07	0,00	41.550,21	244.122,04
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	196.005,23	380.106,64	0,00	62.031,84	0,00	514.080,03
Total	1.097.612,98	424.796,03	3.294,10	62.031,84	243.475,08	1.213.607,99

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos tangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas quando da sua finalização.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)" em imparidade ou cedido.

11. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

Os investimentos e os outros ativos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado no quadro seguinte:

Exercício de 2013	
Rubrica	Seguros Não Vida
Caixa e equivalentes	1.059.583,88
Terrenos e edifícios	18.652.968,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	123.680.961,18
Investimentos a deter até à maturidade	4.747.447,24
Parte dos resseguradores nas prov. técnicas	21.728.885,94
Créditos sobre tomadores de seguros	1.563.069,38
Outros ativos tangíveis	122.310,78
Outros ativos	6.061.434,39
Total	177.616.660,79

Exercício de 2012	
Rubrica	Seguros Não Vida
Caixa e equivalentes	3.433.323,77
Terrenos e edifícios	18.822.766,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	107.855.222,40
Investimentos a deter até à maturidade	5.587.583,97
Parte dos resseguradores nas prov. técnicas	22.114.936,62
Créditos sobre tomadores de seguros	1.575.214,28
Outros ativos tangíveis	138.691,59
Outros ativos	15.234.651,94
Total	174.762.390,57

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

12.1. O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis é o modelo do custo.

12.3. As despesas com aplicações informáticas são o único tipo de ativo intangível registado nas demonstrações financeiras, à data de encerramento do exercício.

As amortizações de aplicações informáticas são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Exercício de 2013					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	154.547,71	24.395,95	0,00	97.091,04	81.852,62
Total	154.547,71	24.395,95	0,00	97.091,04	81.852,62

Exercício de 2012					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	231.255,70	20.274,56	62.031,84	159.014,39	154.547,71
Outros ativos intangíveis (Nota 7.1.)	4.569.305,00	0,00	-5.888.449,00	-1.319.144,00	0,00
Total	4.800.560,70	20.274,56	-5.826.417,16	-1.160.129,61	154.547,71

13. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DO ATIVO

13.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões:

Exercício de 2013				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	971.585,15	115.240,53	0,00	1.086.825,68
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	332.586,74	3.784,68	0,00	336.371,42
Outras provisões				
Impostos	23.787,09	0,00	0,00	23.787,09

Exercício de 2012				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	801.535,28	170.049,87	0,00	971.585,15
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	356.223,10	0,00	23.636,36	332.586,74
Outras provisões				
Impostos	1.249.473,98	0,00	1.225.686,89	23.787,09

13.2. A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma n.º 13/2000-R do ISP.

A Companhia realizou, nos exercícios anteriores e no próprio exercício de 2013, estimativas do impacto que resultaria nesta provisão, caso a mesma fosse determinada com base na Norma n.º 16/2006-R do ISP, as quais indiciam que ocorreria uma diminuição da provisão registada.

Para os mesmos exercícios estimou, igualmente, o impacto que teria nas suas contas a anulação dos contratos que possuem recibos pendentes de cobranças com antiguidade superior a 27 dias, os quais indiciam um impacto negativo nos resultados, que compensaria parcialmente o impacto da aplicação da Norma n.º 16/2006-R do ISP. Nestas circunstâncias, a Companhia optou por manter a provisão nas contas de acordo com o estabelecido na Norma n.º 13/2000-R do ISP.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, co-seguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

A redução em provisão para impostos, no exercício de 2012, resulta do desfecho favorável à Companhia de uma contingência fiscal em sede de IVA, resultante de uma notificação recebida da Direção Geral dos Impostos (DGI), contestada pela Companhia e relativa a liquidação adicional de IVA dos anos de 1992 a 1996 e respetivos juros compensatórios e de mora.

O valor remanescente desta provisão respeita ao montante de impostos adicionais liquidados no ano 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Companhia.

13.3. A Companhia não possui quaisquer contratos de seguro com garantias suspensas e não possui quaisquer reembolsos pendentes de cobranças, dado que, conforme descrito na Nota 3, os reembolsos só são registados pela sua cobrança efetiva.



O Grupo MAPFRE desenvolve atividades seguradoras, resseguradoras, financeiras, imobiliárias e de serviços em mais de 40 países.

14. PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

14.1. A Companhia encerrou o exercício de 2013 reconhecendo, na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 86.417.407,71 euros.

14.3. Os prémios referidos no ponto anterior são totalmente provenientes de contratos de seguro Não Vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4 a estas Notas.

15. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO

15.1. No ponto 3.2.16., são descritos os critérios contabilísticos adotados relativamente à rubrica de comissões.

15.2. O montante das comissões de mediação e corretagem relativa ao seguro direto, contabilizadas no exercício de 2013, foi de 8.495.565,84 euros, distribuído pelos segmentos mencionados no ponto 2.:

Exercício de 2013					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Comissões de mediação e corretagem	1.782.994,40	4.441.773,82	108.754,41	2.162.043,21	8.495.565,84

Exercício de 2012					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Comissões de mediação e corretagem	2.025.250,50	4.646.742,88	60.728,86	2.389.408,87	9.122.131,11

Nestas contas, além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*), que ascenderam no exercício de 2013 a 897.962,34 euros e no exercício de 2012 a 670.821,19 euros.

16. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

16.1. AS POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO DOS CRÉDITOS ESTÃO DESCRITAS NA NOTA 3.

16.2. INFORMAÇÃO POR CATEGORIA DE INVESTIMENTO DOS RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

16.2.1. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização, com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2013			
Rendimentos/Réditos	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Total
De ativos financeiros disponíveis para venda	5.019.753,94		5.019.753,94
De juros de títulos de dívida	4.431.981,74		4.431.981,74
De dividendos de ações	363.893,01		363.893,01
De rendimento custo amortizado	223.879,19		223.879,19
De investimentos a deter até à maturidade	243.985,27		243.985,27
De juros de títulos de dívida	222.742,98		222.742,98
De rendimento custo amortizado	21.242,29		21.242,29
De outros	83.132,39	20.610,18	103.742,57
De juros de depósitos em bancos	83.132,39		83.132,39
De rendas de edifícios de rendimento		20.610,18	20.610,18
Total	5.346.871,60	20.610,18	5.367.481,78

Exercício de 2012			
Rendimentos/Réditos	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Total
De ativos financeiros disponíveis para venda	4.794.707,55		4.794.707,55
De juros de títulos de dívida	4.124.092,38		4.124.092,38
De dividendos de ações	441.720,88		441.720,88
De rendimento custo amortizado	228.894,29		228.894,29
De investimentos a deter até à maturidade	256.101,15		256.101,15
De juros de títulos de dívida	235.783,67		235.783,67
De rendimento custo amortizado	20.317,48		20.317,48
De outros	12.611,14	26.607,48	39.218,62
De juros de depósitos em bancos	12.611,14		12.611,14
De rendas de edifícios de rendimento		26.607,48	26.607,48
Total	5.063.419,84	26.607,48	5.090.027,32

16.2.2. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2013			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	516.039,51		516.039,51
Gasto custo amortizado		210.575,68	210.575,68
Total	516.039,51	210.575,68	726.615,19

Exercício de 2012			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	948.195,52		948.195,52
Gasto custo amortizado		136.339,77	136.339,77
Total	948.195,52	136.339,77	1.084.535,29

17. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Exercício de 2013			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
De ativos financeiros disponíveis para venda	2.086.943,42	1.298.553,65	788.389,77
De títulos de dívida	1.954.991,31	507.173,95	1.447.817,36
De ações	114.230,17	791.379,70	-677.149,53
De fundos de investimento	17.721,94	0,00	17.721,94
De outros	503,65	0,00	503,65
De terrenos e edifícios	503,65	0,00	503,65
Total	2.087.447,07	1.298.553,65	788.893,42

Exercício de 2012			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
De ativos financeiros disponíveis para venda	2.115.816,75	1.776.266,02	339.550,73
De títulos de dívida	1.334.575,93	1.446.490,30	-111.914,37
De ações	761.542,60	329.775,72	431.766,88
De fundos de investimento	19.698,22	0,00	19.698,22
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação	0,00	33.782,58	-33.782,58
De ações	0,00	33.782,58	-33.782,58
Total	2.115.816,75	1.810.048,60	305.768,15

21. GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

21.1. CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA ÀS FUNÇÕES

Os gastos são registrados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

a) Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

b) Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos e custos com investimentos:

25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

21.2. CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA E IMPUTADOS ÀS FUNÇÕES

No quadro seguinte demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza, assim como a sua imputação às diversas funções:

Exercício de 2013				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.989.136,66	7.556.583,87	169.951,07	11.715.671,60
Fornecimentos e serviços externos	1.949.793,60	4.253.184,38	81.334,67	6.284.312,65
Impostos e taxas	206.123,30	388.605,29	8.696,73	603.425,32
Amortizações do exercício	204.796,06	387.540,26	8.610,52	600.946,84
Outras provisões	0,00	0,00	2.720,07	2.720,07
Juros suportados	0,00	0,00	244.726,45	244.726,45
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.349.849,62	12.585.913,80	516.039,51	19.451.802,93

Exercício de 2012				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.716.853,29	6.733.573,69	173.145,87	10.623.572,85
Fornecimentos e serviços externos	2.003.838,47	4.192.498,50	91.194,12	6.287.531,09
Impostos e taxas	241.409,27	434.342,70	11.179,65	686.931,62
Amortizações do exercício	244.583,28	441.607,49	436.077,05	1.122.267,82
Outras provisões	0,00	0,00	4.266,08	4.266,08
Juros suportados	0,00	0,00	232.332,75	232.332,75
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.206.684,31	11.802.022,38	948.195,52	18.956.902,21

21.3. HONORÁRIOS POR SERVIÇOS DE REVISÃO OFICIAL DE CONTAS E AFINS INCLUÍDOS NA RUBRICA DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferê as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2013 e de 2012 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	2013	2012
Serviços de revisão legal das contas anuais	46.150,00	48.400,00
Serviços de garantia de fiabilidade	6.500,00	6.600,00
Total	52.650,00	55.000,00

22. GASTOS COM PESSOAL

22.1. O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2013, era de 253, mais 6 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional/Categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	13
Diretor	12
Diretor de Serviços	1
Gestor	18
Gestor Comercial	3
Gestor Operacional	14
Gestor Técnico	1
Operacional	207
Coordenador Operacional	62
Especialista Operacional	141
Estagiário (especialista operacional)	4
Técnico	15
Técnico	15
Total	253

22.2. Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2013 e 2012, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2013	2012
Remunerações	8.412.161,08	8.168.123,91
Dos órgãos sociais	121.525,44	121.525,44
Do pessoal	8.290.635,64	8.046.598,47
Encargos sobre remunerações	2.002.541,21	1.909.596,39
Benefícios pós-emprego	106.236,19	-80.110,56
Planos de contribuição definida	108.302,12	-76.001,00
Planos de benefícios definidos	-2.065,93	-4.109,56
Benefícios de cessação de emprego	693.168,84	199.466,42
Seguros obrigatórios	249.708,78	206.320,24
Gastos de ação social	36.214,99	31.114,77
Outros gastos com o pessoal	215.640,51	189.061,68
Total	11.715.671,60	10.623.572,85

22.3. A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.



“ Pessoas com acentuada vocação de serviço que, trabalhando em equipa, surpreendem constantemente os Clientes, superando as suas expectativas. ”

23. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

23.1. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

a) Política contábilística

No ponto 3.2.8., são descritas as políticas contábilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

1. Conforme o Contrato Coletivo da Atividade Seguradora e sem prejuízo do descrito a seguir no n.º 2, a Companhia efetuará, anualmente, contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano civil	% contribuição para o PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

2. A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificou-se:

i. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:

1. No ano 2012 a conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.ª do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/01/2012; e

2. No ano 2015, conforme tabela do n.º 1 desta nota;

ii. Para os restantes trabalhadores no ano de 2012.

Os movimentos relativos à contribuição no exercício de 2013 e à constituição, por transferência do anterior plano e por contribuição representando custo do exercício, para o Plano Individual de Reforma, efetuados durante o exercício de 2012, foram os apresentados nos quadros seguintes:

Exercício de 2013	
Conceito	Constituição por contribuição de valor
Contribuição para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009	62.510,12
Total	62.510,12

Exercício de 2012		
Conceito	Constituição por transferência de valor	Constituição por contribuição de valor
Transferência do valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª do anterior CCT	1.296.528,36	
Contribuição para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009		26.365,48
Total	1.296.528,36	26.365,48

3. A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto “Universal Life”, com garantia de capital, junto da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo V do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

c) Universo do plano

Fazem parte do plano os trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012.

23.2. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

a) Política contabilística

No ponto 3.2.8. são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE Seguros Gerais, S.A. que não aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012 e que preenchem as condições da cláusula 56.^a do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, vigente de 22 de junho de 1995 a 14 de janeiro de 2012, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995 e que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma.

As características do plano detalham-se mais adiante na alínea l) desta nota.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2012, o número de trabalhadores abrangidos pelo plano era de dois ativos e cinco reformados.

Ainda nos termos do anterior Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez.

A prestação de invalidez é calculada segundo a fórmula:

$P = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez sobre os quais incidem contribuições para a Segurança Social;
- t = anos de serviço na atividade seguradora;
- $0,5 \geq 0,022 * t \leq 0,8$; e
- $0,3 \geq 0,022 * n \leq 0,8$.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar no mínimo com cinco anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Atendendo que estas responsabilidades são de difícil estimação e que a aplicação das metodologias disponíveis para estimação deste tipo de responsabilidades conduzem a resultados que não se consideram razoáveis, a Companhia, baseada nos princípios prescritos na IAS 37, optou por não estimar estas responsabilidades. No entanto, estas responsabilidades encontram-se devidamente financiadas através de uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

d) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no ativo, sejam as relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de capital diferido a prémio único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

e) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2013				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	11.040,66
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	1.988,60
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	4.407,33
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.513,75
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.196,56
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	3.121,13
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	968,49
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	7.007,46
Total apólices capital diferido				33.243,98
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	16.665,14
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	13.756,87
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	56.679,52
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	48.914,82
1001191600008	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	1.985,50
Total apólices renda vitalícia				138.001,85
Total apólices				171.245,83

Exercício de 2012				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	10.635,46
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	1.933,69
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	4.286,02
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.444,78
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.136,58
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	3.036,39
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	942,03
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	4.957,37
Total apólices capital diferido				30.372,32
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	17.029,22
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	14.094,51
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	58.203,47
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	50.213,79
1001191600008	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	2.048,81
Total apólices renda vitalícia				141.589,81
Total apólices				171.962,13

f) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada		
Conceito	2013	2012
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	36.251,40	28.125,98
Valor atual serviços passados – reformados	138.001,85	141.589,81
Total	174.253,25	169.715,79

g) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2013	2012
Valor responsabilidades janeiro	28.125,98	1.798.270,28
Custo serviço corrente	2.247,59	1.778,79
Custo dos juros	644,08	859,08
Resgates	0,00	-1.775.361,56
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	5.233,75	2.579,39
Valor responsabilidades dezembro	36.251,40	28.125,98

Responsabilidade com pensões em pagamento		
Conceito	2013	2012
Valor responsabilidades janeiro	141.589,81	143.025,04
Custo dos juros	3.410,04	3.576,01
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	4.028,96	6.015,72
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor responsabilidades dezembro	138.001,85	141.589,81

Responsabilidade total com pensões		
Conceito	2013	2012
Valor responsabilidades janeiro	169.715,79	1.941.295,32
Custo serviço corrente	2.247,59	1.778,79
Custo dos juros	4.054,12	4.435,09
Resgates	0,00	-1.775.361,56
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	9.262,71	8.595,11
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor responsabilidades dezembro	174.253,25	169.715,79

h) Análise da obrigação em planos que não tem financiamento

No caso da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., a totalidade dos planos de benefícios definidos encontra-se financiada a 100%.

i) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

Apólices capital diferido prêmio único		
Conceito	2013	2012
Valor ativos janeiro	30.372,32	2.233.676,87
Contribuições da empresa	1.943,02	3.209,32
Resgates	0,00	-2.207.245,58
Retorno ativos	870,08	774,61
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	58,56	-42,90
Valor ativos dezembro	33.243,98	30.372,32

Apólices rendas vitalícias		
Conceito	2013	2012
Valor ativos janeiro	141.589,81	143.025,04
Retorno ativos	3.410,04	3.576,01
Perdas atuariais	4.028,96	6.015,72
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor ativos dezembro	138.001,85	141.589,81

Total de ativos		
Conceito	2013	2012
Valor ativos janeiro	171.962,13	2.376.701,91
Contribuições da empresa	1.943,02	3.209,32
Resgates	0,00	-2.207.245,58
Retorno ativos	4.280,12	4.350,62
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	4.087,52	5.972,82
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor ativos dezembro	171.245,83	171.962,13

j) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade dos ativos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da Companhia, descritos nas alíneas anteriores f) e h), são relevados no balanço nas linhas de "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" e "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo".

k) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas

Custo reconhecido em resultados		
Conceito	2013	2012
Custo serviço corrente	2.247,59	1.778,79
Custo dos juros	4.054,12	4.435,09
Retorno ativos	-8.367,64	-10.323,44
Pagamentos	0,00	0,00
Ganhos atuariais	0,00	8.595,11
Perdas atuariais	9.262,71	0,00
Total	7.196,78	4.485,55

l) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

A Companhia reconheceu, no exercício de 2012, em ganhos e perdas, um ganho extraordinário pela anulação das responsabilidades com serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª do anterior CCT, e que já não se encontravam na Companhia na data da referida transferência.

m) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- Não se considerou taxa de rotação;
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2013 de 2,67%;
- Crescimento no valor das pensões da Segurança Social de 2% ao ano;
- Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 2% ao ano;
- Taxa de inflação anual de 2%;
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 3%;
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terão direito à prestação de reforma os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho.
- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8*14/12*R) - (0,022*N*S/60) \text{ em que,}$$

- P = prestação a pagar pela Companhia;
- R = último salário efetivo no momento da reforma;
- N = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez; e
- $0,3 \geq 0,022*N \leq 0,8$;

- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar dez anos de serviço na atividade seguradora;
- Qualquer fração de ano conta como um ano completo;
- Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 2%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

- Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total que, atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2013, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada. Portanto, efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2013.

- Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

- Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (2,29% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2012 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

n) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Conceito	2013	2012	2011
Valor das responsabilidades	174.253,25	169.715,79	1.941.295,32
Valor dos ativos	171.245,83	171.962,13	2.376.701,91
Excesso/(Insuficiência)	-3.007,42	2.246,34	435.406,59
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	-9.262,71	-8.595,11	-298.514,42
% sobre responsabilidades	-5,32%	-5,06%	-15,38%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	4.087,52	5.972,82	-13.189,44
% sobre ativos	2,39%	3,47%	-0,55%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

24.1. IMPOSTO CORRENTE

Detalham-se no quadro seguinte as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

Demonstração do gasto por imposto	2013	2012
Gasto por imposto		
Resultado antes de imposto	299.881,09	6.708.053,56
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido		-614.564,36
Amortizações acumuladas de edifícios de serviço próprio à data de transição para o novo plano de contas – 1/5 do valor de acordo DL n.º 237/2008 art. 2 n.º 12		-517.340,80
Amortizações acumuladas de edifícios de rendimento à data de transição para o novo plano de contas – 1/5 do valor de acordo DL n.º 237/2008 art. 2 n.º 12		-54.105,94
Custo amortizado dos títulos de dívida à data de transição para o novo plano de contas – 1/5 do valor de acordo DL n.º 237/2008 art. 2 n.º 12		-43.117,62
25% do resultado antes de impostos	74.970,27	1.523.372,30
Amortização <i>goodwill</i>	0,00	106.226,09
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	0,00	-5.909,09
Multas, coimas e juros compensatórios	128,53	299,58
Importâncias devidas p/ aluguer de viaturas s/ condutor (art. 42, n.º 1, alínea h)	1.429,01	658,46
Custos e proveitos extraordinários	32.487,07	-513.360,31
Donativos	500,00	0,00
Excesso estimativa imposto do ano anterior	-48.983,90	0,00
Dividendos – instrumentos de capital	-38.887,68	-13.616,09
Imparidade reconhecida sobre os imóveis	50.005,15	27.021,98
Imparidade reconhecida sobre os títulos de rendimento variável	0,00	432.378,00
Correção mais menos valias contabilísticas/fiscais	129.981,97	-268.848,33
Benefícios fiscais	-12.152,17	-83.510,96
CFEI – Lei n.º 49/2013	-45.661,04	
Derrama	11.292,90	171.848,10
Tributação autónoma	125.320,53	97.225,97
Total de gasto por imposto	280.430,63	1.473.785,70
Imposto sobre lucros a pagar		
Entregas por conta	-1.114.795,40	-925.839,52
Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido	-834.364,77	547.946,18

24.2. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Decomposição do saldo de ativos por impostos diferidos:

Exercício de 2013						
Ativos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	197.054,81	0,00	0,00	0,00	197.054,81	0,00
De ativos financeiros disponíveis para venda – reajuste títulos dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De amortizações de terrenos e edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De provisões para riscos e encargos – impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	246.941,78	28.287,01	0,00	0,00	0,00	275.228,79
De ativos financeiros disponíveis para venda – imparidade títulos dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do reconhecimento de imparidade s/ títulos rend. variável	14.452,34	0,00	0,00	2.897,19	0,00	11.555,15
Do reconhecimento dos at./pass. por benefícios pós-emprego	38.248,73	0,00	0,00	38.248,73	0,00	0,00
Do reconhecimento da reserva revalorização resultante da alteração da classificação contabilística dos títulos da dívida pública portuguesa	69.784,37	0,00	0,00	0,00	51.124,88	18.659,49
Total	566.482,03	28.287,01	0,00	41.145,92	248.179,69	305.443,43

Exercício de 2012						
Ativos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	1.667.112,36	0,00	0,00	0,00	1.470.057,55	197.054,81
De ativos financeiros disponíveis para venda – reajuste títulos dívida	11.426,17	0,00	0,00	0,00	11.426,17	0,00
De amortizações de terrenos e edifícios	151.433,38	0,00	0,00	0,00	151.433,38	0,00
De provisões para riscos e encargos – impostos	155.343,20	0,00	0,00	155.343,20	0,00	0,00
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	218.298,48	28.643,30	0,00	0,00	0,00	246.941,78
De ativos financeiros disponíveis para venda – imparidade títulos dívida	821.054,64	0,00	0,00	821.054,64	0,00	0,00
Do reconhecimento de imparidade s/ títulos rend. variável	14.452,34	0,00	0,00	0,00	0,00	14.452,34
Do reconhecimento dos at./pass. por benefícios pós-emprego	38.586,93	0,00	0,00	338,20	0,00	38.248,73
Do reconhecimento da reserva revalorização resultante da alteração da classificação contabilística dos títulos da dívida pública portuguesa	85.907,45	0,00	0,00	0,00	16.123,08	69.784,37
Total	3.163.614,95	28.643,30	0,00	976.736,04	1.649.040,18	566.482,03

Nota: Na demonstração da decomposição do saldo dos ativos por impostos diferidos, apresentado para o exercício de 2012, o valor dos ativos por impostos diferidos foi corrigido, entre o ativo e o passivo, no valor de 69.784,37 euros, para alocação correta dos valores dos ativos e passivos por impostos diferidos, de acordo com o balancete analítico do exercício de 2012.

b) Decomposição do saldo de passivos por impostos diferidos:

Exercício de 2013						
Passivos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	390.472,14	0,00	1.993.106,62	0,00	0,00	2.383.578,76
Do reconhecimento dos at./pass. por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	390.472,14	0,00	1.993.106,62	0,00	0,00	2.383.578,76

Exercício de 2012						
Passivos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	0,00	0,00	390.472,14	0,00	0,00	390.472,14
Do reconhecimento dos at./pass. por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	390.472,14	0,00	0,00	390.472,14

Nota: Na demonstração da decomposição do saldo dos passivos por impostos diferidos, apresentado para o exercício de 2012, o valor dos passivos por impostos diferidos foi corrigido, entre o passivo e o ativo, no valor de 69.784,37 euros, para alocação correta dos valores dos passivos e dos ativos por impostos diferidos, de acordo com o balancete analítico do exercício de 2012.

25. CAPITAL

25.1. INDICAÇÕES SOBRE O CAPITAL SOCIAL

a) O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2013, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações, no valor nominal de 4,99 euros cada, repartido da seguinte forma:

Entidade acionista	2013		2012	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE Familiar	6.634.960	33.108.450,40	20	99,80
MAPFRE Global Risks	40	199,60	40	199,60
MAPFRE Internacional			6.634.940	33.108.350,60
Total	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00

No exercício de 2013, A MAPFRE Familiar adquiriu à MAPFRE Internacional, no decorrer de um processo de cisão parcial, a totalidade das ações, que esta última detinha, no capital da MAPFRE Seguros Gerais, S.A. A escritura teve lugar no dia 6 de setembro de 2013 e as operações da sociedade cindida consideraram-se realizadas com efeitos contabilísticos, por conta da sociedade beneficiária, desde o dia 1 de janeiro de 2013.

b) Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

c) De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia.

d) Em referência a 31 de dezembro de 2013, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

25.2. No exercício 2013 e 2012, verificaram-se as seguintes quantias transacionadas com os detentores de capital, relativas à distribuição de dividendos:

Entidade acionista	Dividendos pagos	
	2013	2012
MAPFRE Internacional	0,00	1.100.028,98
MAPFRE Familiar	0,00	3,32
MAPFRE Caucion y Credito	0,00	3,32
MAPFRE Global Risks	0,00	3,32
Total	0,00	1.100.038,94

25.3. No exercício de 2013 não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

26. RESERVAS


26.1. As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda.

26.2. No quadro seguinte apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2013 e de 2012 em cada uma das reservas:

Exercício de 2013				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	466.539,48	9.186.192,21	0,00	9.652.731,69
Ações/Unid. part. fundos invest.	-743.603,05	2.613.886,95	0,00	1.870.283,90
Títulos de rendimento fixo	1.210.142,53	6.572.305,26	0,00	7.782.447,79
Reserva por impostos diferidos	-123.632,96	-2.241.286,31	0,00	-2.364.919,27
Ações/Unid. part. fundos invest.	197.054,81	-655.274,37	0,00	-458.219,56
Títulos de rendimento fixo	-320.687,77	-1.586.011,94	0,00	-1.906.699,71
Outras reservas	22.923.777,71	4.235.860,07	0,00	27.159.637,78
Reserva legal	3.719.844,43	428.617,51	0,00	4.148.461,94
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	16.224.385,24	3.807.242,56	0,00	20.031.627,80
Total	23.266.684,23	11.180.765,97	0,00	34.447.450,20

Exercício de 2012				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-6.615.169,05	7.081.708,53	0,00	466.539,48
Ações/Unid. part. fundos invest.	-1.086.339,61	342.736,56	0,00	-743.603,05
Títulos de rendimento fixo	-5.528.829,44	6.738.971,97	0,00	1.210.142,53
Reserva por impostos diferidos	1.753.019,80	-1.876.652,76	0,00	-123.632,96
Ações/Unid. part. fundos invest.	287.880,00	-90.825,19	0,00	197.054,81
Títulos de rendimento fixo	1.465.139,80	-1.785.827,57	0,00	-320.687,77
Outras reservas	22.719.957,62	203.820,09	0,00	22.923.777,71
Reserva legal	3.573.172,57	146.671,86	0,00	3.719.844,43
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	16.167.237,01	57.148,23	0,00	16.224.385,24
Total	17.857.808,37	5.408.875,86	0,00	23.266.684,23



“Cada dia mais perto do Cliente, contando com uma rede de lojas estrategicamente situados em todo o território nacional.”

27. RESULTADOS POR AÇÃO

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2013	2012
Resultado líquido atribuído aos acionistas	6.591,55	4.286.175,12
Numero médio de ações	6.635.000	6.635.000
Resultado por ação (em euros)	0,00	0,65

28. DIVIDENDOS POR AÇÃO

No exercício atual e no anterior não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício de 2013 no montante de 6.591,55 euros (seis mil quinhentos e noventa e um euros e cinquenta e cinco cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 659,16 euros;
- Reserva livre: 5.932,39 euros.

Foi também proposto pelo Conselho de Administração a transferência do saldo credor, em 31 de dezembro de 2013, de “Resultados Transitados”, no valor de 100.630,10 euros, para Reservas Livres.

29. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

29.1. INFORMAÇÃO SOBRE A EMPRESA-MÃE E SOBRE A EMPRESA-MÃE DO TOPO DO GRUPO

A MAPFRE nasceu em 1993 como Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as atividades de Assistência e Resseguro, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975, inicia as suas atividades a FUNDACIÓN MAPFRE e, nos anos 80, a MAPFRE – que já era a primeira entidade seguradora de Espanha – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante esforço de investimento, que culminou nos anos 90 com a criação de uma rede de seguro que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano 2000, começou a aceleração do crescimento das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma reorganização que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A FUNDACIÓN MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na diversificação geográfica e nos mercados de elevado potencial de crescimento, como os Estados Unidos e a Turquia. Em 2012, Antonio Huertas assumiu a Presidência do Grupo, uma multinacional seguradora com presença em mais de 45 países dos cinco continentes.

A MAPFRE é um grupo empresarial espanhol independente que desenvolve atividades seguradoras, resseguradoras, financeiras, imobiliárias e de serviços em Espanha e em outros 45 países. Estas atividades desenvolvem-se através de 258 sociedades, que se agrupam em divisões e unidades operativas com ampla autonomia de gestão, debaixo da coordenação e supervisão dos altos órgãos diretivos do Grupo, aos quais cabe determinar as linhas de orientação gerais e as políticas comuns de atuação.

A MAPFRE Seguros Gerais, S.A. é uma dessas sociedades que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 99,99% pela MAPFRE Familiar, que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

29.2. DESCRIÇÃO DOS RELACIONAMENTOS ENTRE EMPRESAS-MÃE E FILIAIS

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, além das relativas à distribuição de dividendos, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, além das remunerações relativas aos Administradores.

29.3. INFORMAÇÃO RELACIONADA COM O ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art. 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, do Instituto de Seguros de Portugal, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 6 do Relatório de Gestão.

No quadro seguinte apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	Grupo MAPFRE
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida	MAPFRE RE; MAPFRE Global Risks (antes MAPFRE Empresas); Reinsurance Management inc; MAPFRE Asistencia; Compagnie Internationale D'Assurances et de Reassurances, Sociéte Anonyme (C.I.A.R); Aseguradores de Riesgos Nucleares A.I.E. (ARN)
Filipe Dumont dos Santos	Madeira Impex – Electromecânica, Lda.; Autotudo da Madeira, Lda.; Leuimport da Madeira, Lda.; Choupana Hills; Paixão do Vinho, Lda.
António Manuel Cardoso Belo	MAPFRE Seguros de Vida, S.A.
Jesús García Arranz	
Francisco José Marco Orenes	MAPFRE Familiar; MAPFRE Empresas; Catalunya Caixa Seguros Generales; Bankinter Seguros Generales; Ibericar; Funespaña
Ignacio Baeza Gómez	MAPFRE Vida; MAPFRE Familiar; MAPFRE, S.A.; MAPFRE Vida Pensiones; MAPFRE Inversión II; Ascat Vida; Ascat Seguros Generales; MAPFRE Internacional
Juan Fernández Palacios	MAPFRE Vida
Jesús Martínez Castellanos	MAPFRE Vida Pensiones EGFP, S.A.; Activida, S.A.; Bakinter Seguros de Vida, S.A.; MAPFRE Caja Madrid, S.A.; Unión de Duero, S.A.; Duero Pensiones EGFP, S.A.; Catalunya Caja Vida, S.A.
José Luis Catalinas Calleja	
José Luis Joló Marín	Eco – Ecoenergias del Guadiana, S.A.
Matías Salvá Bennasar	MAPFRE, S.A.; MAPFRE Global Risks; MAPFRE Familiar; MAPFRE RE

29.4. APRESENTAM-SE DE SEGUIDA AS OPERAÇÕES OCORRIDAS, SALDOS DOS EXERCÍCIOS DE 2013 E DE 2012, COM TODAS AS OUTRAS ENTIDADES RELACIONADAS:

Milhares de euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2013	2012	2013	2012
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	469	2.007	459	-234
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	132		0	2
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	130	122	0	0
Total	731	2.130	459	-232

Milhares de euros

Conceito	Operações gerais	
	2013	2012
Créditos e dívidas	929	573
Total	929	573

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2013	2012
Prémios adquiridos	16.390	18.377
Sinistros recebidos	14.462	20.139
Varição de provisões técnicas	463	-828
Comissões	2.504	2.529
Juros sobre depósitos	3	4

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2013	2012
Créditos e dívidas	-467	-915
Depósitos	-45	-6.219
Provisões técnicas	21.348	26.205
Total	20.837	19.071

30. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração do fluxo de caixa	2013	2012
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios	99.022.446,42	106.223.908,83
Pagamentos de sinistros	-64.122.780,53	-73.840.192,29
Pagamentos de comissões	-8.049.733,87	-8.821.065,13
Entradas por operações de resseguro	7.620.908,90	15.876.389,01
Saídas por operações de resseguro	-8.728.524,43	-12.222.466,06
Entradas por operações de co-seguro	2.476.743,47	4.196.170,15
Saídas por operações de co-seguro	-2.718.819,05	-3.765.607,11
Outros recebimentos	1.885.645,61	-2.698.555,40
Pagamentos a fornecedores e pessoal	-33.272.834,17	-29.383.022,07
Imposto sobre o rendimento	-1.515.618,82	-1.276.637,83
Total fluxo das atividades operacionais	-7.402.566,47	-5.711.077,90
Atividades de investimento		
Outros ativos tangíveis	-618.880,83	-446.373,04
Terrenos e edifícios	0,00	0,00
Títulos de dívida	5.533.512,69	2.167.054,03
Instrumentos de capital e unidades de participação	1.150.938,03	0,00
Participação no capital de outras sociedades	-3.500.000,00	13.500.000,00
Juros recebidos	3.137.352,43	3.572.382,20
Dividendos recebidos	325.904,26	376.402,00
Outros investimentos	-1.000.000,00	-10.000.000,00
Total fluxo das atividades de investimento	5.028.826,58	9.169.465,19
Atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos aos acionistas	0,00	-1.100.038,94
Total fluxo das atividades de financiamento	0,00	-1.100.038,94
Efeito das variações das diferenças de câmbios	0,00	0,00
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	-2.373.739,89	2.358.348,35
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3.433.323,77	1.074.975,42
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.059.583,88	3.433.323,77

31. AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME CONTABILÍSTICO

Decorrente da aplicação do novo plano de contas para as empresas de seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 22/2010-R, de 31 de dezembro, foi reconhecido, no exercício de 2012, um ajustamento na rubrica de “Reservas Livres” relativo ao tratamento fiscal das amortizações dos edifícios e da valorização dos títulos de rendimento fixo, que, de acordo com o artigo 2.º, número 4, alínea a) e número 5, do Decreto-Lei n.º 237/2008, devem concorrer para a formação do lucro tributável correspondente ao exercício iniciado em 2008 e aos quatro exercícios subsequentes, sendo reconhecido em 2012 o valor de 162.859,55 euros.

32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Não se registaram eventos subsequentes relevantes, em data posterior às demonstrações financeiras apresentadas.

33. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia

IFRS 13 Mensuração do justo valor (Emissão)

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.

A norma deve ser aplicada prospetivamente.

Da aplicação desta norma resultaram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia ao nível das divulgações.

Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Empresa/Grupo

IFRS 7 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Emenda)

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avalia-

ção do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares, independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não são suscetíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 12 Impostos sobre o rendimento (Emenda)

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser, no entanto, rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- A eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas atuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas;
- Os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais;
- Benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37;
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseada na tempestividade da liquidação do benefício, independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

A norma revista deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contábilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumprem com a definição de ativos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventários.

IAS 32 Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resulte de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2013 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na Nota 34. Estas normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

34. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2013 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação), os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um

direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas". Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal, mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda ou liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

De acordo com o endosso, as emendas a esta norma são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Ativos financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- A opção pelo justo valor não for exercida;
- O objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os *cash-flows* contratualizados; e

- Nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, *cash-flows* que se substanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos devem ser mensurados ao justo valor com as respetivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas).

Passivos financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de Rendimento Integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas, exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fosse suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para serem reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

A Companhia antecipa que esta norma terá impactos relevantes, os quais ainda não foram razoavelmente estimados.

IAS 19 R – Benefícios de empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a

poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

IFRS 13 Mensuração ao justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve que ver com alterações de mensuração, mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis

No caso de revalorização, a norma passa a prever a possibilidade da entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico, sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a expressão para todos os períodos anteriores, mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de partes relacionadas

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorizações, a norma passa a prever a possibilidade da entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico, sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores, mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

As melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

IFRS 13 Mensuração ao justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portefólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos da IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica a inter-relação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedade de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

As melhorias 2011-2013 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

Lisboa, 3 de março de 2014

António Belo
(Administrador-Delegado)

Manuela Mendes
(Técnico de Contas)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro de Macedo Coutinho
de Almeida
(Presidente)

Filipe Dumont dos Santos
(Vice-Presidente)

António Manuel Cardoso Belo
(Vogal/Administrador-Delegado)

Ignacio Baeza Gómez
(Vogal)

Francisco Marco Orenes
(Vogal)

Juan Fernández Palacios
(Vogal)

Jesús García Arranz
(Vogal)

Jesús Martínez Castellanos
(Vogal)

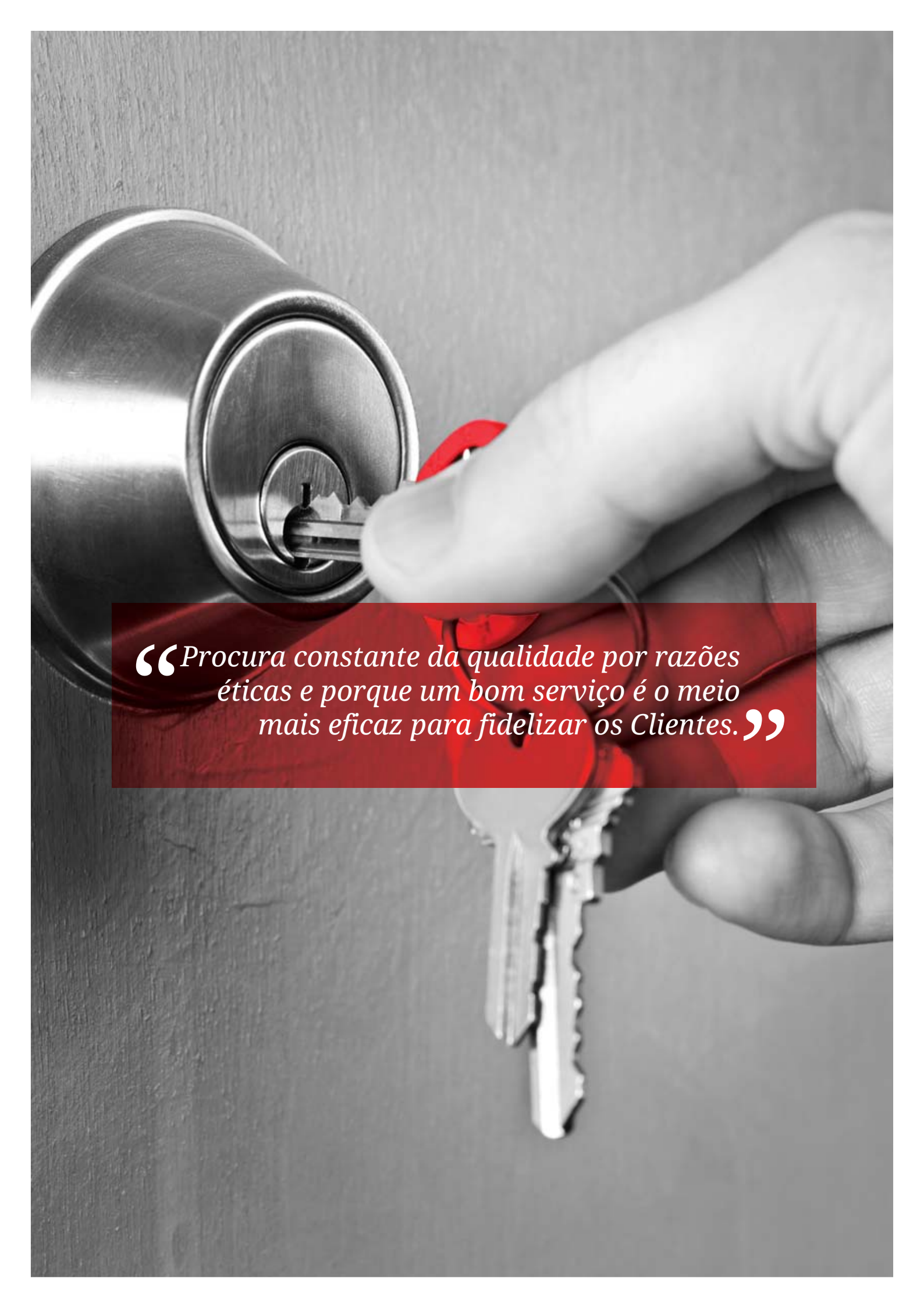
José Luis Catalinas Calleja
(Vogal)

José Luis Joló Marín
(Vogal)

Matías Salvá Bennasar
(Vogal)

O SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Ribeiro e Silva

A close-up photograph of a hand holding a red keychain with a key inserted into a silver door lock. The background is a dark, textured surface. A red semi-transparent box is overlaid on the image, containing a quote in white text.

“Procura constante da qualidade por razões éticas e porque um bom serviço é o meio mais eficaz para fidelizar os Clientes.”

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2013

ANEXO 1.1.

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2. Outros							
	2.1. Títulos nacionais							
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. Títulos de dívida							
	2.1.2.1. De dívida pública							
PTOTEOE0010	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,35 10/2017	3.000.000	3.000.000,00			2.966.610,00		2.994.180,25
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019	500.000	500.000,00			440.126,02		470.742,66
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021	1.475.000	1.475.000,00			1.173.865,79		1.282.524,33
	Subtotal	4.975.000	4.975.000,00			4.580.601,81		4.747.447,24
	2.1.2.2. De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3. De outros emissores							
PTCGF11E0000	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS LISBOA 3,875 12/2016	2.800.000	2.800.000,00			2.864.144,39		3.127.505,11
	Subtotal	2.800.000	2.800.000,00			2.864.144		3.127.505
	Subtotal 2.1.2.	7.775.000	7.775.000,00			7.444.746,20		7.874.952,35
	Subtotal 2.1.	7.775.000	7.775.000,00			7.444.746,20		7.874.952,35
	2.2. Títulos estrangeiros							
	2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1. Ações							
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	3.408			38,99	132.892,18	58,02	197.719,86
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	1.365			123,21	168.178,57	203,06	277.173,31
CH0038863350	NESTLÉ S.A. REGISTERED	2.460			43,48	106.949,43	53,21	130.893,77
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	5.666			8,62	48.825,12	7,95	45.064,58
GB0031348658	BARCLAYS BANK PLC LONDON	13.871			3,49	48.436,65	3,27	45.293,44
GB00B16GWD56	VODAFONE GROUP	57.050			2,12	120.753,01	2,85	162.346,33
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	16.129			9,55	153.982,42	12,43	200.483,47
DE0007037129	RWE AG	5.694			29,62	168.640,11	26,61	151.488,87
DE0007236101	SIEMENS AG	2.462			65,83	162.084,94	99,29	244.451,98
DE0008404005	ALLIANZ SE	428			113,23	48.460,73	130,35	55.789,80
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	1.006			104,79	105.421,64	160,15	161.110,90
DE000BAY0017	BAYER A.G.	1.528			55,84	85.327,79	101,95	155.779,60
DE000ENAG999	E.ON SE	15.131			13,64	206.344,27	13,41	202.982,36
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	21.551			12,24	263.873,49	16,15	348.048,65
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	72.695			7,23	525.573,29	8,95	650.474,86
ES0113679137	BANKINTER	43.589			2,76	120.434,65	4,99	217.378,34

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0113900J37	BANCO SANTANDER S.A.	160.200			5,65	904.471,81	6,51	1.042.261,20
ES0116870314	GAS NATURAL SDG S.A.	10.417			12,33	128.483,53	18,69	194.745,81
ES0130960018	ENAGAS	17.129			14,40	246.734,48	18,99	325.365,35
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	153.383			4,30	660.240,92	4,63	710.930,20
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	12.837			20,13	258.381,49	25,02	321.181,74
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	33.995			15,89	540.088,82	18,32	622.788,40
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	115.710			12,20	1.411.855,87	11,84	1.369.427,85
ES0673516938	REPSOL YPF,S.A.	33.995			0,49	16.589,56	0,50	16.861,52
FR0000120172	CARREFOUR S.A.	2.145			22,65	48.587,57	28,81	61.797,45
FR0000120271	TOTAL S.A.	18.006			39,54	711.911,22	44,53	801.807,18
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	2.505			50,63	126.840,66	77,12	193.185,60
FR0000120644	GROUPE DANONE	2.385			49,54	118.157,76	52,32	124.783,20
FR0000127771	VIVENDI S.A.	23.690			17,06	404.213,57	19,16	453.781,95
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	9.762			40,88	399.111,02	56,65	553.017,30
FR0000133308	ORANGE S.A.	18.178			8,80	159.941,22	9,00	163.602,00
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	20.326			17,52	356.148,71	17,10	347.472,97
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	17.699			2,96	52.360,87	3,17	56.176,62
IT0003132476	ENI SPA	16.786			16,62	278.960,57	17,49	293.587,14
NL0000009355	UNILEVER PLC	11.184			30,35	339.404,54	29,28	327.411,60
Subtotal		944.365			1.016,59	9.628.662,48	1.361,74	11.226.665,20
2.2.1.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
ES0138298031	FONDMAPFRE BOLSA ASIA F.I.	12.173			6,16	75.000,00	6,67	81.229,21
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	15.179			6,00	91.000,00	7,69	116.783,51
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	20.601			24,06	495.764,15	26,97	555.716,39
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	1.342			1.510,18	2.026.048,24	1.510,49	2.026.460,83
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.078			211,15	650.000,00	254,27	782.739,75
Subtotal		52.373			1.758	3.337.812	1.806	3.562.930
2.2.1.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.2.1.		996.738			2.774,14	12.966.474,87	3.167,85	14.789.594,89
2.2.2. Títulos de dívida								
2.2.2.1. De dívida pública								
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040	3.100.000	3.100.000,00			2.395.541,25		3.158.573,69
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041	21.150.000	21.150.000,00			18.282.412,50		20.867.803,94
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021	3.330.000	3.330.000,00			3.706.513,11		3.848.679,00
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026	1.975.000	1.975.000,00			1.954.728,83		2.305.983,64
ES00000123J2	TESORO PÚBLICO 4,25 10/2016	1.500.000	1.500.000,00			1.523.130,00		1.605.957,77
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022	5.230.000	5.230.000,00			5.628.750,37		6.232.014,70
ES00000123Q7	TESORO PÚBLICO 4,5 1/2018	7.490.000	7.490.000,00			7.711.037,58		8.381.246,93
ES00000123U9	TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023	8.351.000	8.351.000,00			8.485.571,15		9.609.450,86
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023	800.000	800.000,00			816.720,00		823.261,90
ES00000124B7	TESORO PÚBLICO 3,75 10/2018	1.710.000	1.710.000,00			1.761.370,50		1.801.275,30
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044	525.000	525.000,00			523.262,31		541.106,94
ES0000012965	TESORO PÚBLICO 100 1/2032	5.418.000	5.418.000,00			1.387.008,00		2.203.570,55
IE0034074488	GOBIERNO DE IRLANDA 4,5 4/2020	5.200.000	5.200.000,00			5.540.154,00		5.858.409,68
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020	1.500.000	1.500.000,00			1.490.010,00		1.702.905,44
Subtotal		67.279.000	67.279.000,00			61.206.210		68.940.240
2.2.2.2. De outros emissores públicos								
Subtotal								

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2.2.2.3. De outros emissores							
DE000A1R1BC6	DEUTSCHE BORSE AG (BOLSA FRANK 1,125 3/2018)	250.000	250.000,00			248.452,50		251.996,07
ES0302761004	FONDO DE REESTRUCTURACION ORDE 3 11/2014	500.000	500.000,00			494.432,50		509.897,35
ES0314400187	BANCO SABADELL 3 11/2014	1.000.000	1.000.000,00			996.070,00		1.018.430,11
ES0314840184	CATALUNYA BANC S.A. 3 10/2014	850.000	850.000,00			845.886,00		866.289,71
ES0340609199	CAIXABANK S.A. 3,125 5/2018	900.000	900.000,00			861.660,00		942.397,86
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021	1.500.000	1.500.000,00			1.467.000,00		1.764.020,91
ES0413211782	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 12/2017	500.000	500.000,00			500.250,00		536.836,84
ES0413440308	BANCO SANTANDER S.A. 4,75 1/2017	1.600.000	1.600.000,00			1.593.372,71		1.831.129,43
ES0413679178	BANKINTER 4,125 3/2017	1.200.000	1.200.000,00			1.198.800,00		1.332.466,78
ES0413770001	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 3,75 3/2015	500.000	500.000,00			469.650,00		528.161,52
ES0413790314	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 3,5 9/2017	1.500.000	1.500.000,00			1.497.240,00		1.575.312,70
ES0413860281	BANCO SABADELL 3,625 2/2015	1.100.000	1.100.000,00			1.098.086,00		1.165.299,97
ES0413900285	BANCO SANTANDER S.A. 3,25 2/2015	200.000	200.000,00			199.948,00		210.812,71
ES0414950784	BANKIA S.A. 3,5 11/2014	1.500.000	1.500.000,00			1.529.400,00		1.536.306,04
ES0414954182	IBERCAJA BANCO S.A.U. 5,31 3/2016	700.000	700.000,00			700.350,00		755.847,21
ES0414970212	CAIXABANK S.A. 3,25 10/2015	1.300.000	1.300.000,00			1.288.820,00		1.357.370,37
ES0415309006	KUTXABANK 4,375 11/2014	180.000	180.000,00			891.777,30		1.140.020,40
ES0458759034	UNICAJA BANCO, S.A. 5,5 3/2016	550.000	550.000,00			549.789,06		615.752,64
ES0464872060	UNICAJA BANCO, S.A. 3,125 10/2014	500.000	500.000,00			498.135,00		509.840,19
EU000A1U98Z1	EURO STABILITY MECHANISM 1,25 10/2018	1.400.000	1.400.000,00			1.398.138,00		1.409.495,64
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L 6,934 4/2018	700.000	700.000,00			718.710,00		833.050,82
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023	600.000	600.000,00			654.300,00		695.102,19
XS0370846973	COMMERZBANK A.G. 6,5 6/2018	550.000	550.000,00			550.275,00		589.071,93
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT 6,8 6/2018	300.000	300.000,00			298.950,00		324.031,41
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE 6,25 1/2021	100.000	100.000,00			126.900,00		131.197,13
XS0412154378	BASF FINANCE EUROPE N.V. 5,125 6/2015	900.000	900.000,00			985.680,00		985.403,12
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L 4,5 12/2023	650.000	650.000,00			414.700,00		480.661,68
XS0531922465	MORGAN STANLEY 5,375 8/2020	1.550.000	1.550.000,00			1.701.528,00		1.845.333,87
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021	270.000	270.000,00			269.103,60		320.871,52
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 5 7/2016	1.600.000	1.600.000,00			1.599.381,18		1.755.652,27
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019	100.000	100.000,00			107.090,00		115.860,02
XS0741137029	ENI SPA 4,25 2/2020	500.000	500.000,00			507.250,00		572.996,73
XS0751166835	DANSKE BANK A/S 3,875 2/2017	290.000	290.000,00			289.588,20		323.142,41
XS0826634874	RABOBANK NEDERLAND 4,125 9/2022	250.000	250.000,00			248.880,00		261.994,71
XS0883537143	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020	2.480.000	2.480.000,00			2.465.417,60		2.750.396,02
XS0900792473	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4 4/2018	2.050.000	2.050.000,00			2.041.923,00		2.232.735,08
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES SAU 3,961 3/2021	1.400.000	1.400.000,00			1.401.200,00		1.526.401,92
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021	300.000	300.000,00			299.685,00		306.727,61
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP. 1,875 1/2019	920.000	920.000,00			915.510,40		915.305,95
	Subtotal	33.240.000	33.240.000,00			33.923.329,05		36.823.620,84
	Subtotal 2.2.2.	100.519.000	100.519.000,00			95.129.538,65		105.763.861,18
	Subtotal 2.2.	101.515.738	100.519.000,00		2.774,14	108.096.013,52		120.553.456,07
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	109.290.738	108.294.000,00		2.774,14	115.540.759,72		128.428.408,42
	Total geral	109.290.738	108.294.000,00		2.774,14	115.540.759,72		128.428.408,42

* Inclui o valor dos juros decorridos.

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2012

ANEXO 1.2.

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor de balanço	
						Valor total de aquisição	Unitário* Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes						
	1.1. Títulos nacionais						
	1.1.1. Partes de capital em filiais						
	1.1.2. Partes de capital em associadas						
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos						
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes						
	Subtotal						
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais						
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas						
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos						
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes						
	Subtotal						
	1.1.9. Outros títulos em filiais						
	1.1.10. Outros títulos em associadas						
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos						
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes						
	Subtotal						
	Subtotal 1.1.						
	1.2. Títulos estrangeiros						
	1.2.1. Partes de capital em filiais						
	1.2.2. Partes de capital em associadas						
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos						
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes						
	Subtotal						
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais						
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas						
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos						
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes						
	Subtotal						
	1.2.9. Outros títulos em filiais						
	1.2.10. Outros títulos em associadas						
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos						
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes						
	Subtotal						
	Subtotal 1.2.						
	Total 1.						

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor de balanço	
						Valor total de aquisição	Unitário* Total
2. Outros							
2.1. Títulos nacionais							
2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1. Ações							
Subtotal							
2.1.1.2. Títulos de participação							
Subtotal							
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
Subtotal							
2.1.1.4. Outros							
Subtotal							
Subtotal 2.1.1.							
2.1.2. Títulos de dívida							
2.1.2.1. De dívida pública							
PTOTE3OE0017	BO. REP. PORTUGAL 3,35% 10/15	290.000	290.000,00			2.713.019,83	2.844.897,12
PTOTEGOE0009	BO. REP. PORTUGAL 5,45% 09/13	200.000	200.000,00			1.018.477,28	1.019.807,89
PTOTEMOE0027	BO. REP. PORTUGAL 4,75% 06/19	200.000	200.000,00			440.126,02	464.515,86
PTOTEYOE0007	BO. REP. PORTUGAL 3,85% 04/21	6.710.000	6.710.000,00			1.173.865,79	1.258.363,10
Subtotal		7.400.000	7.400.000			5.345.488,92	5.587.583,97
2.1.2.2. De outros emissores públicos							
Subtotal							
2.1.2.3. De outros emissores							
PTCGF11E0000	EUROB. CAIXA GERAL DEPO 3,875% 12/16	3.000.000	3.000.000,00			2.847.295,63	2.991.254,82
Subtotal		3.000.000	3.000.000			2.847.296	2.991.255
Subtotal 2.1.2.		10.400.000	10.400.000,00			8.192.784,55	8.578.838,79
Subtotal 2.1.		10.400.000	10.400.000,00			8.192.784,55	8.578.838,79
2.2. Títulos estrangeiros							
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1. Ações							
CH0012005267	ACCS. NOVARTIS AG	5.017			38,99	195.633,80	238.756,30
CH0012032048	ACCS. ROCHE HOLDING AG	1.609			123,21	198.241,25	245.241,83
CH0038863350	ACCS. NESTLÉ S.A. - REG	1.053			28,87	30.395,89	51.987,06
GB00B16GWD56	ACCS. VODAFONE GROUP	20.519			2,08	42.634,67	38.832,98
DE0005557508	ACCS. DEUTSCHE TELEKOM	20.310			9,55	193.898,12	174.564,45
DE0007037129	ACCS. RWE AG	7.618			38,45	292.887,81	237.986,32
DE0007236101	ACCS. SIEMENS AG	1.962			64,67	126.887,86	161.276,40
DE0008430026	ACCS. MUENCHENER RUECKVER AG	1.006			104,79	105.421,64	136.816,00
DE000BAY0017	ACCS. BAYER AG	1.528			55,84	85.327,79	109.847,92
ES0111845014	ACCS. ABERTIS INFRASTRUCT S.A. (EX ACESA)	15.598			12,50	195.043,61	193.727,16
ES0113211835	ACCS. BBVA	113.260			8,09	916.696,80	788.289,60
ES0113679137	ACCS. BANKINTER	28.369			4,50	127.635,70	89.078,66
ES0113900J37	ACCS. BANCO SANTANDER	129.733			7,30	947.644,68	791.371,30
ES0116870314	ACCS. GAS NATURAL SDG	7.281			10,86	79.093,79	98.875,98
ES0118594417	ACCS. INDRA SISTEMAS, S.A.	22.690			11,84	268.545,77	227.353,80

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor de balanço	
						Valor total de aquisição	Unitário* Total
ES0130960018	ACCS. ENAGAS, S.A.	17.129			14,40	246.734,48	16,14 276.462,06
ES0144580Y14	ACCS. IBERDROLA	163.896			4,85	795.178,77	4,20 687.543,72
ES0167050915	ACCS. ACS	16.593			22,58	374.718,05	19,04 315.930,72
ES0173516115	ACCS. REPSOL S.A.	13.466			16,84	226.799,49	15,34 206.501,11
ES0178430E18	ACCS. TELEFONICA S.A.	116.626			13,48	1.571.892,74	10,19 1.188.418,94
ES0673516912	DCHOS. REPSOL 01/13	13.466			0,47	6.369,41	0,46 6.221,29
FR0000120271	ACCS. TOTAL S.A.	16.479			39,73	654.748,37	39,01 642.845,79
FR0000120578	ACCS. SANOFI	2.709			47,57	128.873,63	71,39 193.395,51
FR0000120644	ACCS. DANONE	6.368			49,54	315.483,66	49,91 317.795,04
FR0000127771	ACCS. VIVENDI UNIVERSAL	19.305			18,62	359.495,28	16,95 327.219,75
FR0000131104	ACCS. BNP PARIBAS	9.762			40,88	399.111,02	42,59 415.714,77
FR0000133308	ACCS. FRANCE TELECOM	19.145			12,17	233.073,86	8,34 159.650,15
FR0010208488	ACCS. GDF SUEZ	26.507			22,75	603.047,98	15,57 412.846,52
IT0003128367	ACCS. ENEL SPA	13.712			3,93	53.872,28	3,14 43.028,25
IT0003132476	ACCS. ENI SPA	17.257			16,51	284.882,89	18,34 316.493,38
	Subtotal		849.973		845,90	10.060.271,09	9.094.072,76
	2.2.1.2. Títulos de participação						
	Subtotal						
	2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento						
ES0138298031	P/F. BOLSA ASIA F.I.	12.173			6,16	75.000,00	6,07 73.885,62
ES0138658036	P/F. BOLSA AMERICA F.I.	15.179			6,00	91.000,00	6,25 94.844,03
ES0138901030	P/F. BOLSA F.I.	20.601			24,06	495.764,15	23,25 478.914,90
ES0138902038	P/F. FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	806			1.487,24	1.198.377,06	1.498,55 1.207.488,27
LU0043136406	P/ CAPINVEST SPAIN	3.078			211,15	650.000,00	267,37 823.066,54
	Subtotal		51.837		1.735	2.510.141	1.801 2.678.199
	2.2.1.4. Outros						
	Subtotal						
	Subtotal 2.2.1.		901.810		2.580,51	12.570.412,30	11.772.272,12
	2.2.2. Títulos de dívida						
	2.2.2.1. De dívida pública						
ES00000120N0	BO. EST. SEG. 4,90% 07/40	2.750.000	2.750.000,00			2.798.060,00	3.239.622,72
ES00000122G0	BO. EST. FRN. 03/15	1.300.000	1.300.000,00			1.846.374,00	1.750.337,18
ES00000123C7	OB. EST. SEG. 5,9% 07/26	230.000	230.000,00			1.054.878,83	1.154.661,47
ES00000123K0	BO. EST. SEG. 5,85% 01/22	5.900.000	5.900.000,00			12.355.444,30	12.825.017,08
ES00000123Q7	BO. EST. SEG. 4,50% 01/18	270.000	270.000,00			6.538.884,28	6.700.348,22
FR0120746609	BO. REP. FRANCIA 1% 07/17	2.250.000	2.250.000,00			1.347.942,00	1.368.560,37
IE00B60Z6194	BO. GOBIERNO DE IRLANDA 5% 10/20	200.000	200.000,00			6.456.710,00	6.804.277,58
ES00000121S7	OB. EST. SEG. 4,70% 07/41	21.150.000	21.150.000,00			18.282.412,50	18.552.125,94
ES00000123J2	BO. EST. SEG. 4,25% 10/16	1.500.000	1.500.000,00			1.523.130,00	1.536.048,59
ES0000012965	CUPON SEG. D.E. 01/32	5.418.000	5.418.000,00			1.387.008,00	1.783.619,30
	Subtotal	40.968.000	40.968.000			53.590.844	55.714.618
	2.2.2.2. De outros emissores públicos						
	Subtotal						

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor de balanço	
						Valor total de aquisição	Unitário* Total
	2.2.2.3. De outros emissores						
DE0003933511	EUROB. DEUTSCHE BANK VAR 01/09-14	750.000	750.000,00			747.825,00	749.548,71
ES0302761004	BO. FROB 3% 11/14	200.000	200.000,00			494.432,50	499.421,28
ES0302761020	BO. FROB 5,5% 07/16	500.000	500.000,00			1.011.690,65	1.071.844,16
ES0312362017	BON. TIT HIP AYT CED CAJAS 8 4,25% 11/19	1.000.000	1.000.000,00			684.810,00	610.754,50
ES0314400187	BO. C A MEDITERRANEO 3% 11/14	700.000	700.000,00			996.070,00	989.736,93
ES0314600158	OB. CAJA DE AHORROS DE MURCIA 4% 11/13	1.200.000	1.200.000,00			500.085,00	505.896,85
ES0314840184	BO. AVAL. CAJA CATALUÑA 3% 10/14	1.000.000	1.000.000,00			845.886,00	841.800,68
ES0314843329	BO. CAIXA GALICIA 3% 11/14	500.000	500.000,00			1.179.208,00	1.177.459,94
ES0340609009	BO. CRITERIA CAIXA CORP 4,125% 11/14	850.000	850.000,00			796.576,00	809.449,08
ES0378641023	BO. FADE 5,9% 03/21	1.200.000	1.200.000,00			1.467.000,00	1.594.555,66
ES0413211782	CED. HIP. BBVA 3,5% 12/17	250.000	250.000,00			500.250,00	503.938,20
ES0413679178	CED. HIP. BANKINTER 4,125% 03/17	800.000	800.000,00			1.198.800,00	1.262.780,70
ES0413770001	CED. BANCO PASTOR 3,75% 03/15	500.000	500.000,00			469.650,00	516.071,03
ES0413790108	CED. HIP. BANCO POPULAR 3,50% 09/13	1.100.000	1.100.000,00			892.269,00	913.761,84
ES0413860281	CED. HIP. BCO SABADELL 3,625% 02/15	800.000	800.000,00			1.098.086,00	1.141.406,16
ES0413900285	CEDU. HIPOT. SCH 3,25% 02/15	500.000	500.000,00			199.948,00	208.806,52
ES0414840274	CED. HIP. CAJA CATALUÑA 3,5% 03/16	1.000.000	1.000.000,00			770.440,00	765.354,22
ES0414954182	CED. HIP. IBERCAJA FRN 03/16	800.000	800.000,00			700.350,00	725.506,52
ES0414970212	CED. HIP. LA CAIXA 3,25% 10/15	700.000	700.000,00			1.288.820,00	1.314.035,36
ES0414977357	CED. HIP. BANCAJA 3% 04/13	1.300.000	1.300.000,00			974.700,00	1.021.257,48
ES0464872060	CED. HIP. UNICAJA 3,125% 10/14	1.000.000	1.000.000,00			498.135,00	493.090,74
FR0011318658	EUROB. ELECTRICITE DE FRANCE 2,75% 03/23	250.000	250.000,00			99.261,00	102.769,84
XS0327533617	EUROB. SANTANDER ISSUANCES 5,435% 10/17	500.000	500.000,00			1.000.500,00	858.485,46
XS0356705219	EUROB. ROYAL BANK OF SCOTLD. 6,934% 04/18	1.300.000	1.300.000,00			718.710,00	825.841,64
XS0365796092	EUROB SOCIETE GENERALE FRN 06/23	1.150.000	1.150.000,00			773.818,50	664.429,15
XS0370846973	EUROB. COMMERZBANK AG. 6,5 06/18	450.000	450.000,00			550.275,00	559.165,46
XS0371067801	EUROB. DRESDNER BANK 6,80% 06/18	3.000.000	3.000.000,00			298.950,00	311.670,54
XS0460658676	EUROB. ROYAL BANK OF SCOTL 4,50% 12/23	670.000	670.000,00			414.700,00	503.270,89
XS0531922465	EUROB. MORGAN STANLEY 5,375% 08/20	1.000.000	1.000.000,00			1.701.528,00	1.803.166,29
XS0599993622	EUROB. ICO 6% 03/21	700.000	700.000,00			269.103,60	292.077,57
XS0733696495	EUROB. REPSOL INT FINANCE 4,875% 02/19	650.000	650.000,00			107.090,00	116.234,92
XS0741137029	EUROB. ENI SPA 4,25% 02/20	550.000	550.000,00			507.250,00	586.569,17
XS0751166835	EUROB. DANSKE BANK 3,875% 02/17	300.000	300.000,00			289.588,20	328.296,74
XS0802756683	EUROB. SOCIETE GENERALE 4,25% 07/22	100.000	100.000,00			297.972,00	348.309,12
XS0826634874	EUROB. RABOBANK 4,125% 09/22	200.000	200.000,00			248.880,00	271.125,76
XS0834643727	EUROB. ENAGAS FINAN SAU 4,25% 10/17	1.300.000	1.300.000,00			514.350,00	531.855,25
XS0836260975	EUROB. BASF 1,5% 10/18	150.000	150.000,00			995.390,00	1.026.968,37
XS0842214818	TELEFONICA EMISIONES SAU 4,71% 01/20	650.000	650.000,00			901.667,57	987.202,11
XS0849423081	EUROB. ICO 4,875% 07/17	100.000	100.000,00			2.347.438,50	2.410.104,18
ES0413440308	CED. HIP. BANESTO 4,75% 01/17	1.600.000	1.600.000,00			1.596.496,00	1.716.831,02
ES0415309006	CED. HIP. KUTXA 11/14	1.100.000	1.100.000,00			1.091.777,30	1.126.936,77
ES0458759034	CED. HIP. UNICAJA 5,5% 03/16	550.000	550.000,00			549.789,06	585.566,41
XS0613543957	EUROB. ICO 5% 07/16	3.500.000	3.500.000,00			3.498.646,31	3.703.723,79
	Subtotal	36.420.000	36.420.000,00			36.088.212,19	37.377.077,01
	Subtotal 2.2.2.	77.388.000	77.388.000,00			89.679.056,10	93.091.695,46
	Subtotal 2.2.	78.289.810	77.388.000,00		2.580,51	102.249.468,40	104.863.967,58
	2.3. Derivados de negociação						
	Subtotal 2.3.						
	2.4. Derivados de cobertura						
	Subtotal 2.4.						
	Total 2.	88.689.810	87.788.000,00		2.580,51	110.442.252,95	113.442.806,37
	Total geral	88.689.810	87.788.000,00		2.580,51	110.442.252,95	113.442.806,37

* Inclui o valor dos juros decorridos.

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

ANEXO 2.1.

31-12-2013

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2012 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2013 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida				
Não Vida				
Acidentes e doença	32.155.304,25	8.465.782,86	26.353.431,79	2.663.910,40
Incêndio e outros danos	6.200.713,37	8.110.334,98	3.887.848,97	5.797.470,58
Automóvel				
Responsabilidade civil	37.146.888,67	9.901.592,04	23.091.027,42	-4.154.269,21
Outras coberturas	4.975.535,72	3.093.294,07	955.290,19	-926.951,46
Marítimo, aéreo e transportes	268.272,65	62.012,58	130.884,56	-75.375,51
Responsabilidade civil geral	6.452.146,96	822.882,26	4.887.574,39	-741.690,31
Crédito e caução	7.491.672,32	991.730,16	6.530.867,17	30.925,01
Proteção jurídica	113.340,81	132.921,37	93.582,37	113.162,93
Assistência				0,00
Diversos	254.416,59	795,75	141.603,06	-112.017,78
Total Não Vida	95.058.291,34	31.581.346,07	66.072.109,92	2.595.164,65
Total geral	95.058.291,34	31.581.346,07	66.072.109,92	2.595.164,65

* Sinistros ocorridos no ano 2012 e anteriores.

ANEXO 2.2.

31-12-2012

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2012 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida				
Não Vida				
Acidentes e doença	30.110.434,91	7.644.052,02	24.321.937,66	1.855.554,77
Incêndio e outros danos	7.374.849,04	18.332.848,64	2.880.413,64	13.838.413,24
Automóvel				
Responsabilidade civil	38.236.630,20	11.453.470,07	25.664.939,70	-1.118.220,43
Outras coberturas	5.533.466,53	3.459.647,41	1.437.935,15	-635.883,97
Marítimo, aéreo e transportes	434.507,32	218.365,88	168.639,90	-47.501,54
Responsabilidade civil geral	7.398.825,43	538.156,73	5.764.409,57	-1.096.259,13
Crédito e caução	6.629.428,61	765.767,23	5.769.621,13	-94.040,25
Proteção jurídica	92.680,24	151.669,52	58.795,65	117.784,93
Assistência				0,00
Diversos	256.166,59	10.246,36	120.417,49	-125.502,74
Total Não Vida	96.066.988,87	42.574.223,86	66.187.109,89	12.694.344,88
Total geral	96.066.988,87	42.574.223,86	66.187.109,89	12.694.344,88

* Sinistros ocorridos no ano 2011 e anteriores.

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

ANEXO 3.1.

31-12-2013

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos – prestações (1)	Montantes pagos – custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	14.726.702,47	1.234.029,40	1.389.676,81	17.350.408,68
Incêndio e outros danos	14.105.097,23	658.480,10	1.522.466,23	16.286.043,56
Automóvel	35.384.770,70	3.771.837,50	-3.739.191,31	35.417.416,89
Responsabilidade civil	20.109.625,59	1.927.275,35	-2.948.432,53	19.088.468,41
Outras coberturas	15.275.145,11	1.844.562,15	-790.758,78	16.328.948,48
Marítimo, aéreo e transportes	317.411,12	39.786,08	229.295,28	586.492,48
Responsabilidade civil geral	1.011.363,14	91.678,62	-748.888,38	354.153,38
Crédito e caução	992.635,76	206.016,93	-310.227,40	888.425,29
Proteção jurídica	49.541,97	345.179,56	49.753,83	444.475,36
Assistência				0,00
Diversos	0,00	2.841,43	32.681,72	35.523,15
Total	66.587.522,39	6.349.849,62	-1.574.433,22	71.362.938,79
Resseguro aceite				0,00
Total geral	66.587.522,39	6.349.849,62	-1.574.433,22	71.362.938,79

ANEXO 3.2.

31-12-2012

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos – prestações (1)	Montantes pagos – custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	14.232.234,45	1.166.903,95	2.044.860,39	17.443.998,79
Incêndio e outros danos	21.845.220,95	665.373,40	-1.173.858,91	21.336.735,44
Automóvel				0,00
Responsabilidade civil	22.243.845,54	1.918.230,99	-1.077.887,20	23.084.189,33
Outras coberturas	16.357.451,32	1.814.352,29	-572.749,49	17.599.054,12
Marítimo, aéreo e transportes	282.506,65	28.692,00	-166.235,15	144.963,50
Responsabilidade civil geral	696.487,24	78.479,09	-946.682,96	-171.716,63
Crédito e caução	723.524,91	203.632,33	862.240,88	1.789.398,12
Proteção jurídica	56.087,20	328.505,46	23.364,91	407.957,57
Assistência				0,00
Diversos	9.203,02	2.514,80	-1.750,00	9.967,82
Total	76.446.561,28	6.206.684,31	-1.008.697,53	81.644.548,06
Resseguro aceite				0,00
Total geral	76.446.561,28	6.206.684,31	-1.008.697,53	81.644.548,06

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

ANEXO 4.1.

31-12-2013

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	19.681.354,30	20.034.015,14	17.350.408,68	4.650.432,27	-626.977,66
Incêndio e outros danos	14.051.628,37	14.707.089,90	16.286.043,56	3.240.402,44	3.130.924,37
Automóvel	47.166.235,88	48.150.017,51	35.417.416,89	12.375.501,95	-453.372,12
Responsabilidade civil	27.988.692,88	28.587.885,43	19.088.468,41	6.718.006,80	-306.169,22
Outras coberturas	19.177.543,00	19.562.132,08	16.328.948,48	5.657.495,15	-147.202,90
Marítimo, aéreo e transportes	740.115,53	880.938,38	586.492,48	165.709,01	-197.294,23
Responsabilidade civil geral	1.939.307,74	1.899.248,75	354.153,38	379.102,98	-239.331,25
Crédito e caução	1.859.420,44	1.894.768,22	888.425,29	534.640,04	-735.014,04
Proteção jurídica	843.827,69	888.052,42	444.475,36	783.304,14	0,00
Assistência					
Diversos	135.517,76	185.521,57	35.523,15	18.612,53	-108.019,06
Total	86.417.407,71	88.639.651,89	71.362.938,79	22.147.705,36	770.916,01
Resseguro aceite					
Total geral	86.417.407,71	88.639.651,89	71.362.938,79	22.147.705,36	770.916,01

* Sem dedução da parte dos resseguradores.

ANEXO 4.2.

31-12-2012

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	20.898.167,47	21.262.197,48	17.443.998,79	4.642.128,46	-733.884,60
Incêndio e outros danos	15.957.735,37	16.674.368,89	21.336.735,44	3.310.301,84	7.634.753,96
Automóvel					
Responsabilidade civil	29.681.417,15	30.689.087,47	23.084.189,33	6.885.036,90	-928.071,85
Outras coberturas	20.379.522,02	21.236.021,27	17.599.054,12	5.754.443,17	-536.041,08
Marítimo, aéreo e transportes	361.828,70	363.934,22	144.963,50	106.945,27	-116.223,75
Responsabilidade civil geral	2.772.732,86	2.971.140,43	-171.716,63	445.164,86	-1.180.384,69
Crédito e caução	1.427.368,13	1.412.933,11	1.789.398,12	436.208,56	104.393,15
Proteção jurídica	1.006.720,55	1.017.951,84	407.957,57	731.200,05	-388,52
Assistência					
Diversos	203.704,73	249.550,49	9.967,82	28.463,08	-188.779,94
Total	92.689.196,98	95.877.185,20	81.644.548,06	22.339.892,19	4.055.372,68
Resseguro aceite					
Total geral	92.689.196,98	95.877.185,20	81.644.548,06	22.339.892,19	4.055.372,68

* Sem dedução da parte dos resseguradores.



5

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL**



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Mapfre Seguros Gerais, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de activo de 202.632.956,79 Euros e um total de capital próprio de 67.663.321,85 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.591,55 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

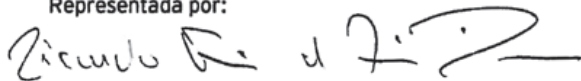
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Mapfre Seguros Gerais, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 4 de Março de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei em vigor, o Conselho Fiscal da Mapfre Seguros Gerais S.A. vem apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e treze e bem assim emitir Parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal manteve contatos com a Administração e os serviços, acompanhando a vida da Companhia e recebendo sempre resposta a todos os esclarecimentos solicitados. Acompanhou igualmente o trabalho desenvolvido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Ernst & Young e apreciou a Certificação Legal de Contas, formulada sem reservas, e à qual dá o seu acordo.

O Relatório de Gestão foi também objeto de análise e verificação, concluindo-se que é suficientemente esclarecedor e está em conformidade com as Contas do exercício.

A proposta de aplicação de resultados, sem qualquer distribuição de dividendos, merece a concordância deste Conselho Fiscal.

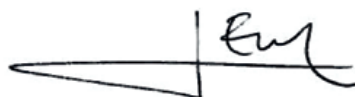
No decorrer do seu trabalho, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que não respeitasse as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Sendo assim, tendo em consideração todas as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Companhia e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o Parecer seguinte:

- 1 – Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2013;
- 2 – Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2013;
- 3 – Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido um louvor pelo seu empenho e competência.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2014

O CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E CONTAS MAPFRE SEGUROS GERAIS, S.A. 2013

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

Rua Castilho, 52
1250-071 Lisboa
Tel.: +351 213 819 700
Fax: +351 213 819 799

mapfre.pt